

PROF. MAURÍCIO
JOSÉ DA CUNHA



MEMÓRIAS
DE UM PERITO
CRIMINAL
FEDERAL



PRODUÇÃO EDITORIAL

FONTE EDITORA

WWW.FONTE.COM.BR

FONTE@FONTE.COM.BR

COORDENAÇÃO EDITORIAL

VAGNER CALDEIRA

RICARDO CARVALHO

EDIÇÃO E REVISÃO

SUSANA DE SOUZA

REVISÃO

PAULO VIARTI

FOTOS

ARQUIVO FAMILIAR

Agencis

PRODUÇÃO GRÁFICA

AGENCIS COMUNICAÇÃO

WWW.AGENCIS.COM.BR

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

STILGRAF

DEZEMBRO/2021

IMPORTANTE

A OBRA "MEMÓRIAS DE UM PERITO CRIMINAL FEDERAL" É UM LIVRO DE MEMÓRIAS DO PERITO MAURÍCIO JOSÉ DA CUNHA PATROCINADO PELA APCF. O CONTEÚDO E ANÁLISE APRESENTADOS É DE TOTAL RESPONSABILIDADE DO AUTOR, E NÃO REFLETE A OPINIÃO OU POSICIONAMENTO DA ENTIDADE.

AGRADECIMENTOS

Ao Otávio Brandão Caldas, pela dedicação, assumindo sempre as responsabilidades das oportunidades que apareciam para melhora de nossos laboratórios.

A todos os peritos, considerados como fundadores e iniciantes da Criminalística em Brasília – DF.

A todos os peritos que vieram de mudança com o DFSP do Rio de Janeiro para o Distrito Federal.

A todos os funcionários antigos que trabalharam na Secretaria do INC.

Ao Moacir Barbosa, chefe da Secretaria, que acabou ficando sozinho no local, sendo chefe dele mesmo.

A Rosa Benatti, que me secretariou por mais de dez anos.

Ao Dr. Otávio Brasil, Toxicologista, pela ajuda com sua especialidade, usando seu próprio laboratório.

Aos atuais colegas e ex-alunos da Academia Nacional de Polícia, que, juntos, sempre cobravam para que os casos narrados por mim virassem um pequeno livro.

Etc, Etc, Etc.



PERITO CRIMINAL

MAURÍCIO JOSÉ DA CUNHA

FILIAÇÃO

Eliseu da Cunha Filho / Ana Maria Jácomo da Cunha

NATURAL

Cidade de Goiás – GO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Curso de Físico; Bacharel Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Rio de Janeiro/RJ; 1953
- Curso de Física; Licenciatura, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro/RJ; 1954

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Escrivão de Polícia; DFSP, Rio de Janeiro/RJ
- Perito Criminal Federal; Departamento de Polícia Federal

CURRÍCULO PROFISSIONAL POLICIAL

- Curso de Perito Criminal; ANP; 1963
- Curso de Informação e Contrainformação; ANP; 1963
- Curso de Fotografia para Peritos; ANP
- Divisão de Segurança Pública da missão norte-americana; Ponto IV; 1964
- Curso de Investigação de Bombas e Explosivos de Fabricação Doméstica; ANP; 1966
- Curso Especial de Segurança Interna; ANP; 1968
- Curso de Introdução à Física Nuclear; ANP; 1968
- Curso de Treinamento para ocupantes de funções do grupo DAI; ANP; 1977
- Curso de Técnica de Manutenção de Equipamentos de Telecomunicações; ANP
- Curso Especial de Proteção e Segurança a Dignitários; ANP; 1966
- Curso de Escrivão de Polícia; Escola de Polícia do DFSP; Rio de Janeiro/RJ; 1958
- Estágio de aperfeiçoamento na Casa da Moeda do Brasil; Rio de Janeiro/RJ; 1970
- IX Curso Superior de Polícia; ANP; 1963
- Curso de Perícia em Locais de Incêndios; Associação de Peritos em Criminalística e Fundação de Peritos em Criminalística
- Estágio no Instituto de Pesquisas Radioativas; Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais; Belo Horizonte/MG

CURSO NO EXTERIOR

- Exames em Documentos; Forensic Science Laboratory; Cardiff; Inglaterra

ATIVIDADES FUNCIONAIS

- Chefe do Serviço de Coordenação e Pesquisa do Instituto Nacional de Criminalística; DPF/MJ; 1964 a 1969
- Chefe do Serviço Pericial do Instituto Nacional de Criminalística; DPF/MJ; 1969 a 1988
- Diretor-substituto do Instituto Nacional de Criminalística; DPF; 1969 a 1988
- Diretor do Instituto Nacional de Criminalística DPF/MJ; 1990 a 1995

CURSOS MINISTRADOS

- Perícia Criminal, Introdução à Criminalística e à Documentoscopia para os cursos de formação de perito criminal federal, delegado de Polícia Federal, agente de Polícia Federal e escrivão de Polícia Federal; ANP; 1970
- Curso de Grafotécnico para caixas-executivos da Caixa Econômica Federal, do Banco da Guanabara, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A, do Banco Lar Brasileiro e da Associação dos Bancos dos Estados do Pará, Amazonas e Acre
- Curso de Formação dos Peritos Grafotécnicos da Caixa Econômica Federal
- Curso de Formação de Peritos Grafotécnicos do Banco do Brasil
- Curso de Formação de Peritos Criminais (Documentoscopia) da Secretaria de Segurança Pública de Roraima
- Curso de Peritos Criminais (Documentoscopia) da Secretaria de Segurança Pública de Rondônia
- Curso de Peritos Criminais (Documentoscopia) da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão
- Curso de Formação de Peritos Grafotécnicos do Basa; Belém/PA

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

- Membro fundador da Associação Brasileira de Criminalística
- Membro da comissão organizadora do IV Congresso Nacional de Criminalística em Brasília/DF
- Membro da comissão do grupo de trabalho para estudos e pesquisa sobre a data de criação da Polícia Federal

PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIAS, PALESTRAS, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS

- III Congresso Nacional de Criminalística; Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Rio Grande do Sul; 1975
- IV Congresso Nacional de Criminalística da SSP de Minas Gerais; 1977
- I Seminário de Desenvolvimento Organizacional do DPF; ANP; 1978
- Ciclo de Estudos Penais; UnB; 1964
- I Semana de Estudos de Criminalística; Goiás; 1975
- A Fotografia no Cumprimento da Lei; Kodak Brasileira e Eastman Kodak Company; São Paulo; 1972
- II Congresso de Peritos em Criminalística; Gendarmeria Nacional; República Argentina; Buenos Aires; 1986

- Representante do Brasil no V Colóquio Internacional de Polícia Científica; Saint Cloud; França; 1978

CURRÍCULO PROFISSIONAL CIVIL

- Curso de Evolução da Física; UnB; DF
- Curso de Fundamentos da Didática Moderna; UnB; DF
- Técnico em Acrofotogrametria; Rio de Janeiro/RJ
- Curso de Mecânica; Ministério de Educação e Cultura; Brasília/DF
- Curso de Formação de Instrutores de Pilotagem; Centro de Pilotagem Honda
- Curso de Identificação Visual de Veículo
- Curso de Introdução – Systems, Centros e Serviços de Educação Técnica de Processamento de Dados em Computadores Eletrônicos
- Curso de Eficácia Gerencial; ministrado pelo Management Center do Brasil (MCB); Brasília/DF
- Diploma da Liga de Amadores Brasileiros de Rádioemissão; Certificado de Rádioamador e Faixa Cidadão
- Curso de Psicólogo Infantil e Psicologia do Desenho; Brasília/DF
- Ex-diretor de Pesquisas e conselheiro do Grupo de Pesquisas Parapsicológicas (GPB); Brasília/DF
- Curso de Parapsicologia; Brasília/DF
- Curso de Parapsicologia; Padre Oscar Quevedo
- Curso Controle da Mente; Grupo do Mind Control Institute; Brasília/DF
- Curso de Atualização em Parapsicologia; Instituto Brasileiro de Informação e Pesquisa Parapsicológica (IBIP); São Paulo/SP
- Curso de Parapsicologia Psicotrônica e Ciência Espírita; Editora Cultural Espírita; Brasília/DF
- Curso sobre Teorias e Práticas Paranormais; Decanato e Extensão; Diretoria de Administração Acadêmica; UnB/DF
- Curso de Iniciação ao Tiro; ANP; Brasília; 1997

MEDALHAS

- Medalha de Tempo de Serviço
- Medalha de Honra ao Mérito; ANP; 1963

conforma se trate

OCIO O

OC

ASSI

concedida pelo Co
e de registrado o

OBJETO ACIMA

de

destinatário

MEMÓRIAS DE UM PERITO CRIMINAL FEDERAL

PROF. MAURÍCIO
JOSÉ DA CUNHA



LIÇÕES DE UM MESTRE PIONEIRO

Memórias de um Perito Criminal Federal é um livro de casos e “causos” que aborda os primórdios da atividade pericial na Polícia Federal e também retrata as experiências pessoais contadas por um dos pioneiros dessa profissão.

Com uma memória invejável, o Professor Maurício, ou Maurição, como é carinhosamente conhecido por praticamente todos os alunos, alunas e colegas de profissão que acumulou ao longo da carreira, registra suas opiniões sobre momentos da vida profissional e das experiências vividas desde Goiás Velho, sua terra natal, até a admissão nos quadros da instituição que veio mais tarde a se tornar a atual Polícia Federal.

Além disso, também traz histórias e desafios experimentados por ocasião do desbravamento de uma nova cidade que se erguia no planalto central e da implementação da perícia criminal federal.

Todas as informações contidas nesta obra são frutos das experiências, opiniões e reflexões pessoais do Professor Maurício, apresentadas por meio dos diversos casos e “causos” que preencheram suas aulas e que, de forma lúdica, buscaram o enriquecimento do conhecimento passado aos alunos, grupo do qual tive a sorte e o prazer de pertencer.

MARCOS DE ALMEIDA CAMARGO
PRESIDENTE DA APCF

PREFÁCIO

Memórias de um Perito Criminal Federal é um livro de memórias do perito Maurício José da Cunha, mestre preferido de diversos peritos criminais da Polícia Federal. Ao ler o texto, sinto-me como se estivesse assistindo às aulas da disciplina Documentoscopia que ele ministrava na Academia Nacional de Polícia, no curso de formação dos Peritos Federais.

A teoria e a prática da disciplina eram intercaladas com casos e histórias dos mais variados tipos, o que deixavam as aulas mais leves e alegres. Estilo que contrastava com o regime predominante da ANP, que era de cobranças e disciplina. Os relatos são sobre casos envolvendo a labuta diária dele, de companheiros de profissão e também de outras pessoas da sua vida cotidiana.

O texto, de fácil compreensão, relembra a vida do autor desde os tempos em que ainda não era policial no Rio de Janeiro, sua entrada para os quadros da Polícia e os dias atuais, com ênfase no período de criação da Polícia Federal, paralelamente à atuação no Departamento Federal de Segurança Pública e no Departamento Regional de Polícia de Brasília, na época da construção da capital federal.

Os fatos e histórias narrados revelam, em parte, a personalidade de Maurício, que, apesar das dificuldades da profissão, sempre foi alegre, curioso, inquieto e irreverente, entre outras características. Sua maneira bem-humorada, com doses de picardia ao abordar os assuntos, tanto nas aulas como no livro e também na vida diária no INC, torna-o uma unanimidade como o perito mais querido que ministrou aulas na ANP.

O livro aborda casos ocorridos durante a vida profissional de Maurício, de diversos tipos: fraudes eleitorais, bombas e explosivos, grafoscopia, locais de crime e assuntos

com os quais o mestre sempre teve paixão, como ufologia e espiritismo, além de temas diversos, como o caso do cavalo Garrincha. A obra ainda aborda assuntos relacionados à gestão da criminalística, como procedimentos de atuação em locais de crime e padronização de laudos periciais. Alguns casos são da vida pessoal com familiares, vizinhos e amigos.

Ao longo do texto, o autor expressa sua opinião, que é também a opinião geral dos peritos, sobre a importância de se ter condições de trabalho para poder desenvolver bem as atividades. Em diversos casos, ficam evidentes que no início de Brasília as condições de trabalho não eram boas, o que não impedia que ele e outros companheiros, pioneiros da criminalística, com dedicação e persistência, desenvolvessem suas atividades com presteza. O livro também cita a importância da autonomia que o perito deve ter para desenvolver suas atividades, a fim de elucidar os casos.

Muitos casos da vida profissional revelam também uma forma antiga de como era a atuação de um perito criminal nas investigações. Além dos exames de locais de crime e objetos, os peritos faziam diligências para elucidar o caso, denominada de perícia dinâmica, situação que foi se modificando com o tempo.

Maurício sempre falou que a dupla de peritos ideal é composta por um veterano e um novinho. Para os novos, o trabalho conjunto com um perito mais experiente é fundamental para a sua formação, já que não se sai da academia sabendo de tudo. E para os antigos, o dinamismo e a energia dos novos, com novas ideias, constitui-se em um excelente combustível para a resolução de casos. Quando tomei posse no INC, Maurício foi um dos peritos a quem recorri, muitas vezes, para trocar ideias e obter opinião para formar minha convicção sobre exames grafotécnicos e documentoscópicos em geral.

Outro ensinamento que ouvi de Maurição é que o perito são os olhos do juiz no local do crime, pois o laudo do perito presente nos autos será o guia para que o magistrado tome a decisão correta.

Também tive uma experiência com ele em um caso de homicídio de um jornalista no Piauí. Nossa atuação, que não foi pericial propriamente dita, pois as perícias já haviam sido realizadas, foi de coordenação das informações disponíveis e análise dos fatos ocorridos para fazer uma reconstituição do crime. Sobre esse caso há uma entrevista comigo disponível no site da APCF.

Enfim, o livro é de leitura agradável e contribuirá para o conhecimento dos leitores, notadamente os peritos criminais federais, de como era o trabalho dos peritos mais antigos, como Maurício e outros, que serviu de base para o que nós somos hoje, pois somos oriundos dos mesmos valores e princípios, como bem colocado pelo autor sobre as principais características do perito criminal: honestidade, vontade, persistência e conhecimento, sempre buscando a justiça e a verdade.

Agradeço ao Maurício as aulas na Academia, a convivência no trabalho no INC e a disposição de escrever essas memórias.

PAULO ROBERTO FAGUNDES



MEMÓRIAS DE UM PCF

Memórias de um PCF (Perito Criminal Federal) consiste em uma pequena coleção de fatos, sem muita importância, ocorridos quando seu signatário ainda estava na ativa, ministrava aulas na Academia Nacional de Polícia – ANP – e tinha quase sempre alguma relação com o que se estava falando no momento.

Tratam-se de casos cômicos ou tragicômicos, muitos deles narrados nas salas de aula, em que os alunos, por diversas vezes, me questionavam: “por que o senhor não junta os fatos e faz uma coletânea em forma de um pequeno livro?”.

Minha resposta, eles já sabiam: “perda de tempo, ninguém iria se interessar”. Mas os alunos sempre insistiam, e todos, gentilmente, se ofereciam para ajudar. De fato, nem eu mesmo me interessava.

Hoje, após muitos anos de minha aposentadoria, relembro com saudades daqueles ‘papos’ com os queridos alunos e futuros peritos, os quais talvez nunca mais venha a encontrar.

Quando me aposentei, desativei meu computador e doei tudo o que poderia ser útil à APCF, por intermédio de meu querido amigo Camargo, atual e eficiente presidente da instituição. Então, fui acometido por uma espécie de depressão.

Para ajudar a aliviar o peso emocional, comecei a fazer algumas anotações aleatórias, as quais apresento aqui. É importante observar que só darei “nomes aos bois”, bem como a descrição de alguns lugares, quando não implicar em alguma ação constrangedora.

Começo minhas memórias lembrando como tomei contato com a carreira policial. Na ocasião, eu morava no Rio de Janeiro e trabalhava na empresa Serviços

Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, mais conhecida como Aerofoto, antiga Companhia de Aviação, que também fazia levantamentos aerofotogramétricos aéreos em todo o Brasil.

Lembro-me de um fato interessante que envolveu a empresa na época: uma emissora de TV lançou um programa em que o participante tinha que adivinhar a profissão de uma determinada pessoa, a partir de algumas dicas. Se acertasse, ambos ganhariam prêmios.

Então, um colega de trabalho resolveu se candidatar e a dica para que ele descobrisse a profissão da outra pessoa era: viajo a vários lugares do Brasil, vejo rios, matas, posso medir a altura de uma árvore ou casa, sem sair da minha cadeira de trabalho. Qual é a minha profissão? Ninguém acertou e ele ganhou um prêmio qualquer, não me lembro.

Bem, mas a história é outra, isto é, como tomei contato com a carreira policial...

Mas não posso deixar de abrir aqui outro parêntese para narrar um fato acontecido perto da sede da empresa Aerofoto. Era por volta das 10h, estávamos reunidos em um breve coffee break, quando ouvimos um grande estrondo em uma praça por perto.

Todos saímos correndo e vimos estarrecidos o grosso cabo de aço, que devia pesar várias toneladas e prendia o bondinho aéreo do Pão de Açúcar, caído no chão. Ele havia se arreventado, e o bondinho estava lotado de turistas, seguro apenas por um cabo bem mais fino.

Presenciamos quando um funcionário da empresa do Pão de Açúcar começou a adaptar uma tábua amarrada a um outro cabo extra, indo até o local onde estava o bondinho e começou a retirar pessoa por pessoa, levando-as para um lugar seguro. Por fim, retirou todas. Felizmente o cabo arreventado não atingiu ninguém.

Outro parêntese... desta feita acontecido na própria lanchonete da empresa. Estávamos almoçando, alguém

pediu um guaraná, um empregado pegou no refrigerador o refrigerante, e, qual foi sua surpresa quando constatou que, dentro da garrafa lacrada, foi encontrada uma barata inteira novinha em folha!

Todos pegaram o recipiente para examinar e não havia explicação. Alguém sugeriu: “leve a garrafa à empresa, pois eles devem oferecer alguma gratificação, você tem todas as testemunhas aqui”. Mas o empregado resolveu abrir a garrafa e jogou o conteúdo todo fora. Seria o caso? Deixo aqui ao julgamento de quem for ler esses relatos.

Bem, vamos ver se desta vez consigo explicar como ocorreu meu encontro com a carreira policial.

Naquela ocasião, um colega que trabalhava na Aerofoto convidou-me para prestamos, juntos, um concurso no Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Convide ao qual respondi de imediato: polícia? Nunca!

Então, ele me pediu uma carona até a Escola de Polícia, que funcionava na Praça da Bandeira, pois era meu caminho, já que eu morava na Tijuca. Eu, todo solícito, disse: “monta aí”! Minha condução no Rio era uma moto.

Abro aqui outro parêntese para falar sobre a minha moto da marca ‘Maico’, de origem alemã, conhecida como ‘Maicoleta’, identificando seu estilo. Possuía um grande porta-luvas, no painel um grande relógio, e, normalmente, velocímetro e conta-giros. As marchas passadas no pedal eram mostradas no painel.

Tinha um assento longo que cobria toda a moto com espaço suficiente para levar uma cadela da raça Chow Chow, que se pronuncia ‘chau chau’, que viajava entre mim e minha esposa. É uma raça de origem chinesa, e na época era muito rara, portanto, quando saíamos de moto, era outro sucesso à parte pelas ruas da cidade.

Outro fato curioso é que a moto nunca foi emplacada e também nunca usei capacete, em quase dez anos de uso. Incrível, mas é verdade!

Naquela época, havia uma grande união entre os motociclistas, e sempre ocorriam encontros nas praças públicas. Sempre fazia muito sucesso com minha moto – uma motoneta ‘250cc’, que era a única que funcionava com chave de arranque como qualquer carro.

Mas, caramba! Ainda não é o que quero contar...

Bem, chegamos na escola e o acompanhei até o guichê, para que ele fizesse a sua inscrição no curso. Ele continuou insistindo para que eu também fizesse a minha.

A moça do guichê ouviu e disse: “ele tem os documentos?”. Eu mesmo respondi: “não tenho”.

“Então não vai conseguir, pois o prazo termina daqui a pouco”, disse a atendente.

Ao que eu respondi: “então eu vou fazer a inscrição”!

“Duvido”, respondeu a moça, continuando: “Só o ‘nada consta’, leva quinze dias para ser entregue e é lá na Central do Brasil, na Av. Getúlio Vargas”.

“Maurício, que pena”, disse meu colega.

“Daqui você se vira para ir embora?”, respondi a ele.

“Claro, é missão impossível, mas, boa sorte”, desejou-me.

Montei na moto novamente e saí igual um louco pela Av. Getúlio Vargas. Cheguei na repartição e ainda estava aberta – claro que só consegui o protocolo. Virei para trás, montei na moto, apertei a chave, e nada! A bateria não aguentou, esse era um defeito do gerador.

Fiquei desesperado... foi quando ouvi a voz de um rapaz que perguntou para onde eu estava indo e me pediu uma carona. “A moto arriou a bateria”, respondi.

Aí foi minha vez de perguntar, para onde ele estava indo, me respondeu que era para a Escola de Polícia, na Praça da Bandeira, ia fazer inscrição para o concurso que terminava naquele dia.

“Não fale mais nada”, eu disse! “Empurre esta moto e reze para ela pegar”!

O cara empurrou, a moto pegou, arranquei, ele quase caiu para trás. Aí desembestei, parei na porta da escola, falei: “corra lá e ‘segure’ para a moça não fechar o guichê”.

Ele fez a matrícula, logo em seguida joguei meus documentos dentro do guichê e a moça disse: “não acredito”! Mas fez também a minha inscrição.

Nessa maratona toda só houve uma coisa que me entristeceu bastante: passei no concurso, mas, meu colega de trabalho, infelizmente, foi reprovado. Agradeço de coração a insistência dele até hoje, pois, graças a ele, fiz carreira e vesti a camisa trabalhando até mais do que devia.

O curso na Escola de Polícia durou um ano. Até ser chamado para tomar posse, tive que fazer treinos em várias Delegacias de Polícia no Rio de Janeiro. Durante o treinamento, os policiais mais antigos costumavam aconselhar os novatos.

Achei um pouco estranho um dos conselhos que me deram. Me disseram: “quando for tomar depoimentos, a primeira coisa que você tem de fazer é colocar uma algema no pulso da pessoa, quer seja vítima ou, principalmente, acusado, e prender no pé da mesa. É costume nosso agora”.

Perguntei a razão dessa atitude e me contaram que, durante um depoimento, a pessoa que estava sendo ouvida pegou a máquina de escrever e jogou sobre a cabeça do escrivão, que chegou a perder a visão por isso, além de outros acontecimentos semelhantes.

Presenciei também em uma delegacia em Brasília, onde trabalhava um delegado amigo meu, que tinha um físico atlético, discutindo com um reclamante qualquer, levar um tapa no pé da orelha e cair duro desmaiado no chão. Os agentes seguraram o agressor e o prenderam, mas o delegado continuava dormindo.

Em casos de reconstituição de fatos criminosos, no Rio, vi ocorrências e fotos de uma tentativa de homicídio que não se consumou, e, na simulação que foi representada

pessoalmente pelos envolvidos, deram ao acusado uma arma de fogo carregada. Durante a simulação, o mesmo atirou e acertou o pescoço da vítima, que caiu. Então, o fotógrafo captou uma foto em que se via o sangue jorrar como um chafariz.

Fiz várias reconstituições, porém, nunca deixei a própria vítima participar, e as armas de fogo eram trocadas por outras fictícias, e facas e facões eram feitos de papelão. É bom que os colegas se lembrem disso!

O curso era de agente e escrivão, não havia concurso para perito. O grupo de perito existente era fechado a sete chaves, era por nomeação, ou seja, ninguém entrava, todos faziam laudos particulares para a justiça e todos conseguiam dois salários.

Quando eu já estava na ativa, em Brasília, era convocado várias vezes pela Justiça como perito. Fazia o laudo e pedia ao juiz para arbitrar meus honorários, mas eles nem liam minhas solicitações. Passei a fazer os pedidos ligados aos laudos, mesmo assim não adiantava.

Uma prima de minha mulher era diretora de Secretaria de Junta no Tribunal, no Rio de Janeiro, e dizia-me: “Maurício, desculpe, mas não acredito. Aqui no Rio, quem faz os pagamentos sou eu, tenho listas de peritos que fazem fila para receber os honorários. É laudo pra cá e dinheiro pra lá”.

Então, resolvi falar com um juiz a respeito e ele respondeu: “isso não existe, a lei é uma só”. Procurei outros juízes e alguns achavam que eu tinha razão, me motivando a correr atrás.

Uma vez, um juiz se exaltou comigo, dizendo que a Polícia Federal era obrigada a atender. Eu expliquei a ele que já havia até um parecer a respeito. “Existem parecer e pareceres, mas é obrigação da Polícia Federal. Vou falar com a direção da DPF (Polícia Federal)”, explicou.

Tentei argumentar: “não precisa se preocupar, meritíssimo! Já peguei o material e o processo, logo que terminar, trarei pessoalmente”. Vou lá brigar com um juiz? Hoje já está mais ou menos resolvido, ainda tenho dezenas de laudos feitos, mas terei de esperar alguns anos para receber. Vou tentar fazer algumas listas e levar às diversas Varas para ver se eles irão se lembrar.

Bem, enquanto esperava ser chamado, continuava morando no Rio, até um dia em que um tio de minha mulher, que era coronel do Exército – tinha sido pracinha e voltou herói de guerra – me disse que um colega dele, também coronel do Exército, havia sido incumbido pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira – na minha opinião, um dos maiores estadistas que o Brasil já teve – para formar a polícia na futura capital: Brasília.

Conversando com seu amigo coronel, o tio de minha mulher contou que tinha um sobrinho que estava esperando ser chamado para tomar posse na Polícia do Rio. Aliás, ele me chama de tio, mas de fato é a mulher dele que é minha sobrinha, mas ponho minha mão no fogo por ele.

“Não precisa dizer mais nada”, disse o amigo coronel. “A ordem do presidente é escolher a dedo os futuros policiais, e esse seu sobrinho ‘torto’ tem a retidão de que preciso. Pergunte se ele quer conhecer Brasília, darei cinco dias com tudo pago para ele verificar de perto”!

Aceitei e foi marcada a data da viagem! Nesse intervalo de tempo, um advogado casado com uma meia prima da minha mulher, e que andava ‘matando cachorro a grito’, no Rio de Janeiro, ficou sabendo e também quis ir. Fomos os dois.

Ao chegar lá, fiquei um pouco decepcionado, pois Brasília ainda estava no chão. Alguns prédios públicos já estavam construídos, como o Palácio da Alvorada, o

Palácio do Planalto, as cúpulas do Senado e da Câmara, a Igrejinha Nossa Senhora de Fátima na SQS 108.

Mas toda a Esplanada estava no chão. Não havia nenhum imóvel para alugar, a não ser a Fundação da casa popular, na Av. W 3 Sul, que já estava com as habitações todas ocupadas pelos ‘Piotários’, nome dado aos verdadeiros pioneiros, com a promessa de que em breve desocupariam as casas e passariam aos ‘falsos pioneiros’, ou seja, os funcionários das estatais que vinham de Caravelle, o avião da moda na época.

As condições climáticas aqui em Brasília eram seis meses de seca, com muita poeira, e seis meses de chuva, com muita lama. Aliás, apesar de ter passado um longo tempo, isso não mudou muito para mim, pois moro atualmente no Vicente Pires.

Bem, já estava em Brasília, pelo menos em visita. Para mim, a mudança não seria lá muito boa, pois morava na Ilha do Governador, com boas praias, despoluídas, e bem perto de onde trabalhava. Continuava ainda na Aerofoto, que havia mudado da Praia Vermelha para uma rua junto à ponte que dava para a Ilha. Além do fato de ser perto de minha residência, o salário não era ruim, com a possibilidade de aumentar o valor, com trabalhos extras.

Dois dias de estada em Brasília, meu colega advogado me disse que iria voltar para o Rio para arrumar as malas, e que iria aceitar o emprego. Eu ficaria mais uns dias. Pensei em minha mulher, carioca, que gostava do local onde morávamos, da casa, das praias, etc. Para ela seria um impacto não muito agradável.

Nos dias que ainda fiquei em Brasília, matutei um bocado: “aqui será a nova Capital do Brasil, queiram ou não os cariocas, o futuro está aqui, apesar da luta contra a mudança que faziam os funcionários e, principalmente, os habitantes do Rio de Janeiro, que iriam perder o status de Capital da República”.

Algumas pessoas sem noção começaram a fazer terrorismo, dizendo que a Aeronáutica iria bombardear Brasília, e que o povo iria passar fome e outras idiotices semelhantes. Na época, os jornais eram distribuídos gratuitamente, caminhões carregados de frutas vinham de todos os lugares, que também eram oferecidas de graça. Foi uma época de muita fartura!

Eu estava em meio a vários dilemas. Ainda esperava ser chamado para tomar posse na polícia do Rio, mas, caso resolvesse ficar por aqui iria perder o emprego lá e o sacrifício do concurso.

Medi os prós e os contras, e só via contras. Mas, apesar dos contras, tomei a decisão de também aceitar ficar em Brasília. Havia ainda a questão de tentar convencer minha mulher, “e se ela não aceitar?”, pensei.

Felizmente, ela compreendeu e aceitou numa boa! Combinamos que ela viria depois que eu conseguisse um local para morarmos.

Entre outras providências, fui à Aerofoto, conversei com um dos engenheiros diretores e fui sincero: “vou completar dez anos de casa e sei que a direção vai me descartar”. Ele então respondeu: “você é considerado um ótimo funcionário e não deve acontecer isso”.

“Vamos ser francos”, eu disse, “você sabe muito bem que a verdade é outra, me dê uma indenização e peço minha demissão”! Vendo que eu estava decidido, ele disse que iria conversar com os outros diretores.

Resultado, peguei a ‘grana’ e me mandei para a nova cidade chamada Brasília! Como ainda não havia lugar para ficar, dividi com o colega advogado um barraco de madeira, dentro de uma construtora chamada Rabelo.

Havia, na época, em Brasília, várias construtoras que disponibilizavam acampamentos com alojamentos para os operários e casas de madeira para os engenheiros da

empresa – as cozinhas eram montadas separadamente para os operários e para os técnicos e engenheiros.

Moramos lá por quase um ano, ocasião em que o colega advogado conseguiu uma casa, dentro do acampamento, e trouxe sua esposa.

Nesse ínterim, fiquei conhecendo um promotor público aposentado, então corregedor da polícia, e que morava em uma das casas da Fundação. Ele me disse que um juiz que morava na casa vizinha à dele havia feito uma casa no Lago e estava prestes a se mudar. Aconselhou-me a ficar de olho, pois, em questão de horas, alguém poderia saber, ocupá-la e eu perderia a oportunidade.

Fiquei fazendo marcação cerrada no local e, quando o juiz estava se mudando, desmontei o berço em que dormia (de fato dormia em um berço, pertencente à companhia onde estava hospedado no acampamento) e, de imediato, arranjei uma carona e me instalei na referida casa, sem nenhum conforto, mas, dando graças a Deus e ao corregedor por ter conseguido. O chefe de polícia autorizou-me a ficar nessa casa até a vinda dos funcionários, quando então eu teria que desocupá-la.

O corregedor e eu ficamos amigos, com quem, aliás, pegava muita carona, pois, mesmo sem ter carro próprio, ele utilizava um jipe emprestado. Eu havia levado a minha moto, mas o defeito no gerador ainda persistia.

No Instituto havia um fotógrafo, metido a mecânico que se ofereceu para consertar. O que ele fez foi tirar o motor da moto deixando a carcaça ou chassis e sumiu no mundo de posse do motor. Nunca mais o vi e nem soube mais nada a respeito daquele ‘filho de uma égua’, ou de uma ‘ronca e fuça’ – sem intenção de qualquer ofensa aos animais.

Antes do início da construção, o governo propôs uma licitação aberta a qualquer companhia de engenharia que se interessasse em apresentar um plano para a edificação

da cidade. Várias empresas brasileiras e estrangeiras aceitaram o desafio e fizeram maquetes em três dimensões para concorrer.

Cheguei a ver algumas delas, que eram espetaculares! Então, veio o arquiteto Lúcio Costa, fez uma cruz no meio de uma folha de papel e disse: “o homem toma conta da terra que conquista, colocando o sinal de uma cruz”, e ganhou a concorrência. Bem, na melhor das hipóteses, pelo menos acho que não há nenhuma cidade no mundo que tem forma de avião, com Asa Norte e Asa Sul.

Em frente à minha casa, na Fundação da casa popular, moravam os arquitetos Lúcio Costa e o mundialmente conhecido Oscar Niemeyer.

Do outro lado da área verde, perto da quarta casa distante de onde eu morava, passa a Av. W-3, a única avenida que havia em Brasília e, por diversas vezes, os passageiros, inclusive eu, tinham que descer para empurrar o ônibus que ficava atolado. Com o tempo, essa avenida foi asfaltada e toda arborizada com Ipês rosas amarelos, com estacionamento em toda sua extensão.

De um lado da avenida situavam-se as residências, e do outro ficavam as diversas lojas. No plano de Lúcio Costa, as lojas mostravam os fundos para a avenida e as frentes viradas para as Super Quadras, de forma que, pela via central, ninguém conseguia identificar os estabelecimentos comerciais.

Certo dia os dois arquitetos estavam sentados em seus alpendres, e resolvi atravessar a rua e ir até lá, tirar algumas dúvidas sobre isso com eles, pois era difícil entender essa lógica.

Dirigi-me primeiro ao Niemeyer, que respondeu: “isso aí é o Lúcio quem tem de responder”. Imediatamente Lúcio Costa explicou: “os futuros compradores nas lojas serão os moradores dos apartamentos em frente”.

Tendo outras dúvidas em mente, aproveitei o ensejo: “o senhor estabeleceu também que nenhum veículo poderá entrar nas áreas internas dos prédios, pois as Superquadras ficarão cercadas com muretas, certo?”

Ao que ele respondeu: “sim, na parte interna das quadras as pessoas andam a pé, crianças podem brincar sem perigo de atropelamento”. Pelo menos tem um ponto positivo, pensei.

“Porém, os pontos negativos são maiores, por exemplo: pessoas idosas, deficientes físicos, mudanças, chuvas, etc., vão tirar o conforto dos moradores. Os prédios mais antigos não têm garagens no subsolo. Isto não vai dar certo”, pensei, tanto é que tudo foi mudado.

Lembrei-me de outra pergunta, já que o arquiteto Lúcio Costa havia dito que Brasília iria ter apenas 500 mil habitantes. “Como controlar as pessoas para não entrarem e residirem na cidade?”, questionei.

“Seria uma colocação de uma cerca elétrica?”, brinquei. Nesse ponto, Niemeyer, esboçou um sorriso discreto. Lúcio Costa não me deu uma resposta, mas, em seguida disse: “aqui só vai residir operários”.

Pensei de novo: “hoje, por exemplo, só tem casarão, e duvido que seja de algum operário”. Agradei a gentileza das informações e voltei para minha casa.

Se uma pessoa entrasse de carro na Asa Sul só poderia sair ao atingir a Asa Norte. Cansei de ver pessoas passando por cima do meio fio para retornar. Comigo mesmo aconteceu quando tentei fazer esse percurso pela primeira vez.

Um governador de Brasília construiu as diversas tesourinhas, permitindo os retornos sem ter que ir até a Asa Norte. Várias outras adaptações foram feitas. Lúcio Costa ficou ‘de mal com a cidade’ e não voltou mais por aqui, foi a informação que tive.

Apesar dos pesares, acho que ele merece ser reconhecido como um dos fatores da Capital do Brasil. Tanto que

há um pequeno bairro na EPTG com o nome dele e, na Av. L-2 Sul, vi uma clínica também com o nome Lúcio Costa. Quem reside em Brasília sabe bem disso.

A cidade, na ocasião da construção, era como se fosse um só canteiro de obras. Na época, trabalhadores do Norte e Nordeste do país baixaram aqui e começaram a trabalhar nas construções. Durante o dia e a noite inteira tocavam sirenes por toda a cidade, sinalizando as mudanças de turnos dos operários, saía uma turma e entrava outra.

Quem residia próximo, como eu, acordava toda vez que soavam as sirenes. A cidade foi construída em tempo recorde. Os estrangeiros do mundo todo ficaram admirados pelo pequeno tempo consumido para o término da cidade. A formação de Washington – DC, capital dos Estados Unidos, por exemplo, demorou muitos anos para ficar pronta.

Havia começado a transferência dos funcionários do Rio para Brasília, mesmo sem a cidade ter sido inaugurada ainda. As pessoas que residiam nas moradias da Fundação da Casa Popular eram obrigadas a entregar as habitações, por meio de ‘promessas’ registradas na Cia. Novacap, para os ‘falsos pioneiros’ que chegavam e que tinham promessas de venda facilitada para comprar as suas respectivas casas.

Já relatei aqui como foi o processo para que eu conseguisse me instalar em uma das casas. Era fundamental que os moradores pagassem as despesas de aluguel, água e luz. Eu pagava religiosamente os aluguéis e todas as taxas cobradas.

Achava uma injustiça o fato de eu ter que devolver a casa onde residia, pagando todas despesas em dia, sendo de fato um pioneiro – que na época era chamado de ‘piotário’.

Resolvi então ir na administração da Casa Popular e lá fiquei conhecendo uma senhora que era uma simpatia em pessoa, a superintendente da Fundação.

Relatei minha situação, perguntando a ela se achava justo o fato de ter que devolver as casas. Ela respondeu que não, argumentando que era a regra da circunstância.

Continuei explicando que minha situação era um pouco diferente, pois eu estava esperando ser chamado para tomar posse no Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, no Rio de Janeiro, e que, forçosamente, teria que vir para Brasília, com todos os seus funcionários.

Contei ainda que eu já era funcionário do DFSP, apesar de ser um policial do Departamento Regional de Polícia de Brasília – DRPB, que era pago pelo Governo do Estado de Goiás. Antes do DRPB, eu era tenente da Guarda Especial de Brasília – GEB e tinha que usar farda, mas não havia na época nenhuma que me servia. Então, permitiram que eu poderia ser tenente ‘à paisana’, aos moldes da Scotland Yard, uma das mais famosas polícias do mundo.

Aliás, tive a oportunidade de passar uma semana na Scotland Yard, a sede central ou quartel general da Polícia Metropolitana de Londres, onde conheci alguns famosos, como uma mulher alta chamada Margareth Pereira, portuguesa, naturalizada inglesa e que era a autoridade máxima no mundo em exames de sangue nas áreas policial e civil.

Quando eu estava lá, só por curiosidade, perguntei aos colegas ingleses sobre a figura lendária de Sherlock Holmes e seu assistente Watson. Eles riram e responderam que era apenas um herói fictício, sem dizer mais nada. Esse personagem sei que foi criado pelo escritor Arthur Conan Doyle. Mas, acho que teve por trás da figura algum agente policial famoso e importante.

Voltando ao problema da casa, disse à superintendente que ela tinha todos os argumentos legais para se defender e evitar uma injustiça. Ela pegou minha ficha, leu com atenção e viu que não havia nada a pagar e que eu estava

em dia com todas as taxas. A grande maioria dos moradores não pagava as despesas cobradas pela Fundação, por acharem injusto ter que devolver a casa, ou por serem ‘picaretas’ mesmo.

Ela me perguntou se eu tinha condições de realizar a compra, pois sabia que os salários dos policiais não eram tão bons. Eu disse que, apesar de minha mãe ser uma professora aposentada, que ganhava uma ‘merreca’ (usando o termo do colega Antônio Augusto, sempre que se referia a pouco dinheiro), que ela teria condições de me ajudar.

Finalmente fizemos negócio! Mais uma vez dei Graças a Deus, e à compreensão da bondosa superintendente!

Naquela ocasião, recebi a carta do diretor da Novacap, pedindo a devolução do imóvel e, ao mesmo tempo, o telegrama solicitando a minha posse no DFSP no Rio de Janeiro. Rasguei ambos os documentos para não ter mais dúvidas em relação à minha resolução.

Na mesma época, recebi um recado do general Osmar Soares Dutra, chefe da polícia do DRPB, solicitando falar comigo. Fui imediatamente ao seu gabinete e, após os cumprimentos, perguntou logo se eu já havia devolvido o imóvel. Respondi que não e que não iria devolver.

Ele ficou surpreso e já meio nervoso disse: “você não pode fazer isso, dei meu nome em confiança de sua devolução da casa”. Então, respondi: “posso, pois consegui comprar a casa”. “Como?”, ele perguntou, então expliquei tudo.

“Vou lhe dar dois parabéns: um por ter conseguido me assustar, pois acho que conheço seu caráter, e outro porque você mereceu”, concluiu o grande general!

FORMAÇÃO DAS 1^A. E 2^A. VARAS CRIMINAIS

O tribunal de justiça em Brasília ainda estava em formação e, sabendo então da existência de um escrivão – no caso, eu – solicitou ao DRPB uma ajuda para a formação das duas varas criminais, me convocando para tal desafio. Passei um ano por lá, mais ou menos.

Formei então a primeira e a segunda Varas Criminais! Fiz amizades com grandes Juízes que haviam chegado do Rio, que me incentivaram a me candidatar a uma ocupação como titular de uma das Varas, pois o salário e o ambiente eram melhores.

Um dia um dos juízes com os quais tinha amizade me disse: “não perca tempo, procure logo um ‘pistolão’”, que seria equivalente, hoje, a uma indicação política.

Eu conhecia um desembargador com quem falei a respeito da possível indicação e ele, de pronto, prometeu me ajudar.

Passado algum tempo, meu amigo juiz me chamou em particular e me disse: “não gosto de falsidades, o ‘pistolão’ que você arranjou está te enganando, ele é ‘pistolão’ do próprio genro. Procure outro”, aconselhou-me.

Fiquei intrigado com o que ele me disse e resolvi procurar então um amigo que era oficial do Exército e segurança do presidente Juscelino. Contei o caso a ele, que também prometeu fazer alguma coisa. Depois de um tempo, ele me informou que havia conseguido a assinatura do presidente e que o documento assinado já havia ido para a Imprensa Nacional para ser publicado.

Quando peguei o Diário Oficial, onde seriam publicadas as notas de nomeações, ao invés de meu nome, encontrei, claro, o nome do genro do desembargador.

Bem, esse é o tipo de política dos meandros e bastidores dos poderes, nos quais é comum engavetar processos e combinar um jogo de cartas marcadas para prejudicar sempre alguém com direitos. Senti isso na pele, não especificamente nesse caso, mas em uma outra ocasião.

Como não havia funcionários suficientes para executar os trabalhos, deixei de gozar licenças prêmios, férias, entre outros benefícios, para o serviço fluir, sob a promessa de requisitá-los futuramente, como direitos adquiridos.

Na ocasião prometida, um juiz disse que eu não tinha direito aos benefícios, e que “não os gozei porque não quis”, perdendo então a oportunidade.

Uma juíza com mais conhecimento e sensibilidade declarou posteriormente que de fato eu tinha todos os direitos, pois eu realmente havia trabalhado e minha repartição aceitou minha cooperação. Ela esclareceu ainda que eu tinha direito a receber, no mínimo, os salários perdidos com correção monetária, pois, se isso não acontecesse, seria considerado uma ‘usurpação do dinheiro alheio’.

Na repartição onde se encontrava o meu processo, que nem o nome eu sabia, nada foi encontrado. Uma amiga do meu filho mais velho, que trabalhava em uma repartição semelhante, que tudo indicava ser onde estaria a ação, e que era secretária geral na mesma, procurou e achou o processo engavetado, *ipsis litteris*, em uma sala de um ‘chefete’ qualquer. Ela retirou os documentos da gaveta e deu andamento.

Contratei advogados que conseguiram os trâmites normais do processo. Demorou bastante, mas ganhei a devolução do dinheiro devido. Foi uma quantia razoável que me ajudou e que foi abocanhada primeiro pela Receita Federal, e por algumas taxas como ISS e outros “SS”, e também pelos três advogados, que mereceram a recompensa pelo trabalho realizado.

Terminada minha missão de formar e colocar em funcionamento as duas Varas Criminais, fui devolvido ao local de origem, com ofícios de elogio pelo trabalho realizado, inclusive solicitando para colocar os dados nos meus assentos pessoais. Entreguei os ofícios na repartição devida, mas parece que esqueceram de realizar o andamento pedido ou ‘perdido’.

O PERITO CRIMINAL AUTODIDATA THOMAZ NETO

Quando cheguei a Brasília, encontrei um rapaz chamado Thomaz Neto, contratado como perito pelo então DRPB. Era um autodidata, com bom conhecimento da Criminalística, que tinha como irmão um perito criminal funcionário do DFSP, no Rio.

Como havia chegado recentemente do Rio, ele me pediu ajuda na área dos serviços de perícias pois não estava dando conta, por haver excesso de ocorrências. Aceitei, passando a ajudá-lo e trabalhamos juntos por um bom tempo.

De repente, esse rapaz arranjou um cargo de relações públicas, no Ministério de Educação, deixando-me sozinho com o abacaxi na mão. Trabalhava dia e de noite sem parar! Durante o dia, além de redigir os laudos, atendia também aos chamados de locais.

Essa situação foi ficando por muito tempo, me deixando esgotado, pois não tinha folga, nem férias. Deixei de gozar duas licenças-prêmio, férias, etc. Um belo dia, larguei tudo e viajei para Goiânia, sem avisar ninguém. Ficaram à minha procura e botaram a polícia atrás de mim, até descobrirem o meu paradeiro.

Foram até Goiânia e lá me disseram: “isto pode ser considerado abandono de emprego, vamos logo para Brasília, para você se defender”. Ao chegar, o corregedor e o chefe

de polícia me atenderam e disseram simplesmente: “não vamos descontar os dias que você ficou em Goiânia. Estamos esperando duas turmas de agentes que fazem cursos, uma em São Paulo e a outra no Rio de Janeiro. Quando aqui chegarem, você ficará com a responsabilidade de prepará-los para realizar o trabalho que faz agora sozinho, e então poderá gozar suas merecidas férias”. Ainda bem, pensei!

Essas duas turmas estão fotografadas, com grande ampliação, e enfeitam ainda hoje a entrada do auditório no INC, como os fundadores da Criminalística, no Distrito Federal.

A CHEGADA DO DR. VILLANOVA

Nessas alturas, o Dr. Antônio Carlos Villanova, um dos melhores peritos criminalísticos brasileiros, e que era diretor do IC (Instituto de Criminalística), no DFSP Rio Janeiro, chegou a Brasília, juntamente com o Dr. Eugênio Lapagesse, diretor da Escola de Polícia do DFSP, também no Rio. Ambos continuaram exercendo suas funções também em Brasília. Dr. Villanova obteve reconhecimento internacional. Em uma ocasião, quando estive no FBI, o proclamaram como: “Villanova, o policial perfeito”!

TIVE A HONRA DE SER SEU SUBSTITUTO DURANTE DEZ ANOS

Um belo dia, Dr. Villanova apareceu em um lugar conhecido como “Velha Cap”, atual bairro Candangolândia, onde funcionavam todos os órgãos da polícia, em prédios feitos de madeira. Ele foi até o local onde era a Criminalística, se apresentou e perguntou quem era o

chefe da turma. Respondi que não havia chefe e que eu simplesmente era o mais antigo.

Então, ele disse que iríamos mudar para o Bloco Dez, dos Ministérios, onde ocuparíamos metade do quinto andar. Os blocos dos ministérios, que estavam ainda no chão, também foram construídos em tempo recorde e toda a Esplanada já estava pronta.

Antes disso, trabalhei em uma delegacia de madeira perto da cúpula do Senado. Certa vez, um operário despencou de um dos dois prédios altos existentes entre a Câmara e o Senado, caindo junto à porta da delegacia e vindo a falecer.

A poeira era uma barbaridade, uma folha de papel colocada sobre a mesa, segundos depois de retirada deixava sua marca sobre ela. A todo momento, ocorriam redemoinhos de ventos que levantavam poeira com papéis e objetos leves a grandes alturas. Ouvi muita gente perguntar o que era aquilo.

Diziam por lá que se olhasse esse fenômeno por debaixo das próprias pernas o diabo poderia ser visto rodopiando no meio da poeira. Fiz isso várias vezes, mas nunca vi nada.

Bem, nos mudamos para o quinto andar do Bloco Dez dos Ministérios, onde teve início um curso de formação para os peritos com o Dr. Villanova, além de outros instrutores americanos, com duração de um ano. Sempre acontecia de os alunos que estavam de plantão terem de sair da sala de aula para atender as ocorrências, muitas das quais referentes aos assuntos que estavam sendo ministrados. “Temos que consertar o motor do avião com ele voando”, dizia o Dr. Vilanova.

A TEORIA DE ALBERT EINSTEIN

Como já relatei anteriormente, os fatos narrados aqui não seguem uma sequência lógica e temporal. Primeiro, porque vou me lembrando aos poucos dos mais variados assuntos e, na maioria das vezes, não há lugar para encaixá-los para fazer uma continuidade de temas mais lógicos.

E essa variação de tempo e espaço me faz lembrar algo da física quântica na qual Albert Einstein diz: “que o tempo não flui numa única direção”. Assim sendo, posso pensar que quando estamos caminhando para o futuro, talvez estejamos voltando ao nosso passado. “A distinção entre passado, presente e futuro” diz ele, “é apenas uma ilusão”. Então, acho até que essa balbúrdia toda de assuntos esteja dentro dos ‘conformes’.

AINDA A ‘PRÉ-HISTÓRIA’

O segundo diretor do INC, José Carvalhede Neto, chamou um dia o colega Paulo Cesar Fortes Pires Pedrosa e o incumbiu de pesquisar e registrar a história do INC.

Pedrosa começou a pesquisar, até o momento em que chegou até mim com suas perguntas sobre o assunto. Foi quando voltou ao diretor Dr. Carvalhede dizendo: “quem tem que fazer a história do INC é o perito Mauriçãõ”, como eu era chamado na época.

Um parêntese aqui: até hoje me chamam com outros aumentativos, tais como gigante, montanha, etc., devido ao meu físico avantajado ou, mais plausível ainda, para realçar as diferenças entre o forte e o fraco.

Um dia perguntei ao meu espelho: “espelho, espelho meu, existe alguém tão belo e tão formoso, mas tão magro quanto eu?”. Ele não respondeu, emudeceu...

Carvalhedo de cara contestou a explicação de Pedrosa, dizendo: “pedi para você fazer a história, e não a pré-história do INC”.

Assim, escrevo aqui mais do período “pré” do que da história contemporânea do INC, já que todo mundo acha que conhece.

A FAMÍLIA PASCHOAL

Eram três irmãos: Azilzo Paschoal, o mais velho, Aclair Paschoal, o do meio, e o mais novo, que não era flor que se cheirasse. Eram naturais do Estado de Espírito Santo e residiam no Rio de Janeiro.

Azilzo Paschoal possuía um ateliê fotográfico, no Rio, e andava pela cidade, em praças públicas, fotografando pessoas que assim o desejassem. Aos dois primeiros, já falecidos, dedico algumas palavras pela importância que tiveram na formação do INC.

A vida no Rio estava meio apertada e então os irmãos resolveram se aventurar em Brasília. Azilzo veio primeiro, trazendo toda a sua ‘tralha fotográfica’ e uma motoneta italiana da marca Vespa, tendo conseguido um contrato de fotógrafo no DRPB, utilizando todo seu material de fotografia particular para fazer os serviços oficiais, que até então só eram realizados fazendo croquis dos locais ou pagando fotógrafos particulares.

Azilzo passou a ser então meu fotógrafo. Quando não chovia, a ida para atender aos chamados eram na sua própria Vespa – ele como piloto, por ser o dono da motoneta, e eu como ajudante, na garupa, carregando no colo a grande máquina e o enorme tripé. Às vezes, quando chovia, pegávamos algum ônibus que passava por perto do local, carregando a tralha toda e incomodando os passageiros no interior do coletivo.

Muitas vezes, pegávamos um táxi que era pago por mim, por ter um salário maior, aliás, comprei papel por diversas vezes, para datilografar os laudos. Adaptamos uma pequena câmara escura, na qual Azilzo revelava os filmes e fazia as cópias para ilustrar os laudos.

Trabalhamos assim por um longo tempo, até a vinda dos agentes que faziam cursos, como informei anteriormente, um grupo em São Paulo e outro no Rio de Janeiro. Adaptado o grupo ao trabalho, passamos a atender aos chamados, continuando Azilzo ainda como fotógrafo de todo o grupo.

Por várias ocasiões, a aparelhagem já obsoleta e desgastada de Azilzo não funcionava. Certa vez, em um local no Gama, estava eu de plantão, fomos atender um caso e, lá chegando, encontramos um homem em um barraco sem telhado, sentado em um banco com um pedaço de pão na mão, morto, mas com os olhos abertos como se estivesse vivo.

“Bata uma foto”, eu disse ao Azilzo. E cadê que o flash e a máquina funcionavam? Ele ficou uns dez minutos tentando arrumar os defeitos e nada! Pensei comigo: “daqui a pouco o cara levanta e vai embora”. Aí falei em voz alta: “Azilzo, o cara vai perder a paciência!” Felizmente os equipamentos funcionaram e as fotos foram tiradas.

O interessante é que os cadáveres só são encontrados à noite e com chuva. É a Lei de Murphy! Em um dos meus plantões recebemos um chamado à noite, em Pípiripau, na cidade de Planaltina. O local era um vale com uma ‘pirambeira’ danada.

O cadáver estava na parte mais baixa do vale, chovia torrencialmente, e tínhamos que retirá-lo. Mas antes tinha que registrar o local. Pedi ao fotógrafo para tirar umas fotos. Desta vez, o fotógrafo era um pedreiro que desistiu da profissão para atuar na polícia.

Eu segurava o guarda-chuva por cima da máquina fotográfica para não molhar, e, de repente, o fotógrafo jogou tudo no chão. Ele estava sobre um formigueiro, e os bichos subiram pela calça adentro. Passado o susto, continuamos no trabalho para levar o cadáver para cima do morro.

Como alguns moradores na área estavam assistindo ao levantamento do local, aproveitei e pedi ajuda. A solução foi arranjar um pedaço de galho de uma árvore, amarrar os braços e as pernas do cadáver ao redor da madeira, e cada um dos ajudantes pegava em uma das pontas. E começamos a subir o morro. De repente, a madeira do galho não aguentou e quebrou, o cadáver rolou morro abaixo e todo mundo gritando “segura o cadáver”!

Mas não teve jeito, tivemos que começar tudo de novo. Depois de examinar o cadáver, constatei que em seu calcanhar havia duas picadas, ao que tudo indicava terem sido produzidas por uma cobra, opinião que o médico legista também concordou.

A ILHA ENCANTADA

O Lago Paranoá foi formado com a construção da barragem, represando vários riachos e córregos com suas matas e animais anfíbios que se adaptaram ao local, como cobras de diversos tamanhos, tipo sucuris, entre outras espécies.

Para atravessar o lago era necessário passar por ‘mata-burros’, em que as rodas do carro ficavam até molhadas pela água que, em vários lugares, cobriam as madeiras que formavam a pequena ponte – a dimensão da área formada pela água do lago é maior que a da Baía da Guanabara, e está a 1.000 metros acima do nível do mar.

Muita gente morreu afogada por lá. O interessante é que os cadáveres sempre boiavam no meu plantão. Uma vez, alguns bombeiros militares, que na época não tinham aparelhagem adequada, estavam mergulhando para resgatar um cadáver. Quando um deles segurou e puxou a mão do corpo, o braço do ‘dito cujo’ ficou na mão do bombeiro. É, não era mole não!

O lago demorou um pouco para ficar completo de água. Um amigo meu, que tinha uma pequena lancha, estava explorando as áreas alagadas e encontrou uma ilha que havia formado em um espaço longe das vistas de quem navegava por lá, era uma ilha perdida.

Ao se encontrar comigo, ele me contou o caso dizendo: “podemos tomar posse e ficarmos proprietários da mesma”. Achei a ideia boa. Fomos até lá, era um local bem isolado, por isso ainda não havia sido descoberto. Colocamos então nossa bandeira, um cartaz e tomamos posse.

De vez em quando íamos visitar o local e, em um desses dias, apareceu uma pequena lancha pilotada por uma só pessoa que desceu e perguntou o que estávamos fazendo por lá. Meu amigo contou a história e o cara se apresentou como sargento da Aeronáutica, dizendo que queria sociedade na posse. Refutamos a ideia, mas o cara insistiu e então combinamos que ele ficaria com o outro lado da ilha.

Quando voltamos por lá novamente, o cara já havia colocado a bandeira dele e uma placa igual a nossa. “Temos que legalizar a posse”, combinamos. Não demorou muito tempo, ao chegarmos à ilha, havia uma grande placa com os dizeres: “propriedade da marinha brasileira”, além de outras informações como “proibido isso, proibido aquilo...”, indo por água abaixo nossos sonhos de possuir uma ilha encantada.

O RABECÃO

Voltando novamente no tempo e no espaço, como os atendimentos estavam cada vez mais difíceis de serem realizados, nos ofereceram o Rabecão, conhecido na época também como ‘difunteiro’, com a obrigação de levar os cadáveres ao IML – Instituto Médico Legal.

Aí a coisa ficou complicada, quem seria a pessoa indicada para pegar o cadáver e colocá-lo no carro? Claro que ninguém se prontificou.

Como já conhecia um homem forte, com quase dois metros de altura, e que trabalhava internamente no IML, consegui a transferência dele para fazer parte do meu grupo. Já sabia que ele não teria a menor restrição em pegar qualquer cadáver, colocar no ombro e levar para qualquer lugar.

Quando pegávamos um cadáver já putrefeito, o mau cheiro impregnava toda a viatura e o nosso motorista bancava o ‘Ayrton Senna dos Rabecões’, imprimindo velocidade inadequada ao veículo. Eu chamava a atenção dele, dizendo “você está correndo por quê? O mau cheiro está aí atrás, dentro do carro. Se você virar o carro vai ter que fazer tudo de novo, além dos perigos de um acidente”.

De fato, atrás do carro deveria vir um enxame de moscas, acompanhando o ‘Réquiem’. Quando chegava no IML, todos abriam as portas e pulavam para fora. Às vezes era necessário acompanhar a autópsia.

Nunca consegui me acostumar. Minha mulher reclamava por que eu não queria me alimentar, e me dizia: “não sei o que preparar pra você comer”. Não poderia contar para ela, senão até ela talvez perdesse a fome.

Um dia atendi a um local de acidente de trânsito, em frente à Cia. de Engenharia Camargo Corrêa, onde dois caminhões bateram de frente e se incendiaram. Os dois

motoristas ficaram carbonizados. Eu tinha que fazer a identificação datiloscópica (identificação por meio das impressões digitais). O cheiro de carne assada em forma de churrasco ficou impregnado no meu nariz. Quando cheguei em casa, adivinhem qual foi o cardápio? Um belo churrasco! Imaginem se eu comi?

AS VIAGENS A SERVIÇO FORA DE BRASÍLIA

Muitas foram as viagens a serviço fora de Brasília, algumas distintas umas das outras, e que merecem ser relembradas. Uma delas ocorreu em uma capital do Nordeste, onde havia um indivíduo mafioso, que era dono do ‘submundo da capital’ e que dizia ter todas as autoridades em sua mão. O referido sujeito era rico e oferecia carros importados para as autoridades locais e parecia, de fato, ter tudo em suas mãos.

Então, para resolver esse problema, foi designado um juiz de Direito e um procurador da República. Porém, não havia provas concretas para desmascarar o bandido, a não ser um documento oficial, que fora falsificado, provavelmente pelo ‘chefão’, mas que só os exames gráficos poderiam atestar.

Nos inquéritos abertos contra ele, as testemunhas não narravam nada, por medo das ameaças que eram feitas pelos capangas da quadrilha que até tortura fizeram contra algumas delas.

Fui indicado, juntamente com o perito João Dantas de Carvalho, para prestar ajuda neste caso, ao juiz e ao procurador que estavam com alguma dificuldade, por falta de provas contra o mafioso.

Ao chegar no aeroporto, já havia um carro importado à nossa espera, e uma comissão de três pessoas veio nos

recepcionar. Acompanhamos as pessoas e, já quase entrando no carro, chegou um jipe com toda velocidade nos convocando a entrar no veículo, alertando que o outro carro era dos bandidos. Ou seja, eles tiveram informações sobre a nossa chegada antes da polícia e foram nos receber ‘com todas as honras’.

O carro acompanhou o jipe até a delegacia e, antes de entrar, um dos passageiros, que era bandido, em frente ao procurador me ofereceu dinheiro para as despesas. Exaltei-me e disse: “cabra, você me respeita!” João Dantas me acalmou e o procurador disse: “fique calmo, não ligue, porque eles dizem que todos nós estamos comprados”. A ousadia era demais!

Já no interior da delegacia fomos apresentados ao juiz, uma pessoa de alta estatura e aparência ainda nova. Sobre a mesa havia duas armas de fogo e o juiz foi logo dizendo, não reparem, as armas são nossas e estão sempre às mãos porque estamos sendo ameaçados. Olhei para o colega Dantas e pensei: “que enrascada estamos nos metendo”. Batemos um papo informal nos colocando a par da situação.

Fomos para um hotel ‘zero’ estrela, pois na época a nossa diária também não tinha nenhuma estrela. O quarto era de bom tamanho, mas as paredes eram de madeira e não chegavam até ao forro, de forma que ficava um espaço aberto, o que nos deixou preocupados.

No meio da noite, alguém do quarto vizinho manuseou uma espingarda, armando-a, e, pelo barulho, era de calibre 12. Neste momento, nos atiramos ao chão, atrás das camas.

Pela rapidez com que fizemos a mudança de posição, ninguém estava dormindo e depois, claro, continuamos acordados. Mas a coisa não parou por aí não! Bem mais tarde, alguém bateu na porta do quarto, esbravejando, como se quisesse arrombá-la.

O colega Dantas pulou da cama enrolado no lençol, com a pistola na mão, e ficou encostado na parede perto da porta, parecia a figura de Pôncio Pilatos. Pediu-me que abrisse a porta, ficando atrás dela. Ele segurou o cara pelo pescoço e enfiou a pistola na goela do gajo, que caiu de joelhos pedindo desculpas. Era um bêbado à procura de outro que errou a porta do quarto. No outro dia, saímos cedo e andávamos um olhando para a frente, e o outro para trás.

Chegamos na delegacia. Foi marcado para aquele mesmo dia a ida do ‘chefão’ para a coleta de padrões, a única tentativa de incriminá-lo. O mafioso era um cara alto e bem forte. Foi intimado pelo juiz a comparecer à delegacia, e chegou pontualmente na hora exata, ficando à espera em uma sala isolada.

“Bem chegou a minha vez”, disse. O juiz ponderou se seria melhor entrar um agente comigo, então perguntei: “ele foi vistoriado se tem alguma arma?”. Sim, responderam. “Tudo bem então”, entrei na sala! O sujeito me olhou com uma cara feia, o cumprimentei, mas ele não respondeu.

Não me apresentei como perito, comecei a explicar que o meu papel era somente o de pegar algumas anotações para complementações do processo. “Vou ditando e você vai escrevendo, não vai doer nada”, eu disse brincando, mas claro, ele não achou nenhuma graça.

E comecei a ditar palavras que me interessavam e que estavam no documento questionado. Fui ditando durante muito tempo perfazendo um total de mais de dez folhas. Aí o indivíduo começou a reclamar. “Fique calmo, estou fazendo isso para não te incomodar mais”, eu disse.

Antes de mim e o colega Dantas, um outro perito havia estado lá e colheu muitos documentos padrões, de propriedade do acusado, contendo textos manuscritos feitos

por ele. Mas, por um problema qualquer, não pôde chegar a uma conclusão definitiva de autoria.

Aproveitei toda a documentação e ditei para ele escrever. O acusado continuava reclamando e mudando suas características naturais nos seus lançamentos. Fiz mais confrontos entre os padrões naturais e o que estava colhendo, mostrando as divergências e provando que o mesmo tinha culpa no cartório.

Como estava demorando, abriram a porta algumas vezes para checar se estava tudo bem. Quando o acusado viu que estava enrolado, começou a reclamar que a Polícia Federal o agredira, etc. etc. Eu disse que isso não iria mais acontecer. Ele então agradeceu a maneira educada como o tratei, e, acreditem ou não, começou a chorar. Podem até ter sido lágrimas de crocodilo, mas, que chorou, chorou, formando até um versinho:

MAS QUE CHOROU, CHOROU, ATÉ SEM PALAVRA FICOU, OCASIÃO EM QUE NOTOU O ROLO EM QUE ELE ENTROU

Abri a porta e finalizei o trabalho, o laudo foi digitado, assinamos e pegamos o avião de volta.

Passaram-se vários dias, quando, um belo dia, entra pela porta do INC o juiz, perguntando: “cadê o meu perito predileto?”. Apresentei-me, ele me deu um abraço e disse: “o cara está em cana, meus parabéns, graças ao laudo”.

Apesar de interessantes, outros casos foram realizados, mas, para não enfadar ninguém, deixo de narrar aqui. E, somente como deixa para colocar mais adiante, as quatro qualidades que acredito que um perito criminal deve ter, conto mais esta.

Em um curso de formação para perito criminal que realizei em uma capital de um Estado, no Norte, um aluno engenheiro me perguntou se ele podia ajudar um amigo, fazendo um laudo gráfico a favor dele – mesmo estando o amigo em erro. Passado meu espanto, fiz que não entendi e somente argumentei que, nesse caso, eu me colocaria como suspeito e não faria o laudo. Em uma segunda vez que estive lá, o aluno era chefe de uma seção e, se não estou enganado, era substituto do diretor.

Quatro qualidades que na minha opinião um perito criminal deve possuir:

1 - HONESTIDADE

2 - VONTADE

3 - PERSISTÊNCIA

4 - CONHECIMENTO

*Começando de baixo para cima, é claro que ele tem que ter **conhecimento**.*

*Mas se naquele momento não souber, ele pode buscar, pesquisar e resolver o problema, com **persistência**. A vontade é que faz o homem - grande ou pequeno. No primeiro lugar acho que não há o que discutir.*

TRATAMENTOS DADOS AOS ACUSADOS

Nos meus papos com os futuros peritos, sempre dizia que o tratamento aos acusados teria que ser feito de forma educada por diversas razões. A primeira e mais importante era pela possibilidade de os acusados guardarem mágoas pelo mau tratamento e vierem a realizar vinganças inesperadas. Sempre tratei de forma natural a todos e acho que isso me salvou algumas vezes.

Vou narrar apenas três casos. Certa vez, um indivíduo foi preso por suspeição de crime de estupro e, como sempre negava, começaram a agredi-lo violentamente para que ele confessasse. Em um momento que o suspeito não estava presente, conversei com o pessoal e disse: “se o cara morrer de repente vocês vão pagar por um crime de homicídio, muito pior que o crime de estupro praticado por ele. Esse caso pode ser facilmente resolvido com uma investigação, e vocês têm capacidade para fazer isso”.

Felizmente eles compreenderam e o sujeito passou a responder solto. Algum tempo se passou, e, um dia, andando pela rua, fui agarrado pelo braço, levei um susto: “lembra de mim?”. Respondi: “desculpe, mas não me lembro”. Ele se apresentou, dizendo ser a pessoa que estava apanhando naquela ocasião, e queria me agradecer pela ajuda. Acho que não assisti minha intervenção e não tive contato com ele, assim, por gratidão ou por vingança, teria da mesma forma me reconhecido.

Em outra ocasião, peguei um ônibus que estava lotado. Então, desceu alguém e eu me sentei no lugar desocupado, quando um cara começou a me observar. Eu o encarei, e ele me disse: “o senhor não deve se lembrar de mim, mas, fui preso, eu era inocente da acusação que estavam fazendo contra mim, o senhor entendeu e me ajudou. Nunca pude agradecer, mas agora quero fazer isso”. Não se preocupe, respondi!

Em casa sempre repetia à minha família: “não aceite nada que não venha normalmente pelo correio”. Um dia, apareceu na porta da minha casa uma pessoa com um embrulho – eu não estava no momento. Minha mulher atendeu e o mensageiro disse que se tratava de “um presente ao Dr. Maurício, pela ajuda de um problema que tive”, e saiu correndo deixando o embrulho nas mãos dela.

Ela se lembrou na hora do meu conselho e disse que não poderia receber, mas o rapaz continuou correndo,

atravessando a Av. W 3. Ao chegar em casa e tomar ciência do caso, reclamei, mas compreendi que não havia outro jeito de mudar a situação. Comecei a abrir o pacote com todos os cuidados, como se fosse uma bomba de fabricação caseira. Parece um exagero, mas, com tantos problemas existentes, a pessoa se torna neurótica.

Depois de aberto o pacote, vi que se tratava de roupas. Retirei primeiro um paletó esporte, tipo blazer, uma camisa esporte e um cinto, tudo de primeira qualidade. Troquei o paletó por uma televisão, e passei a usar a camisa e o cinto. Nunca soube como surgiu o caso e nem quem era a pessoa que deu o presente. Pelo que respondeu minha mulher, acho que em outra ocasião, por algum motivo, quis me agradecer e não aceitei, certamente, naquele dia, esperou eu sair para entregar o “mimo”.

Algum tempo após, viajávamos o corredor e eu, à noite, em um jipe, em direção a Goiânia, e, ao passarmos em Alexânia, que na época nem iluminação elétrica tinha, resolvemos tomar um café em um ponto de parada do ônibus. Quando voltamos, o veículo não funcionou, pois a bateria havia descarregado. O carro estava sobre um terreno arenoso e não havia ninguém por perto para ajudar.

Avistei um boteco um pouco distante com uma luz fraca de vela e lampião. Fui até lá, cheguei na porta e mal dava para enxergar quem estava dentro do estabelecimento. De repente, alguém me agarra pela cintura, me levantando e pulando comigo ao alto, dizendo: “meu comissário, o que está fazendo por aqui?”.

Os presos me chamavam de comissário, aí me lembrei do cara perto de um lampião. Ele esteve preso por ter dado uma facada em um sujeito que caiu em uma fossa e que, por isso, se salvou. Então me apresentou aos seus amigos, pelo jeito, todos bandidos perigosos, e continuou me perguntando o que eu estava fazendo por lá.

Contei o que ocorreu com o carro e que tinha que ser empurrado para sair de onde estava. Então, ele convocou todo o bando: “vamos lá pessoal”, e saímos todos em direção ao jipe. O corregedor, vendo aquela multidão, só não saiu correndo porque me viu à frente da turma.

“Entra aí comissário”, disse o bandido conhecido, e empurraram o carro com tanta velocidade que o veículo pegou logo de cara. O corregedor perguntou surpreso onde eu tinha arranjado tanta gente. “Dá no pé doutor, todos aí são pessoas perigosas”, alertou o bandido líder!

Deu para entender agora a razão do título do presente parágrafo? Os resultados bons poderiam ter sido todos ruins.

O FALECIMENTO DO CORREGEDOR

Nas comemorações da passagem de Ano Novo, não me lembro de qual ano, a família do corregedor resolveu viajar, e ele ficou sozinho em sua casa. Em determinado momento, ele começou a comemorar, disparando tiros para cima, provavelmente devia estar bebendo muito. Fiquei um pouco preocupado, mas não quis intervir. Por um instante, não se ouvia mais nenhum barulho da casa dele.

Meu telefone tocou, era um amigo do corregedor que morava em Taguatinga, dizendo que estava preocupado, pois, um tempo antes eles conversaram por telefone e ele o convidou para passar o Ano Novo em sua casa, ao que o corregedor respondera: “estou machucado”. E não voltou mais a falar. Não demorou muito e o amigo procurou-me em minha casa, pedindo que o acompanhasse até a casa do corregedor. Fomos, ele, minha sogra e eu.

Abrimos o portão, que não estava trancado, e entramos. O amigo o chamou pelo nome e, como não houve resposta, fomos mais para o interior da casa, e vimos, em uma área um pouco acima, ele sentado em uma cadeira, tendo

à frente uma pequena mesa, segurando um telefone fixo com a mão direita e uma agenda telefônica com a outra mão. Sua cabeça pendia para cima do peito. Notei que, sob a cadeira, havia uma poça de sangue que caíra em forma de gotejamento, ele estava morto, faleceu exangue!

O amigo telefonou para um juiz amigo, que, imediatamente chegou ao local. Informada, a polícia também compareceu, juntamente com um perito da Polícia Civil para levantamento da situação.

Antes de tudo, dei uma olhada na área e tudo indicava se tratar de um acidente. O perito chegou e começou o levantamento. Fiquei de longe deixando o mesmo à vontade. Ele me perguntou se o morto vivia bem com a família, respondi que sim. Continuou conversando comigo e disse que alguém estivera ali, varrendo e juntando vários pedaços de vidros quebrados.

“E foi uma tigela grande de pirex” disse, “e acho que foi ele mesmo quem varreu”, o corregedor era muito metódico, estava sempre varrendo a garagem e a área do quintal.

Perguntei: “você notou que na parte maior da tigela há manchas de sangue? Sim, ele respondeu. Fiquei um pouco constrangido, mas disse: “afastada a hipótese de homicídio, só resta a tese de suicídio que está para mim contrariando a psicologia de um candidato que quer tirar sua própria vida, que é morrer rápido e sem dor”.

Para mim, ele havia bebido bastante, foi juntar os cacos do pirex e deve ter caído sobre a parte maior da louça. Foi uma fatalidade, em que ele cortou a veia femoral, tentou contar a um amigo pelo telefone, mas não conseguiu. A mancha grande de sangue debaixo da cadeira onde ele estava sentado é uma boa prova. Ele morreu exangue!

NUNCA ATIRE À TOA PARA O ALTO

Com o presente título, quero dizer: “atirar sem nenhuma razão”, mesmo para comemorações. Pois o projétil, ao cair, atinge uma velocidade tal, suficiente para matar alguém. Digo isso por uma experiência própria e por ter lido um artigo feito com cálculos matemáticos, provando a realidade do assunto.

Morava ainda na casa da fundação popular, na Av. W3 Sul, quando, em uma passagem de Ano Novo eu me encontrava sentado diante de uma bancada de madeira no interior de um cômodo, cujo piso era o mesmo do quintal, e, no momento da virada, ocasião em que todo mundo atirava para o alto, ouvi um barulho de impacto na parede atrás de mim, ricocheteando em direção à parte inferior da bancada.

Procurei e achei sob a bancada um projétil de chumbo de arma de fogo de calibre 38, cuja ponta estava bem deformada e demonstrava uma inclinação de aproximadamente uns 45 graus, pelo impacto.

O projétil passou entre os galhos da mangueira e por uma abertura de um metro quadrado à minha frente. Foi mais um milagre concedido a mim por Deus. Imagino quantas balas perdidas com vítimas, anunciadas pela mídia, acontecem por causa desse tipo de comportamento.

SALA DE AULA

Em uma aula sobre Grafoscopia, estava explicando a uma das turmas sobre as dificuldades que um falsário tem ao realizar uma falsificação qualquer. O nosso psiquismo superior vem a ser o conjunto das características psicológicas de um indivíduo.

O fato é que a psicologia intervém em tudo que nos diz respeito e o psiquismo é o resultado dela para cada um de nós. O psiquismo é um complexo infinito, não havendo dois iguais, o que se pode concluir que também não há dois grafismos iguais.

O consciente pensa, o subconsciente escreve. Imagine o trabalho de um falsificador, ao transformar uma atividade subconsciente em trabalho consciente tendo que estar prestando atenção ao que escreve e como escreve, lutando com o subconsciente em que este último sempre vence.

Disse algumas vezes em sala de aula que é mais fácil ser perito do que falsário. Desculpem o ‘blá, blá, blá’, que todos já sabem, mas a intenção aqui foi preencher um pouco mais o conteúdo do presente manuscrito, como também dar respostas atendendo à participação de uma aluna que fez algumas perguntas na ocasião, sob a alegação: “este assunto é muito difícil para ser aceito e ganhar credibilidade por quem é da área de ciências exatas”.

Ela estava se referindo aos significados de palavras como psiquismo, subconsciente, inconsciente, entre outras, relacionadas à Parapsicologia, da qual se originam estudos sobre fenômenos paranormais, como precognição, clarividência, poltergeist e telepatia, considerados bruxaria no passado, e que hoje são estudados como ciência nas maiores universidades do mundo.

Como diz um dos maiores psicólogos americano, quiçá do mundo, William James: “será no campo experimental da Parapsicologia que se apresentarão as maiores conquistas científicas alcançadas pela geração futura”.

Diante disso tudo, só respondi uma pergunta, mas pensei o quão inocente é a ciência inexata, ou exata, dela ou de qualquer pessoa, quando comparadas à imensidão do cosmos e do pluriverso, podendo-se dizer que o que sabemos não passa de um ‘excremento do excremento’ de um pó de traque, como dizia Shakespeare: “há mais

coisas entre o céu e a terra do que pode imaginar nossa vã filosofia”.

O ENCONTRO COM O PADRE FRANÇOIS BRUNE

Comento ainda aqui o auxílio da Parapsicologia nas pesquisas e estudos sobre a vida após a morte. Importância esta que acredito ser de maior interesse para o bem da humanidade em todos os tempos, seja passado, presente ou futuro. Falo também sobre o interesse que eu tive ao primeiro contato com o assunto.

Ao pesquisar sobre o tema, fiquei sabendo que um padre católico, de nacionalidade francesa, de nome François Brune, era um dos que pesquisava sobre o assunto. Fiquei curioso, pois a igreja católica, apesar de abordar sobre a eternidade, praticamente nunca falava a respeito dessa ‘comunicação com o além’.

Então, eu soube da vinda desse padre ao Brasil, e que passaria também por Brasília, fiquei atento, e, quando ele chegou, fui procurá-lo. A conversa foi facilitada porque, além do francês, ele falava inglês e espanhol.

Apresentei-me mostrando interesse sobre o tema. Ele disse que não há nenhuma incompatibilidade com quem quer que seja, católico ou não, para fazer tais pesquisas. Segundo ele, metade da humanidade não acredita nessa comunicação.

“De fato há milhares de cientistas que não aceitam essa verdade”, disse o padre, pois não há ainda uma prova objetiva, e que as nossas pesquisas são envolvidas com nossas crenças, acontecem quer se queiram ou não, as famosas provas ditas objetivas não existem.

“E por um motivo bem simples”, continuou, “pois apenas uma consciência humana pode reconhecer o valor

delas como provas, um fato, documentos e testemunhos. O emprego desta palavra é, pois, sempre subjetiva. Todos aqueles que praticam esse gênero de pesquisa, consideram seus resultados como provas. Provas essas que não deixam dúvidas quanto ao fato da sobrevivência após a morte”.

“Existem milhares de gravações com testemunhos. Mas, em nome dessas provas não existe absolutamente a intenção de se obrigar outras pessoas a partilharem da mesma certeza. Ninguém está pensando em exigir que reconheçam o seu valor. Mas não vejo também com que direito eles podem proibir que outros reconheçam o valor da prova que os convence. O ceticismo dos cétricos não é, por si só, mais objetivo do que a convicção dos que se sentem convencidos. Chega um momento em que a evidência da autenticidade do fenômeno é de tal ordem que as perspectivas se invertem, e cabe ao cético provar que estamos enganados”.

A conversa se prolongou mais um pouco, e acho que o estimado padre notou que eu não estava mal informado. Esse assunto é muito apaixonante e inesgotável, cabendo aqui somente esta pequena nota, pelo valor que esse encontro representa para mim.

UM CAVALO CHAMADO GARRINCHA

Esse assunto é mais pitoresco do que sério, mas faz parte de minhas memórias e o narro como uma boa ação praticada por mim. A história começou assim: eu estava indo do INC para minha casa, na hora do almoço e, no lado direito da via, avistei um pequeno cavalo deitado. Parei o carro um pouco à frente, desci e vi que o pequeno animal não podia se levantar, porque estava com uma das pernas traseiras quebrada.

Arrastei o cavalo para o acostamento, evitando algum provável acidente e imaginei, que certamente a égua mãe deveria estar por perto. Entrei no carro e sai em busca do referido animal.

Logo à frente vi um cavaleiro, passei adiante e pedi para ele parar. Ele cavalgava uma égua. Perguntei: “aquele potro lá atrás é seu?”. Ele respondeu que sim. “Vai deixá-lo abandonado lá?”, questionei novamente.

“Ele foi atropelado, não tenho como levá-lo comigo”, respondeu o cavaleiro. Então pensei no tamanho do problema, pois ninguém iria querer levar um cavalo para um apartamento como ‘pet’, e ainda mais com a perna quebrada.

“Quem quiser ficar com ele pode pegar”, disse o homem. “Não posso deixar o animal naquele estado, ele ainda está sendo amamentando. Então vou ficar com ele”, respondi. Voltei ao local, passei em uma farmácia comprei uma mamadeira, coloquei leite e dei para o animalzinho, que mamou tudo. Ele havia caído sobre vidros quebrados e apresentava alguns cortes.

O bicho era pequeno, mas era pesado! Puxei-o um pouco mais para dentro do acostamento, olhei no relógio e o tempo do almoço já era. Fiquei assim mais ou menos uma semana, amamentando e arrastando-o para fora da estrada. Ele tentava se levantar e caía para o lado da via.

Consegui uma Kombi do Instituto, eu e mais duas pessoas conseguimos colocá-lo dentro e o levamos para a área do INC, que tinha ao lado uma grande gameleira e muita sombra.

Preciso tirar uma radiografia da perna quebrada, pensei, mas como? A Providência logo em seguida atendeu e enviou ao Instituto um representante de diversos aparelhos ligados à área policial e, por incrível que pareça, havia no conjunto um pequeno aparelho de Raio X.

Falei com o vendedor: “se você me emprestar o aparelho para um teste, falo com a direção para ver se eles compram”. Ele respondeu que tudo bem, mas que era necessário ter o filme para poder tirar a radiografia, acessório do qual ele não disponha. “Caramba, onde vou arranjar um filme para isso?”. Pensei um pouco e me lembrei de um hospital da Marinha, perto de onde eu morava, e fui até lá.

“Mas, o que vou falar?”, pensei. Passado um pouco, apareceu um capitão todo fardado e me perguntou o que eu desejava. “Agora estou lascado”, mas disse a ele que precisava de um filme para testar um Raio X. Porém, ele continuou me perguntando os detalhes, aí tive que explicar. O capitão me deu uma bronca: “você está achando que aqui é um hospital veterinário? Isso aqui é um hospital da Marinha Brasileira”, disse. “Desculpe, nunca pensaria em uma coisa dessa”, respondi.

Em seguida, o capitão chamou um praça e pediu para pegar um filme no almoxarifado e me entregou. Pensei e agradei mentalmente o milagre. Após me entregar o filme, ousei pedir um novo favor, desta vez bem maior, pedi a ajuda de um enfermeiro. Aí ele disse: “essa não, me aparece cada uma”! Pedi desculpas novamente.

Então ele pediu ao praça que chamasse alguém. Incrível, mas era um enfermeiro: “acompanhe este moço para ajudá-lo”. Acho que ele quis dizer: “acompanhe este cara de pau”, mas acho que foi mais um milagre.

Infelizmente, as pernas do cavalo estavam uma sobre a outra e ninguém entendia a radiografia. Pedir nova ajuda à Marinha Brasileira estava fora de cogitação, provavelmente eu iria preso. O problema ainda não estava solucionado, então resolvi apelar para outra força, a armada, o Exército Brasileiro. Descobri onde havia uma seção de cavalaria, que certamente teria veterinários. E fui em frente, o médico veterinário era um capitão. Foi bem mais fácil o diálogo.

Passei a contar a história, e o capitão logo me interpe-
lou: “você está querendo salvar um pangaré vagabundo?
A conduta aqui é, em qualquer acidente com apenas uma
pata, nós sacrificamos o animal, e olha que são cavalos de
raça e não um pangaré”.

Respondi que essa solução poderia ser simples, mas
era cruel, recitando a ele uma frase de Leonardo da Vinci:
“haverá um dia em que os homens conhecerão o íntimo
dos animais, e, nesse dia, um crime contra um deles será
considerado um crime contra a humanidade”. Ao que ele
respondeu: “o que você quer, afinal?”. Eu disse que preci-
sava apenas de uma pessoa para decifrar a chapa do Raio
X. Então ele chamou um sargento e pediu que me acompa-
nhasse e me ajudasse nesse caso.

Chegando ao INC, ele examinou a chapa do Raio X e o
cavalo, dando o seguinte diagnóstico: “a perna direita está
quebrada em dois lugares, na coxa e na junta da pata, sem
possibilidade de calcificação e ele não poderá andar. Para
evitar o sofrimento o certo será sacrificá-lo”. Fiquei um
pouco pensativo, agradei a ele e ao capitão.

Um colega perito criminal, arquiteto já aposentado na
época, chamado Walter Malaquias Prata, meu vizinho de
mesma rua, no Lago Sul, ficou sabendo do diagnóstico
e conversou a respeito com um veterinário amigo dele.
Então esse veterinário me procurou no INC, ele exami-
nou o cavalo e perguntou o que eu queria que ele fizesse.
Respondi que gostaria de colocar o animal em um esta-
leiro, dependurado em um galho de uma árvore com a
barriga protegida para que a corda não o machucasse.

Ele então perguntou se eu já tinha o material – sim eu
tinha – e começamos a fazer as adaptações. Jogamos as
cordas em galhos mais adequados e começamos a levanta-
lá-lo. “Quero que a pata esquerda dele fique encostada no
chão”, pedi. Fizemos alguns ajustes para facilitar a descida
e subida do animal, quando fosse necessário.

Fiz um teste com a mamadeira e ele bebeu normalmente, a posição não era muito cômoda, mas ele parecia tranquilo. Enfaixei a perna direita que teve que ser amarrada no seu próprio dorso. E ficou assim, descendo e subindo por uns dez dias. Esse ritual levou quase um mês.

Um dia quando cheguei, estava dependurado no pescoço dele uma placa com os dizeres, em letras coloridas: “papai Maurício”, além de outras gozações semelhantes.

Certo dia, desci um pouco a corda, deixando as quatro patas tocando o solo e notei que ele aguentou seu próprio peso, devagar. Continuei testando, arrisquei afrouxar mais as cordas e ele ficou firme. Deixei-o assim mais uns dias e resolvi soltá-lo. Ele andou mancando, um pouco cambaleante, mas não caiu. Percebi então que era melhor não perturbá-lo mais.

Continuei com o leite e a mamadeira, até que ele começou a comer capim selecionado por mim. Continuou a mancar e vi que a perna ficou um pouco torta para o lado de fora, mas não o atrapalhava para andar. Em razão disso o seu nome: Garrincha, em homenagem a um dos maiores jogadores que o Brasil já teve.

A área policial Sul ainda não era cercada, por isso comprei uns dez metros de corda, para fazer um cabresto que ficou preso em uma das extremidades, que permitia que o animalzinho circulasse e comesse o seu capim à vontade. De vez em quando, o levava para beber água na própria torneira.

Como a área não era cercada, muitas pessoas passavam por lá para cortar caminhos e era recorrente furtarem as cordas, e aí o ‘bicho’ saía direto para a W 3 e ficava cercando os carros de um lado e do outro da avenida. Desconfio que ele tinha algum trauma pelo seu atropelamento e queria ser guarda de trânsito.

Ele já era conhecido na área, inclusive a PM até sabia que eu era o seu dono, me acionando por diversas vezes

para buscá-lo. Pegava meu carro, que na época era um DKW, motor dois tempos com som bem característico que era reconhecido pelo cavalo. Chegava e pegava o que restava do cabresto e vinha trazendo o cavalo no cabresto com a mão esquerda, e, com a outra, dirigia o carro. Ele vinha trotando, acompanhando o carro.

Um dia ele sumiu e fui achá-lo uma semana depois no Corpo de Bombeiros. Os bombeiros me pediram para deixá-lo lá como mascote. Enfim deixei, pois estava sendo bem tratado. Comia pão e tudo que davam para ele.

Passado um mês, mais ou menos, ele apareceu novamente no INC, aparentava bem mais gordo e mais saudável. Depois, sumiu de novo, algum safado levou a corda. Fui na área dos bombeiros e lá ele não estava. Passou uma semana e nada, pensei: “alguém levou o cavalo com a corda e tudo”. Botei a polícia no encalço e alguns dias depois um PM que conhecia o assunto, passando pelo Núcleo Bandeirante, viu o cavalo puxando uma carroça e me informou a respeito.

Parti para o local informado e encontrei a dupla: o carroceiro e o cavalo. Comecei dando uma bronca no carroceiro, me apresentando como policial. O sujeito me explicou que o cavalo estava no meio da estrada, a ponto de ser atropelado e disse: “apesar de ter a perna quebrada ele é um bom marchador”.

Respondi: “tudo bem, leve-o ao setor policial. Mas, apesar de ele ser bom marchador, você não vai montado nele não”. Dois dias depois ele apareceu por lá, puxando o cavalo por um cabresto. Foi uma festa, cada um que o conhecia queria afagá-lo. Interessante, ele conhecia e selecionava o ruído do motor do meu carro. Ao escutar, levantava cabeça e relinchava.

A Academia Nacional de Polícia funcionava onde hoje é a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. O cavalo ainda continuava fazendo das suas. Um dia,

enquanto ocorriam umas conferências no auditório da Academia, o animal entrou pelo ambiente, indo parar lá na frente, em busca de um lugar melhor para ‘assistir’ ao evento. Me chamaram às pressas e retirei o Garrincha com certa dificuldade.

Dizia a todos que ele fez ‘alguns estágios’: primeiro no Instituto Nacional de Criminalística, depois, no Instituto Nacional de Identificação, no Corpo de Bombeiro Militar, e na Superintendência, indo só para atrapalhar a chegada dos carros.

Finalmente, foram colocadas as telas de arame, delimitando as áreas. Em seguida, veio o asfalto e, com isso, o capim foi escasseando. Eu precisava com urgência conseguir outro lugar para abrigar o Garrincha.

Mas, onde? Então me lembrei da hípica, que ficava não muito longe do setor policial. Fui até lá, conversei com um encarregado que cuidava dos cavalos. Porém, ele disse que só o coronel administrador da hípica poderia autorizar. Fui ao encontro do mesmo e expliquei a situação, pedindo para deixar o cavalo lá. Percebi que ele estava bem resistente, mas, após contar toda a novela e argumentar, ele acabou concordando.

Peguei o Garrincha, segurando-o com mão esquerda de dentro do carro, como costumava fazer e o levei até a hípica, dei uma grana ao cara e ele me pediu que, quando voltasse, levasse um cigarro para ele. Prometi e fui embora, torcendo para que ele cuidasse de fato do cavalo.

Passado uns dias, comprei dois pacotes grandes de cigarro e fui até a hípica novamente, mas antes fui com o carro até o pasto. E quando avistei vários cavalos, vi também o famoso Garrincha, bem no meio, parecia um anão por entre aqueles cavalos gigantes. Parei o carro em frente a uma porteira. Quando ele ouviu o barulho do carro, levantou a cabeça e veio em minha direção. Passei a

mão em sua cabeça e batemos um bom papo. Parecia estar feliz com a aposentadoria que arranjei para ele.

Antes de ligar o carro, ele voltou ao grupo. Pareceu-me que os cavalos gigantes o haviam adotado como mascote. Procurei o encarregado e dei os pacotes de cigarros. Ele ficou contentíssimo e disse: “seu cavalinho se acostumou bem por aqui”.

Moral da história, segundo Albert Einstein: “no meio da dificuldade encontra-se a oportunidade. Algo só é impossível até que alguém duvide e acabe provando o contrário”.

BOMBAS E EXPLOSIVOS

De um jeito natural, no meio da aula de Documentoscopia, rumávamos para outros assuntos que achava de importância também serem levados aos alunos. Querendo voltar ao tema central da disciplina, eles pediam para continuar, pois estavam interessados, talvez até para descansar a mente de uma aula intensa.

Atendendo a pedidos, passava então a narrar alguns casos. Em uma ocasião, uma embaixada pediu ao INC para realizar um exame de local, por terem encontrado um objeto suspeito. A que equipe se encarregou da tarefa contou que, ao começar os exames de praxe, um imbecil da embaixada apareceu de repente, pegou o objeto com as mãos e o atirou por cima do muro, para fora da embaixada, dizendo: “vocês não vão examinar nada aqui dentro, se quiserem vão examinar lá fora”.

Perguntei se eles haviam examinado o objeto, então, pois fiquei indignado com a situação e eles disseram que não. Pedi aos companheiros da equipe para explicarem quem era o cara que havia feito isso, se era algum integrante de mesma nacionalidade estrangeira da embaixada, mas

ninguém soube explicar. Pensei comigo que deveria ser algum leão de chácara idiota, até mesmo brasileiro.

Passado algum tempo, outra chamada foi feita pela mesma embaixada, desta vez eu estava na equipe. Ao chegar lá, vi que o objeto suspeito era uma lata do tipo pequena, usada pelas indústrias para armazenar tinta, que estava do lado de fora do prédio, mas junto e debaixo de uma janela do gabinete de algum chefão.

Peguei minha vara de pescar com anzol de três pontas e, após duas tentativas, consegui prender a lata, o cordão do anzol sempre tinha um comprimento suficiente de segurança até o objeto suspeito. Puxei e a lata virou. Nessas alturas, todos se escondiam atrás de colunas ou outros objetos para se esconderem. Vi então que, pelo movimento da lata, não deveria haver uma armadilha que pudesse detonar uma suposta bomba.

Fui devagar até o objeto e constatei que em seu interior havia lixo e o peguei dependurado pelo cordão do anzol, com todo cuidado como se houvesse algo perigoso. Comecei a andar igual uma barata tonta sem saber aonde ir, até localizar o indivíduo descrito no caso anterior, que pegou o objeto suspeito jogando-o para o lado de fora da embaixada, e parti para o lado dele, que saiu correndo, entrou por uma porta e a fechou.

Na mesma hora, chamei toda a equipe e disse, vamos embora. Coloquei a lata dependurada a uma boa distância do carro e disse: “acelera e vamos embora”. Os companheiros, após um pequeno tempo, desconfiaram que eu estava fingindo. Só queria ver a atitude daquele machão que correu e fechou a porta atrás de si. Todos riram.

Dois dias depois, telefonaram da embaixada pedindo informações a respeito do caso e me chamaram para atender. Informei que o apetrecho havia sido desativado e era muito rudimentar, mas, dependendo do manuseio, poderia causar lesões. Ainda bem que não pediram o material.

Abro aqui um parêntese para explicar aos que não sabem que o nosso instrumental para detecção de bombas era bem rudimentar. O anzol de três pontas era um deles, possuíamos uma câmara em forma de tubo com Raio X no interior, que não era muito adequado, pois não se via o objeto quando estava sendo fotografado, além de outros inconvenientes.

Falei na história do Garrincha sobre o pequeno aparelho de Raio X que consegui que fosse adquirido, pois os casos de pedidos das embaixadas estavam aumentando bastante. A embaixada da Alemanha trouxe um pacote suspeito o qual conseguimos visualizar e abrir.

Para a visualização foi feita uma adaptação, que consistia de uma placa de material fosforescente (écran), um espelho, uma placa contendo um filme virgem e o objeto a ser examinado, na seguinte sequência: o aparelho de Raio X, a placa de material fosforescente, o filme e o objeto a ser examinado. E, por último, um espelho quadrado do tamanho do quadrado fosforescente. O filme só era colocado após ser descoberto o que se via no écran.

Conforme narrava anteriormente, o pacote trazido pelos alemães era bem volumoso. Para iniciar os exames de visualização, era necessário dar corda no aparelho, como em um relógio, apertava-se um botão e o equipamento soltava uma descarga de raios catódicos em direção ao conjunto.

Era preciso dar várias descargas até descobrir o que havia no interior do pacote. Nesse caso específico, via-se na tela, em forma de espiral, uma imagem que podia ser um fio elétrico ou um arame qualquer. Após algumas descargas, o perito Eudésio de Arruda Schelle disse: “já descobri o que é, e pedimos sigilo”. O segundo a descobrir foi o perito João Dantas de Carvalho, e por último fui eu.

Mesmo assim, tomamos os devidos cuidados para a continuação da abertura. O material descoberto era um pacote de blocos com encadernação em espiral, que parecia uma

fiação formando um circuito elétrico. Foi assim que descobrimos e desmontamos as duas cartas bombas enviadas ao INC. Acho que alguns peritos não viram.

Há ainda vários outros casos interessantes, mas não quero enfadar quem estiver dispensando um pouco do seu tempo para ler o que foi escrito aqui. Lembro-me de um colega retirando um pacote em uma pequena rua no Centro da cidade de São Paulo, colocando-o no colo e dirigindo um jipe, saindo à procura de um lugar mais seguro para detonar a bomba.

Hoje vejo com satisfação uma grande van, toda equipada para detecção de artefatos explosivos, com robô teleguiado, entre outros paramentos eletrônicos, pertencente ao INC, que maravilha!

DESGOSTOS COM A DIREÇÃO

Só como desabafo, contarei algumas situações que me deixaram um tanto desconfortável. Férias, por exemplo, como tinha filhos em período escolar, era natural que eu só poderia gozá-las em viagens em que os mesmos pudessem estar comigo. Como eu sempre era substituto de algum diretor, a preferência era por ordem de hierarquia.

Assim, eu escolhia um mês que não era de preferência da direção, mas nunca poderia contar com a segurança daquele mês, pois a chefia trocava sempre. Em todas as minhas férias, nas vésperas de minhas viagens, eram distribuídos dois a três laudos a serem realizados, era notória a perseguição.

Ficava até altas horas no INC trabalhando, nunca deixei a peteca cair. Chegava em casa de madrugada para preparar malas, o carro, etc., para iniciar a viagem. Minha mulher ficava aborrecida e dizia: “isso é perseguição”.

Em outra ocasião, o diretor me falou: “esse pedido de laudo que está com você, quero que espere pois quero ver. Vou sair e na minha volta vejo o caso”. O colega Paulo Lapagesse trabalhava comigo na mesma sala e ficamos conversando. De repente, o diretor chegou e foi logo cobrando se o laudo estava pronto. Respondi: “não, o senhor disse que seria na sua volta para a realização do exame. No mesmo instante ele esbravejou: “isso é uma falta de responsabilidade de sua parte”, e continuou a me esculhambar.

O colega Lapagesse teve a hombridade de me defender, dizendo: “o senhor disse mesmo para esperar sua volta. Mas a quatro mãos faremos rapidamente o laudo”. Eu respondi que não haveria necessidade de quatro mãos para fazer o laudo, e em duas horas o material estava pronto. Assinei, o Paulo também assinou, e eu mesmo passei para as mãos do diretor.

Até hoje não entendi a razão do pedido de sua volta para realizar o laudo, pois o mesmo não apresentava nenhuma dificuldade para sua consecução, e também o assunto não causaria nenhuma repercussão.

Um outro fato desagradável aconteceu quando foi estipulado que cada perito tivesse uma pasta em que fossem colocados os pedidos de laudo, que eram retirados por cada um para dar andamento na confecção do mesmo. Sempre me dirigia à minha pasta, pegando os laudos que podia realizar mais rapidamente, mas nunca deixava juntar para não me enrolar.

Notava, entretanto, que as pastas de outros colegas continuavam sempre cheias. E vi que os documentos no seu interior eram os mesmos de sempre. Pensei: “alguns colegas não estão pegando os documentos para a realização dos laudos”.

Um dia retirei da minha pasta três documentos, dos quatro que estavam lá, deixando apenas um. Dois dias depois, ao passar ao local em que ficavam as pastas, havia

o documento que eu tinha deixado e mais três, e um memorando com os dizeres: “se deixar de pegar algum documento mais uma vez, será punido sumariamente”. Guardei o memorando como lembrança.

UM CURSO RESUMIDO DE BOMBAS

Foi marcado pelo Dr. Villanova, no INC, um curso rápido sobre bombas e explosivos, a pedido das três forças armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica, com a presença de importantes representantes, entres eles o Serviço de Inteligência.

Vários colegas que participaram desse curso foram indicados para ministrar aulas nos Estados Unidos, na Academia Internacional de Polícia no Estado da Califórnia, onde meu amigo Morris Grodsky era instrutor.

Antes do início das aulas tive a ideia de fazer uma bomba de fabricação caseira, para entregar no meio do curso ao Dr. Villanova, o professor.

Bem, montei a bomba com gatilho de disparo do tipo descompressão, fiz um embrulho de presente. Quando o Carvalhedo, que era o substituto do Villanova, ficou sabendo, contou para ele qual era o tipo do gatilho para o disparo e todos os pormenores do desmonte. Aí, resolvi não entregar mais o embrulho.

O Carvalhedo contou a minha resolução ao Dr. Villanova, que imediatamente esbravejou: “diz a ele que, se não entregar, será severamente punido”. Recado dado. “Tudo bem, vou montar novamente”, eu disse. Desta vez, mudei o tipo de disparo de descompressão para o de tração. Passei o embrulho para o Carvalhedo e fui sentar no final da sala onde estava o meu ‘chapa’ Mr. Grodsky.

Quando o embrulho foi entregue, Dr. Villanova enceu-nou uma surpresa dizendo: “presente para mim? Não

estou esperando nenhum presente, isto está me parecendo muito estranho”. Com ar de mistério começou a examinar o embrulho: “vou até aproveitar como exemplo de como se deve abrir um objeto estranho e não esperado”, aproveitando para dar as instruções dele.

Os alunos tinham várias patentes, coronéis, major, tenentes, entre outros. A sala estava cheia e a atenção era total. “Primeiro vamos verificar, como está indicando para ser aberto o pacote, o amarrado cruzando todo o embrulho é uma boa indicação da abertura cortando ou desamarrando o cordão. Então não devemos cair nessa. Vou pedir um bisturi e começar abrir o pacote pelos fundos”, explicou. Pensei: “isso talvez vá evitar o disparo do segundo gatilho”, mas continuei confiante.

Seguindo as instruções: “antes de abrir, vamos ver o que está escrito no bilhete e quem é o emitente”, disse Villanova. Quando ele puxou o cartão, uma campainha potente disparou espalhando seu ruído estridente em toda a sala. Ele levou um bom susto, tentou enfiar novamente o cartão para desligar, mas só depois de alguns longos segundos conseguiu.

Do fundo da sala falei com voz bem alta: “já morreu!” Foi uma gargalhada só em todo o ambiente. Meu amigo Morris Grodsky, com um grande charuto entre os dentes, deu uma Risada ‘a la Papai Noel’ e disse em bom português: “Maurício, você é um menino levado”.

FRAUDE ELEITORAL

Nestes meus manuscritos narro apenas alguns fatos um pouco fora do normal, como já comentei, para não enfiar o leitor. O caso dessa fraude eleitoral se deu em uma capital do Nordeste, em uma eleição para governador.

Comentava-se na cidade que o candidato eleito compunha “o lado honesto. Já outro lado não concordou com a derrota e recorreu para uma nova contagem de votos. A eleição naquela época era feita em cédulas de papel, assinando-se com caneta um ‘x’ ao lado do nome do candidato.

Antes da nova contagem, um fraudador conseguiu abrir uma das urnas que consistia em um saco de lona, que era fechado por cima com travas de ferro e cadeados, retirou do interior da mesma os votos de quem ganhara a eleição, colocando novos votos de quem perdera.

Os vitoriosos da eleição recorreram e o caso foi levado a Brasília, com o envio de todo o material, inclusive com a urna em questão. Fui indicado, juntamente com o perito Paulo Fortes Pires Pedrosa, para examinarmos o caso.

Logo de cara, notamos que o saco fora aberto, com a retirada da linha que costurava um dos lados e, após fechá-lo sem a costura, resolveram colá-lo com um tipo de cola qualquer, numa operação bem rudimentar.

Os fraudadores retiraram votos de quem havia ganhado a eleição e os substituíram pelos novos votos do candidato perdedor. Ao retirar da urna os votos com os nomes do perdedor, vi que as marcas do ‘x’ aparentavam algumas semelhanças entre si, e, apesar dos poucos elementos gráficos para o confronto, consegui grafotecnicamente comprovar uma unidade de punho entre eles, reforçado ainda mais pela presença de um sulco em todos aqueles votos, sob o sinal dos ‘x’ colocados com caneta esferográfica de mesma tonalidade em azul.

A operação realizada pelo fraudador foi a utilização de um bloco de votos em branco com o nome do candidato em que o mesmo ia marcando com a caneta os 'x' indicando o nome do candidato perdedor que, por sua vez, formavam os sulcos em cada voto marcado. Ora, um mesmo punho lançando o 'x' em todos os votos examinados e a formação dos sulcos já eram argumentos suficientes para a determinação do *modus operandi* para determinação da prova do crime.

Montamos o laudo com as provas fotográficas e o diretor geral do DPF, que na época era um general da reserva, o levou pessoalmente à Justiça Eleitoral da capital onde o fato ocorreu. O mais interessante foi o ofício feito por um advogado considerado o melhor da cidade, contratado pelos perdedores, com a intenção de derrubar o laudo. O ofício dirigido a mim, que na ocasião era diretor do INC, continha uns dez quesitos estranhos para eu responder

Infelizmente perdi a cópia que fiz do ofício, mas me lembro de dois com as mesmas palavras:

Quesito: Pela precisão da descrição de como foi feita a operação da troca dos votos, suas retiradas da urna, etc., tudo indica que os peritos estavam presentes ao ato, como explicar?

Resposta: Claro, basta ter um raciocínio lógico, pois, a não ser que o fraudador fosse um paranormal e pudesse enfiar suas mãos no interior da urna e com sua sensibilidade escolhesse os votos a serem trocados sem retirá-los da urna, o mesmo forçosamente teria que retirá-los para fazer a troca. O restante dos exames está enquadrado em técnicas adequadas que só interessam a quem entende.

Quesito: Porque cargas d'água, o diretor se alvoroçou em realizar o presente laudo?

Resposta: Estou diretor, mas antes de estar diretor sou um perito criminal federal com todos os direitos, poderes e conhecimentos suficientes para realização do trabalho.

E quem manda em mim sou eu mesmo, me nomeei como perito e realizei o trabalho e não tenho que dar satisfação a quem quer que seja.

UFOLOGIA

O estudo dos Objetos Voadores Não Identificados – OVNI - é um tema intrigante, mas também apaixonante. O planeta Terra é um grão de areia perdido no espaço sideral. É muita pretensão nossa, terrestres, acreditarmos que entre milhões de galáxias existentes, como a Via Láctea, com milhões de planetas e seus respectivos sóis iguais ao nosso sistema solar, somente o nosso ‘planetinha’ seria habitado. Deus não criaria tanto só por esse único motivo.

Eu acredito na existência de outros mundos com vida. O estudo dos UFOS, suas existências, suas tecnologias fantásticas demonstram que não foram construídos pelos seres humanos e sim por civilizações milhares de anos à nossa frente.

Daí a importância do estudo dos mesmos. Tem-se notícias da existência deles em épocas bem remotas, até na Bíblia há relatos a respeito de sua existência. Comentarei somente alguns episódios da presença dos UFOS em datas remotas da nossa história e alguns casos que ocorrem atualmente.

Em tempos idos, por exemplo, na época da existência dos monumentos celtas da Bretanha, que ainda hoje existem como prova da ajuda de seres de alta tecnologia. Os gigantescos monumentos das Ilhas Britânicas e da França formam enormes e perfeitos círculos com pedras de até dez metros de comprimento e pesando toneladas e que eram trazidas das montanhas rochosas do País de Gales, distantes duzentos quilômetros até as planícies ao

Sul da Inglaterra, e que eram colocadas em pé formando círculos perfeitos com outras enormes pedras por cima, ligando uma à outra. Essa perfeição é conhecida hoje como Stonehenge, e é um dos grandes mistérios até hoje não esclarecido.

Alguns entendidos inocentes querem explicar que as gigantescas pedras eram transportadas colocando sob as mesmas madeiras roliças e, com varas também de madeiras servindo de alavancas, eram roladas até vencer os duzentos quilômetros que separavam o local a serem fixadas.

Na área a ser percorrida na região não havia madeiras de lei, somente palmeiras que não resistiriam ao peso das pedras. Outros problemas como alimentação, o sol ardente, entre outros, tornariam o projeto inviável. Aliás, ainda hoje, com toda tecnologia disponível seria quase impossível um projeto dessa magnitude. Aí digo eu: “ou aquela civilização tinha poderes paranormais, ou era ajudada por seres extraterrestres”.

Outro mistério são os famosos círculos que eram formados nos campos agrícolas ingleses, em que as vegetações eram dobradas sem quebras, formando desenhos geométricos perfeitos, como se fossem tapetes. Creio que lá também há a interferência de alienígenas, mostrando ao mundo sua presença no nosso planeta.

O famoso e misterioso Triângulo das Bermudas é outro caso intrigante da presença dos ETs naquela área marítima, em que desapareciam sem deixar vestígios esquadilhas de aviões que passavam pelo local. As aeronaves chegavam a se comunicar com as torres do aeroporto de origem, com avisos de que estavam perdidas e que os aparelhos, como bússola, giravam desordenadamente.

De repente, os aeroportos de origem perdiam o contato. Eram enviados imediatamente socorros com outros aviões, navios, ao local do ocorrido. E, ao chegarem, não era encontrado nenhum destroço ou qualquer vestígio

de acidente. Certa vez, um navio, ao passar por lá, deixou de funcionar e foi rebocado por outro navio, com os tripulantes marinheiros. Quando chegaram no porto, os tripulantes tinham desaparecido misteriosamente, sem qualquer sinal.

Os UFOS estão aqui, é inútil querer negar. Há bastante tempo que os Objetos Voadores não Identificados são estudados de forma científica. Hoje, sua existência é um fato real e incontestável, porém restam as dúvidas: o que são? De onde vêm e qual o seu objetivo?

No ano de 1990, na época do presidente Collor, o então ministro da Infraestrutura, Ozires Silva, criador da Embraer, quando pilotava um avião Xingu, fabricação da própria Embraer, sobre o Estado de São Paulo, foi alertado por Brasília sobre a presença de objetos voadores estranhos na área em que voava. O ministro conseguiu ver e pediu autorização para descer seu avião e se aproximar mais do objeto estranho, o que foi permitido.

Logo, o ministro baixou mais seu aparelho, descrevendo o objeto com a aparência de um tubo de lâmpada néon, muito brilhante e bem grande, isso na posição quase sobre a cidade de São José dos Campos. Estavam sendo observados por Brasília três objetos, dois dos quais o ministro Ozires fez boas observações. E foi uma testemunha ocular importante na veracidade da análise.

Na região que se chama hoje Candangolândia, e que antigamente era a Velha Cap, funcionava todos os órgãos da polícia de Brasília, inclusive o nosso Instituto de Criminalística. Em uma ocasião, nosso fotógrafo Aclair, já nosso conhecido membro da família Paschoal, estava revelando um filme com uma janela aberta (era um costume dele), em uma das câmaras escuras, quando um jato de luz entrou pela janela, queimando todo o material.

Ele reclamou esbravejando: “maldito avião, queimou meu filme”! O local ficava perto do aeroporto e os aviões

costumavam realizar essa manobra. Ao sair da câmara escura e olhar pela janela, o fotógrafo notou a presença de um objeto altamente luminoso, parado no espaço aéreo da Aeronáutica. Então, ele pegou a máquina fotográfica e sem abrir a janela tipo vidraça, que estava trincada, tirou uma foto.

O filme era formado por uma placa de vidro com uma camada sensível em sua superfície para gravar a imagem. Ele queria capturar outra foto, e o tempo para a troca do conjunto do filme só foi suficiente para pegar a luz do objeto se contorcendo e sumir como um raio em direção ao espaço sideral.

Alguém telefonou para a base aérea da Aeronáutica e quem atendeu se identificou como ‘tenente fulano de tal’. A ele foi informado a presença do tal objeto. A resposta dada foi que o objeto luminoso já estava sendo observado e que não era nem helicóptero, nem balão ou sonda, agradecendo a informação.

Aclair não acreditava na existência de OVNIS. Perguntei a ele: “e agora, passou acreditar?”. Não, ele respondeu, “não existem discos voadores”. Perguntei de novo em tom de brincadeira: “e se objeto, ao invés de forma de disco, for quadrado?”. Também não, respondeu! O pior cego é aquele que não quer ver. Ele faleceu sem acreditar.

Posteriormente, seu irmão mais velho Azildo, também já nosso conhecido, passou a retirar, por processo de várias revelações, o excesso de luz que se encontrava ao redor do objeto e acabou encontrando uma forma de disco que tinha nas suas partes central superior e inferior, vestígios de uma cúpula. Concluí que aquele excesso de luz sempre esteve presente nos avistamentos, seria para esconder a forma do objeto?

GENERAL ALFREDO MOACYR UCHÔA

Mais conhecido como general Uchôa, era uma figura conhecida no exterior e no Brasil como um dos maiores ufólogos brasileiros. Ele fazia pesquisas de campo aberto e havia um grupo que sempre o acompanhava, inclusive eu, que perdi várias noites em um morro perto de uma fazenda, nas proximidades de Alexânia, no Estado de Goiás.

Levava sempre comigo uma luneta, que foi um presente do meu amigo Morris Grodsky. Eu me preparei psicologicamente para não me suggestionar, caso aparecesse algo inusitado. Algumas luzes bem fraquinhas apareciam ao longe, de vez em quando, e eu, com a luneta dizia: “aquela luz é de um peão qualquer, procurando um lugar para fazer suas necessidades fisiológicas”. Algumas risadas, me pediam a luneta emprestada e concordavam comigo. General Uchoa dizia: “aqui há pessoas com pensamentos negativos, não vai aparecer nada”.

Em uma ocasião, ele se retirou com sua esposa que o acompanhava sempre e após algum tempo apareceu em velocidade acelerada fazendo grande poeira no local onde estávamos relatando que, na sua ida para casa, avistou à sua frente um pequeno veículo sem rodas que flutuava a uns dois metros do solo. Indo em sua perseguição, o carro desapareceu em meio a um clarão. A esposa testemunhou a ocorrência.

Aquela narrativa me deixou meio desiludido, pois se um simples pensamento chocava os ETs, uma perseguição a um deles então era muito pior e contrariava os conselhos dados pelo general.

O general Uchôa era um paranormal, de forma que eu sempre acreditei nas suas histórias, tais como entidades como Morya e Kuthumi, dois mestres espirituais muito citados na Teosofia, que vivem e moram em um vale

Tibetano e que são hoje considerados mestres espirituais da humanidade. Penso comigo: “será que eles ainda estão vivos e poderiam dar uma ajudazinha na situação da e desgraça do coronavírus?”.

Conta-se que os dois líderes espirituais praticavam verdadeiros milagres. Certa vez, mestre Morya esteve em Nova Iorque, no momento em que um coronel do Exército norte-americano traduzia para o inglês o livro “A Doutrina Secreta de Helena Blavatsky”, e estava muito interessado em conhecê-lo para uma orientação que precisava sobre o trabalho que realizava.

Em determinado momento, bateram em sua porta e, ao atender, a pessoa se apresentou como mestre Morya. Depois de um longo papo, mestre Morya disse: “para que você não duvide que estive aqui, deixo-lhe como presente meu turbante”, e se retirou.

O coronel pesquisou se naqueles dias havia chegado algum avião ou navio proveniente da Índia, não tendo encontrado qualquer notícia a respeito da chegada de algum transporte daquela região.

A conclusão do fato é que o mestre Morya teria deixado seu corpo na Índia, e, em seu corpo astral, materializou-se em Nova Iorque, na porta da casa do tal coronel, que, sem saber, comunicou-se com ele pelo desejo e necessidade que teve de sua ajuda. Fantástico, fantasia ou verdade? O turbante doado ao coronel, encontra-se hoje em exposição em um museu na Índia.

CONGRESSO NACIONAL DE UFOLOGIA E OUTROS FATOS

Graças aos esforços do General Uchôa, houve esse primeiro congresso com a vinda de ufólogos famosos do mundo todo, como o astrofísico Allen Hyneck,

conselheiro da Nasa e que foi também orientador do filme “Contatos Imediatos de Terceiro Grau”, do cineasta Steven Spielberg.

Frequentei com assiduidade todas as palestras. A abertura foi feita pelo famoso Allen Hynneck que em todas as suas conferências incitava a plateia: “quem já viu um disco voador levantar o braço”. Muitos levantavam, então ele fazia uma pergunta: “alguém já comunicou o fato a alguma autoridade ou entidade de estudos desses fatos?”. Ninguém levantava os braços. Dizia ele: “as pessoas têm medo do ridículo, e a falta de informações dificulta ainda mais os estudos a respeito do assunto.

Pois bem, levava comigo as fotos tiradas pelo Aclair, com a esperança de mostrá-las ao Hynneck. Mas, vi a impossibilidade disso pela quantidade de pessoas que o rodeavam nos intervalos das palestras.

Em uma dessas ocasiões, estava bem afastado da multidão que o cercava, quando Hynneck saiu do meio do grupo e gesticulou o braço em minha direção. O grupo que estava ao seu redor olhou na mesma direção, inclusive eu. Voltou a gesticular o braço novamente em minha direção, aí constatei que ele de fato estava me chamando.

Fui até ele e, ao chegar, me perguntou se eu queria lhe dizer alguma coisa. Respondi que queria mostrar-lhe umas fotos e imediatamente passei para as mãos dele, dizendo em pouquíssimas palavras o que havia ocorrido. Ele levantou as fotos contra a luz e disse apenas: “muito interessante”. Então, tirou do bolso um cartão com seu nome e endereço e disse para eu lhe escrever e enviar o que pudesse a respeito do assunto.

Imediatamente passei a ser o alvo de curiosidade das várias pessoas ali presentes. Tenho comigo até hoje o cartão que me deu, está todo amarrotado de tanto mostrá-lo a outras pessoas. Demorei muito a me comunicar com ele, que veio a falecer sem o atendimento solicitado.

Houve uma vez um pedido por parte da Delegacia de Planaltina, por ter caído por lá um objeto não identificado. Eu não estava de plantão no dia, mas alguém gritou por lá: “isso é um caso para o PCF Mauriçãõ”. Claro que eu me prontifiquei e, chegando ao local, constatei que o objeto era um balão sonda, feito com isopor, tendo no interior um pequeno transmissor e uma antena vertical feita com um pedaço de fio rígido, bastante elementar.

Em seu interior havia uma placa com dizeres em um idioma desconhecido, que não era muito comum. Percorri algumas embaixadas para tentar identificar, mas ninguém sabia, até que alguém disse que poderia ser polonês. Como não achei a embaixada da Polônia, não continuei com a pesquisa.

Ao mencionar acima a cidade de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, me lembrei de um pequeno fato ocorrido que teve a minha participação. cursava normalmente meu curso, na faculdade de Filosofia Ciências e Letras, no Estado do Rio de Janeiro, e tive um dia curiosidade de conhecer o Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA (abro aqui um parêntese para narrar a causa de meu interesse pela aviação).

O marido de uma tia minha era piloto e possuía um velho avião de origem inglesa, no qual dois primos, filhos do casal, e eu voamos muito. Resolvi então tirar o brevê de piloto. Consegui uma bolsa de estudos no Aéreo Clube de Goiânia e comecei a frequentar o curso.

No final do curso, apesar de já estar pilotando só, mas com a presença do instrutor no avião, que era um polonês, ele não quis me liberar por não ter recebido ainda meu certificado de reservista do Exército. Como eu já estava com viagem marcada para me mudar para o Rio, perdi a oportunidade de ser piloto.

Na ocasião assisti à liberação de um amigo meu que também fazia o curso, e, após algumas subidas e descidas,

o instrutor desceu do avião e deu o comando: “vai”, e o colega deu uma arrancada com o avião e levantou voo.

O instrutor geralmente não diz ao aluno que vai soltá-lo, porque a sensação é muito intensa. Esse colega de curso, chamado Íon Costa Campos, era um bom aluno. Ele me disse várias vezes que gostaria que o avião que estivesse pilotando só desse pane, para ver como ele conseguiria se safar.

Eu dizia que ele era um maluco, e ele ria sempre. Logo que recebeu o brevê e mais algum tempo de voo, arranhou um emprego de piloto comercial internacional.

Voltando à ‘vaca fria’, fui até a cidade de São José dos Campos e, durante a visita, fiquei sabendo da disponibilidade de bolsas de estudos, em que o aluno tinha direito, durante todo o curso, a um salário de aspirante e recebia o diploma de capitão e o título de engenheiro aeronáutico.

Consegui me inscrever e voltei para o Rio de Janeiro, trancando a matrícula na faculdade, partindo novamente para São José dos Campos. Após alguma temporada, o governo ou a própria Aeronáutica cortou a bolsa. O que acontecia é que, após a formatura, os donos de companhias aéreas particulares ficavam na porta do Instituto oferecendo emprego aos formandos, com salários muito maiores do que a de capitão, que eram aceitos por quase todos, e a Aeronáutica, que formava os engenheiros, ficava no prejuízo.

Como precisava do dinheiro para ajudar minha mãe que morava em Goiânia, pedi dispensa da escola e voltei para o Rio de Janeiro, reabrindo a matrícula na faculdade para dar continuidade ao curso. Aliás, foi até melhor, pois eu não iria aguentar o rojão daquele curso não, aquela escola era só para ‘cabeção’.

Após alguns dias depois de reiniciar o curso, um tio sugeriu que eu procurasse o Centro de Pesquisas Nucleares, que funcionava no bairro da Praia Vermelha,

e me apresentasse ao criador daquele Centro, que era ninguém menos que o cientista César Lattes, a quem eu já conhecia de nome, pelos estudos importantes que ele havia feito nos Estados Unidos, sobre partículas subatômicas, tipo “mesons”.

Eu não havia pedido nada disso ao meu tio, mas, em consideração, fui até lá e me apresentei. O grande cientista me recebeu educadamente e me informou que eu iria trabalhar com a esposa dele, que era formada em matemática e que estava lotada em São Paulo, mas de volta para o Rio de Janeiro.

Logo na entrada do Centro, havia uma grande sala com quadros negros para anotações e exercícios. Naquele momento, havia alguns ‘cabeções’ fazendo exercícios de cálculo integral, um dos meus complexos. “Fique à vontade”, disse-me o famoso cientista.

Por curiosidade, entrei no laboratório e vi vários aparelhos, um dos quais uma Câmara de Wilson, já minha conhecida, com um papel fixado avisando que estava com defeito. Além de outras máquinas, às quais eu não conhecia, todas com defeito. Porém, os aparelhos pareciam ser bem novos.

Frequentei o local cerca de um mês e meio e, durante esse período, nada da esposa de Cesar Lattes aparecer, que também trabalharia nessa frente. Ele sempre conversava com as pessoas dizendo: “não quero ver ninguém reprovado em física por aqui não”.

As pessoas que estavam por lá, em sua maioria, faziam algum um estágio e aproveitavam a oportunidade. Eu ainda estava à espera da esposa de Lattes para receber alguma orientação.

Nesse intervalo de tempo, fiquei de segunda chamada em uma parte da disciplina de Física e, ao invés de estudar e ficar livre do problema, viajei para Goiânia e não voltei a tempo de fazer a prova, ficando com dependência

nessa matéria para o ano seguinte. E, por isso, não voltei mais para o Centro de Pesquisa.

César Lates notou minha ausência e procurou por mim, ficando sabendo do motivo pelo qual eu havia deixado de frequentar o local – a reprovação em Física. Ele ficou chateado com o ocorrido e disse que falara aquilo por brincadeira, e pediu à Administração do Centro que me localizasse de qualquer maneira, pois queria falar comigo.

Falei com ele por telefone, dando alguma desculpa, dizendo que meu afastamento foi por motivos de força maior. Mas, de fato, para mim, seria o encontro com outras feras, além da falta da grana que eu tinha obrigação de enviar para minha mãe. Ele se lamentou, me dizendo ao telefone: “que pena”.

No meu curso fiz amizades com três colegas, Orlando Cunha Aréia, Cláudio Manoel Scheaffer e Eugênio Pelerano, que estudava física. Eugênio de fato era um gênio! Ele era professor da Escola Técnica Nacional e ganhou alguns prêmios pelas suas várias invenções, criou e montou um motor a jato que funcionou dentro da Escola. Naquela época ainda não havia avião a jato.

Pelerano era casado, tinha seis filhos e passava algum aperto para sustentar sua grande família. Na faculdade onde estudávamos, não havia um laboratório de física, para pequenas experiências. Assim, resolvemos montar um. No terreno em frente ao prédio principal da escola, havia várias casas vazias, escolhemos uma das maiores e começamos a arranjar sucatas para a construção de aparelhos.

Conhecia lugares na cidade, como na Rua República do Líbano, que tinha enorme quantidade de lojas de material eletrônico das quais eu já era freguês há muito tempo, como também em São Paulo, na Rua Aurora e proximidades, e que eram dez vezes melhores do que no Rio.

Aliás, tenho ainda em minha posse centenas de componentes eletrônicos, tipo células fotoelétricas, relés de

vários tipos, capacitores e resistores os mais variados. Tenho dois quartos no andar térreo em minha casa, sendo que em um deles era onde guardava, em grandes caixas, toda minha sucata. Como agora fiquei morando somente no térreo, meu filho mais novo desocupou o cômodo com a bagunça das caixas, levando-as para um barraco no fundo do quintal.

Ultimamente, montei alguns projetos, preferi comprar novos componentes, do que tentar achá-los nas diversas caixas. Apesar da eletrônica ser meu hobby, meus conhecimentos teóricos são muitos restritos, mas, tenho desenvolvido alguns projetos bem interessantes.

Como dizia, nosso laboratório de física já contava com alguns aparelhos de medidas e mais alguns para provar alguma teoria, mas ainda com pouquíssimas coisas. Quando resolvemos montar algo mais concreto, pensamos logo em um gerador de Van de Graaff.

Esse aparelho é de fato um gerador eletrostático, usado para elevar um potencial elétrico. Nesse equipamento os íons positivos produzidos em uma extremidade são transportados por uma correia eletricamente isolada, sendo colhidos por uma pequena escova metálica junto a uma pequena esfera também metálica, polida, na qual as cargas são armazenadas e guardam milhares de volts, até serem descarregadas repentinamente, produzindo estrondos de relâmpagos e raios.

Pois bem, a montagem da geringonça coube mais ao colega Pelerano, que tinha maior habilidade. Posto a funcionar, após alguns ajustes, colocada a esfera em curto, ouviu-se o barulho e um grande clarão. Foi um sucesso após a visita por parte do restante da turma de física e de outros cursos. À noite então, o efeito era melhor. Não demorou muito o sucesso, veio da direção da escola uma ordem para parar as experiências. Então, o colega Pelerano resolveu montar a

tralha na garagem de sua residência e lá fizemos algumas adaptações e outras experiências noturnas.

Um belo dia, um carro da rádio patrulha da polícia local veio para nos intimar a pararmos com nossos testes, devido a reclamações da vizinhança local. Falei com o colega que seria melhor parar, pois estávamos correndo perigo de sermos queimados vivos pelo povo, como os bruxos de séculos atrás.

O colega Eugênio Pelerano sabia que eu estivera em uma pequena temporada no Centro de Pesquisas Nucleares e me convidou para tentarmos alguma coisa por lá. Eu disse que não iria pois só havia feras por lá. Então ele disse que iria sozinho: “vou mudar de política e ser menos humilde. Se falarem comigo sobre qualquer assunto de matemática, vou botar pra quebrar dizendo que meu assunto é a prática da física”, respondeu.

Ao nos encontrarmos novamente, ele me contou exatamente o que ia fazer. Tocaram no assunto de matemática com ele, ao que respondeu: “vocês são todos uns teóricos, quero ver é na prática, no laboratório”. Todos o acharam muito convencido e o colocaram no laboratório. Em poucos dias, ele consertou todos os aparelhos que voltaram a funcionar, bem como os materiais que lhe eram confiados. César Lates na época estava em Niterói e ficou sabendo do trabalho dele e o chamou para ajudá-lo.

Quando me encontrei com ele, me chamou para ajudá-lo a montar um aparelho de origem italiana, dizendo: “sei que você tem habilidades, vem me ajudar”. Mais uma vez me desculpei e não fui, por vários motivos e a necessidade da ajudar minha mãe.

César Lates, sabendo da dificuldade que o colega Pelerano tinha para o sustento da família, arranhou uma bolsa de estudos para ele. Depois de algum tempo o colega descobriu que fora cortada sua bolsa e quem estava bancando o pagamento era César Lates, que tirava do próprio

bolso e não contara a ele. Quando soube do caso, imediatamente pediu para sair. Cesar Lates tentou convencê-lo, mas ele não aceitou. Logo em seguida, Lates largou tudo e mudou-se para os Estados Unidos.

Aproveito aqui a deixa para contar o caso não semelhante, porém com algo em comum com implicações de ser cientista no Brasil. Os peritos do laboratório no País de Gales, onde estagiei, todos PHDs e doutores, eram considerados como cientistas e eram praticamente chefiados por um policial.

O pessoal do laboratório sempre me perguntava se nós éramos considerados como policiais e se poderíamos usar armas. Eu dizia que sim e que andávamos armados. Um deles perguntou se eu já havia atirado em alguém, respondi que sim e que havia matado dois caras, mas o meu caso foi por legítima defesa, não sei se ele acreditou.

MINHA DEDICAÇÃO À ANP

Naquela época, faltavam professores com competências adequadas para algumas disciplinas, como no caso da Documentoscopia, e a Academia sempre pedia minha colaboração. Modéstia à parte, eu obtinha inteira aceitação por parte dos alunos. Comecei a ensinar em 1970, e todos os anos, até aproximadamente 2010, recebia da ANP solicitação da continuidade na ajuda como instrutor.

Por falar em Academia, me lembrei de um fato mais ou menos inusitado, ocorrido quando ministrava uma aula para uma turma de peritos. Um dia antes amanheci meio indisposto e durante a aula me senti um pouco pior. Aí perguntei para a turma em tom de brincadeira: “há aqui alguém que é formado em medicina?”. Um dos alunos levantou mão e respondeu que era. Então eu disse: “se eu cair duro aqui você me socorre?”

Acho que estou com uma pneumonia”, continuando com o assunto da aula.

Não percebi, mas algum aluno deve ter saído da sala e foi até a Administração narrar o fato. De repente, a porta da sala se abre, e entra um conhecido meu, me agarrando pela cintura, me pegando no colo e saindo em direção ao consultório médico que ficava no final do longo corredor aberto dos lados. Apesar de meu peso ser menor do que um ‘peso pluma’, o corredor é bem comprido.

No meio do caminho pedi para que ele me colocasse no chão, que eu iria caminhando. Mas ele nem quis saber. Ao chegar no consultório, abriu a porta e colocou-me diante do médico dizendo: “doutor examine o pulmão desse teimoso aqui, que parece estar com uma baita pneumonia”.

O médico me examinou cerca de meia hora e disse: “não há dúvida, tire uma radiografia imediatamente, vou indicar um antibiótico e você deve repousar”. Eu disse que só iria liberar os alunos. Sabia o problema que iria gerar para a Academia, na troca de professor e também com os alunos, com didática diferente, questões de provas que poderiam prejudicá-los. Claro, tirei a radiografia, me mediquei, mas continuei ministrando as aulas até a época das provas.

O CASO DA BOMBA AO LADO DO PALÁCIO DO ITAMARATY

Era época de Natal, e enfeites alusivos às comemorações eram colocados pela da cidade e nos prédios públicos, celebrando o momento festivo. Aproveitando-se da ocasião, algum insano montou uma bomba de fabricação caseira, fez um pacote com papel de presente, colocou em uma sacola e deixou ao lado de um prédio, em um lugar conhecido como Bolo de Noiva, ao lado do Palácio Itamaraty.

Tudo indica que um gari de limpeza pública que sempre ficava por ali foi o primeiro a entrar em contato com aquele material. Acredito que o fato ocorreu da seguinte maneira: quando o gari viu aquela arrumação toda, deve ter achado que fosse um presente do Papai Noel para ele. Começou a abrir a sacola, retirando o embrulho, desenrolando o papel de presente e abrindo a tampa da caixa de madeira que estava dentro, quando o dispositivo tipo armadilha disparou, fazendo um bom ruído, que o assustou deixando cair a caixa no chão.

Papai Noel não deu o presente, mas o salvou da morte certa. Aquele presente de fato era uma bomba, em que no momento de sua abertura havia falhado porque um prego que prendia a armadilha estava torto e não deixou ocorrer a explosão.

Posteriormente, alguém mais esclarecido, passando por lá, acionou a polícia. Compareceram ao local os peritos Dácio Marques Rodrigues, Zaira Hellowel e Antônio Augusto de Araújo com a tarefa de atender ao exame de local.

Os três colegas atenderam com bravura e expertise ao caso, inclusive correram risco de morte ao mexerem na caixa, pois, caso não fossem minuciosos, o prego que não deixou a continuidade do processo de disparo ainda poderia se soltar de onde estava preso, e, conseqüentemente, a bomba explodiria.

NOTAS SOBRE A CAPITAL DO BRASIL

Acho que aqui cabe um breve esclarecimento sobre a capital federal do Brasil e suas cidades satélites.

O Estado de Goiás fez uma doação ao Governo Federal de uma área de terreno, retirada do próprio Estado, medindo 5.802 km², para construção da nova Capital do País,

que seria o Distrito Federal – pouco ou nada conhecido até então pela população brasileira.

Nas saídas de qualquer cidade satélite, via Estrada Parque Taguatinga (EPTG), há placas indicativas sentido Brasília. As pessoas que não conhecem bem a região, turistas por exemplo, podem ficar confusos quanto a essa localização.

Se um habitante que reside em Planaltina, por exemplo, é indagado se mora em Brasília, provavelmente vai responder que não, por desconhecer que este é um município do Distrito Federal que é também Brasília. A resposta correta seria: “moro em Brasília, em um bairro chamado Planaltina, distante 57 km do Plano Piloto, que também se chama Brasília, cujo nome é também o da Capital do Brasil”.

Atualmente, é utilizado o termo Região Administrativa para designar as cidades satélites como Planaltina, Taguatinga, Gama, Guará, Sobradinho, entre outras, que compõem o Distrito Federal, formando, assim a Grande Brasília.

CUIDADOS COM O MATERIAL QUESTIONADO

Em sala de aula, costumava explicar sobre o tema da disciplina, bem como sobre os cuidados que se deve ter com o material de exame, e, em relação a isso, contarei dois fatos ocorridos.

As preocupações com os mesmos são ditas em quase todos os livros, onde se trata da matéria. O material questionado para o exame é considerado sagrado ao perito. Pode ser uma mancha de sangue em um tecido qualquer, um fio de cabelo, uma arma de fogo, uma arma branca, ou uma faca peixeira.

Para a matéria ou assunto grafotécnico, pode ser um cheque ou qualquer tipo de documento em branco ou contendo assinaturas. É considerado como a prova do crime e seu sumiço é um problema sério.

Durante as aulas, com vários documentos sobre minha mesa, mantinha um cuidado todo especial. Quando a copeira vinha servir água ou café, eu afastava toda a papelada para outro canto da mesa, com medo de um possível desastre que pudesse inutilizar algum documento.

Presenciei certa vez umas rajadas de ar levantarem papéis que davam piruetas e caíam diretamente na lixeira e, de imediato, a moça que fazia a limpeza, cônica dos seus deveres, despejou o conteúdo no clássico saco preto e, se ninguém tivesse observado, era uma vez um documento, talvez de importância para a realização do laudo.

No Estado do Maranhão, uma perita, ao entrar na sala do chefe daquele Secrim, esbarrou em uma xícara com café, derramando a bebida sobre alguns documentos que estavam sendo examinados, e ele, ao invés de chorar, começou a rir e a perita perguntou ao colega: “de quem você está se lembrando agora?”. Imediatamente, o colega respondeu: “do Maurição”.

Não fiquei sabendo como resolveram o problema, mas na descrição do documento não poderia haver mancha de nenhuma natureza, e realmente foi enviado sem marca nenhuma.

Comigo mesmo aconteceu um sumiço de um cheque que fora enviado ao INC por uma das forças armadas. Desconfiava-se que o cheque havia sido falsificado por um oficial subalterno, utilizando a assinatura de um oficial superior, que pediu urgência na realização do laudo.

Na ocasião, eu era chefe do Serviço Pericial e atendia dezenas de telefonemas de todos os serviços descentralizados do Brasil, e saía com o cheque nas mãos. Mas, em um momento não encontrei mais o cheque, fiquei

procurando uns três dias e, nesse intervalo, o oficial me telefonou várias vezes, cobrando a entrega do laudo.

Nem conseguia dormir de tanta preocupação. Todos os colegas ajudando procurar e nada! No quinto dia, cabis-baixo, cheguei ao INC disposto a me entregar para ser preso, quando me deram a notícia do achado do cheque, que estava simplesmente dentro de um cofre, no qual, no final do expediente eram guardados os documentos.

Acho que foi o laudo mais rápido que eu fiz. Imediatamente, telefonei ao oficial, que mandou buscá-lo em seguida. É uma situação muito desagradável, só quem passou por isso sabe.

Em outra ocasião, uma colega perita também perdeu um documento e ajudei a procurá-lo. Viramos lixeiras, vasculhamos lugares inusitados, 15 dias de busca e não foi achado. A colega ficou com os olhos inchados de tanto chorar.

Aí tive que comunicar à direção, na ocasião eu era vice-diretor. A sorte da colega é que ela havia tirado um xerox do documento. O diretor não gostou da notícia e logo depois me chamou para discutir como seria feita a comunicação, dizendo: “nem sei como começar”.

Então dei minha ideia: “começaria assim – Querido juiz”. Ele ensaiou escrever, mas, quando notou o que eu disse, jogou a caneta longe e berrou: “olha a brincadeira”. Bem, em uma ocasião dessa não vejo maior delicadeza. “Sabe, vou despachar para você informar”, disse ele. Eu respondi que isso seria um caso para um super diretor: “eu sou simplesmente um vice, e vice e nada é a mesma coisa”.

“Vamos parar a brincadeira, a sorte é que a colega tirou um bom xerox do documento perdido”, ele disse. Finalmente foi enviada a comunicação, da qual não houve resposta do juiz. Acho que, se respondesse, seria na forma de prisão que talvez sobrasse também para mim.

Conto aqui um caso que assisti quando estive em Cardiff, capital do País de Gales, onde estive estagiando

por quase um ano, para dizer que não é só no Brasil que se dá fora não. Estava acompanhando um exame de cabelos, feito pelo chefe de um dos diversos laboratórios lá existentes, quando o mesmo pegou um pequeno embrulho, onde estava o material a ser examinado.

Ao abrir o pacote, ele não conseguiu se conter e deu um espirro em cima do embrulho e os cabelos voaram para todos lados. Foi cômico, tive que me segurar para não dar uma gargalhada. Aí, ele e uma perita ou ajudante ficaram de quatro no chão, na ponta da bancada, procurando os cabelos. Discretamente dei uma olhada e vi o chefe fazer um sinal para ela com o dedo, como para ficar calada e ao mesmo tempo dizer: “ah, aqui estão”, levantando com o papel, claro, sem nada dentro. Pensei comigo, “esse exame já era”.

O fato é que o técnico não dispensou proteção adequada ao material a ser examinado. O espirro foi um acidente, mas, mesmo assim ele deveria ter usado uma máscara, pois até uma respiração mais forte poderia espalhar aqueles cabelos, principalmente se fossem poucos. Outro erro, se ele estivesse disposto a me mostrar alguma técnica, não deveria ter usado o material enviado especificamente para o exame, bastaria usar seu próprio cabelo ou de sua assistente. Na ocasião foi cômico, hoje sinto pena do fato ocorrido.

PADRONIZAÇÃO DOS LAUDOS

Antes de dar continuidade, lembro-me que, no começo de nossos trabalhos, os laudos – tanto os nossos, como os de outras instituições – não seguiam uma padronização, isto é, uns começavam descrevendo o objetivo do exame, outros faziam primeiro um histórico, outros ainda descreviam os padrões, até em versos cheguei a ver.

Conversando com o diretor a respeito, ele disse que isso teria que ser modificado, e aproveitando a minha presença, comentou: “vou indicar você para realizar um estudo e colocar uma ordem mais lógica nessa questão”. Pensei comigo: “agora tenho que aguentar”. Passei a pensar no assunto.

Para a existência do laudo, tem primeiro que haver uma infração qualquer baseada na grafoscopia. Vamos supor um caso de falsificação de uma assinatura, na qual terá que vir um documento para ser examinado, que representará a infração para gerar a existência do laudo. Este item seria então: “Do material questionado”, que seria descrito com todos os detalhes para sua individualização, para evitar sua troca futura.

De posse da infração, o lógico será: “Do objetivo do exame”. Em seguida, para iniciar os exames, terei que ter os padrões, logo o título seguinte será: “Do material gráfico padrão”, na sequência seria a realização do exame, logo o nome seria: “Dos exames”. Finalmente, “A conclusão”. Se houver quesitos, serão respondidos após “A conclusão”, com o título: “Respostas aos quesitos”.

Um dia, recebi um telefonema do professor Del Picchia, dizendo que a sequência da padronização, realizada no INC, era a mais certa e que iria usar nos seus laudos. Hoje acho que todos os Institutos de Criminalística do Brasil adotam essa sequência.

Tinha um pequeno relacionamento com José Del Picchia, pois quem fornecia os livros de sua autoria, sendo coautor seu filho Celso, aqui em Brasília, era eu. E ainda não havia comprado seu livro por alguma dificuldade da qual não me lembro. Os livros se esgotaram e não pude comprar.

Em uma de minhas férias no Rio de Janeiro, andando pelo Centro da cidade, vi uma pequena livraria e resolvi entrar, apenas por desencargo de consciência perguntei

da existência do livro e o balconista o trouxe dizendo que só havia aquele volume. Pequei todo o dinheiro que tinha no bolso, inclusive moedas, e consegui comprá-lo. Pelo menos, serve para enfeitar minha pequena estante.

Ele tinha dois escritórios em um prédio na Avenida Paulista e algumas vezes almoçamos juntos por lá, como também em Manaus e em Brasília. Infelizmente, ele faleceu vítima de um atropelamento, na própria Avenida Paulista.

GRAFOSCOPIA

Quanto à grafoscopia, apresento aqui três confrontos interessantes. O primeiro ocorreu quando me apresentaram em sala de aula um papel com dois textos manuscritos sem nenhuma assinatura, para determinação de unidade, de punhos ou não, entre os dois textos escritos à mão. Notei que estavam testando minha conclusão.

Em um primeiro exame me pareceu serem de um mesmo punho por apresentarem várias identidades gráficas, tais como: velocidade e inclinação, idêntico calibre, formas semelhantes, etc. Com um pouco mais de cuidado e mais tempo, encontrei elementos gráficos inconspícuos em forma de alguns ideogramas repetidos em várias palavras, que me permitiram concluir pela diversidade de punhos entre os dois textos confrontados.

Após minha conclusão, me disseram que de fato os dois textos foram lançados por duas alunas diferentes que estudavam em um mesmo colégio, em salas diversas e nem se conheciam. Realmente os dois lançamentos são muito parecidos e podem levar a enganos, pois as divergências são sutis. Por isso, para quem não conhece o caso, faça seus próprios exames como apresentação de um teste.

Entre as turmas de peritos que ministrava aulas na ANP, havia dois peritos gêmeos, pedi a eles que escrevessem um mesmo texto e fiz os exames de confronto, as escritas eram bem diferentes.

O terceiro caso é um assunto sobre psicografia. Durante mais de 30 anos ministrando aulas na academia, onde tive a honra e o prazer de participar da formação de todos os peritos criminais federais, sendo 1.000 ainda na ativa, 214 já aposentados, e 3 inativos, o mais curioso é que em todas as turmas sempre vinham alguns alunos me perguntar se eu já havia feito perícia sobre algum caso de psicografia. Eu respondia que não, principalmente pela falta de casuística, e, apesar de já ter pensado no assunto, nunca tive oportunidade de ter em mãos um material gráfico para realização de tal exame.

Não demorou muito, um grupo de uma das turmas apareceu com um material em que uma pessoa com mediunidade teria atendido a uma comunicação psicográfica, e o falecido teria deixado em vida um material gráfico que os alunos anexaram ao manuscrito ditado pelo espírito já desencarnado.

Geralmente o material gráfico deixado pelo falecido é inadequado por razões óbvias. Também não foram coletados material gráfico do médium. Bem, nem sempre o perito consegue o material que precisa para realização de seus exames, tendo que se virar com o que tem em mãos. Passei então aos exames. Também não vou narrar aqui as dificuldades que tive e nem apontar os detalhes técnicos do confronto. Direi apenas que encontrei semelhanças entre o material gráfico do falecido, quando em vida, com o material gráfico ditado pelo espírito ao médium.

Foram encontradas também divergências que podem ser do próprio médium, em que se coloca estranhas ao seu próprio subconsciente, que o obriga a lançar elementos gráficos naturais próprios. Em seus manuscritos, se

dependesse de mim a responsabilidade da prova, por meio da grafoscopia, da existência da vida após a morte, claro, eu teria que realizar, inúmeros exames com pessoas dotadas de mediunidade e vários casos diferentes para ter provas consistentes da verdade.

Para mim, apesar do pouco resultado do exame que realizei já me agradou, porque sei que não há mais dúvidas em relação a essa verdade, pelas milhares de experiências realizadas no mundo inteiro provando essa realidade com instrumental eletrônico. Este estudo é muito importante para a humanidade e deve ser realizado separadamente.

Todo o material gráfico dos alunos gêmeos e do exame psicográfico foram levados pelos alunos, fiquei apenas com os dois textos das duas moças alunas, já com seus prenomes Simonny e Bárbara, lançados respectivamente ao final de cada texto, os quais seguem anexos neste livro.

Narro ainda como curiosidade, um caso ocorrido comigo. Aqui em Brasília apareceu um arquiteto fazendo propaganda de construção de casas mais ou menos pré-moldadas a preços razoáveis. Fiz contrato com o mesmo para construção de uma casa em um lote que havia no Lago Sul, com empréstimo da Caixa Econômica que liberava as parcelas à medida que a construção avançava.

Estava de férias e, quando voltei, fui ao banco retirar mais uma parcela e notei que havia uma retirada com uma assinatura minha falsificada. Procurei o arquiteto e ele disse que precisou do dinheiro para continuar a obra e fez a retirada, só que usou meu dinheiro em outra construção. A Caixa aceitou a assinatura. Por causa desse problema, a Caixa Econômica me contratou para ministrar uns três cursos, nos quais formei uns dez peritos gráficos.

Voltando ao arquiteto, ele me contou que fazia as falsificações escrevendo o nome falso de cabeça para baixo. No INC havia um perito engenheiro que escrevia em um quadro negro que podia ser girado em seu eixo lançando de

um lado uma assinatura de cabeça para baixo, e, quando se girava o quadro, a grafia se apresentava sem tremores e muito parecida com a original.

Demorei, mas descobri que para virar a assinatura de cabeça para baixo, muitas pessoas conseguem utilizar o hemisfério direito do cérebro, que é o lado artístico, facilitando a aparência do lançamento.

Mande derrubar a placa do arquiteto, formei um grupo de pedreiros, mudei a planta da casa, com autorização da Novacap, e morei lá por muitos anos. Tive que me desfazer da casa que até hoje está lá, e quando a vejo sinto saudades. O bandido deu cano em muita gente por aqui, inclusive em juízes, tendo que fugir às pressas.

EXAMES PERICIAIS EM SITUAÇÕES ADVERSAS

Como ninguém se interessou pela publicação deste trabalho, vou relatá-lo aqui, até mesmo para incentivo de alguém que queira ou tenha interesse, de fato, em resolver um problema relativo à área criminal, provando, assim, a utilização do item terceiro das qualidades de um PCF: insistência.

Compreendi mais tarde que esta informação dada por mim, neste momento, poderia dar mais trabalho aos colegas, pois seria muito mais fácil argumentar coisas do tipo: “o local não havia sido preservado”. Eu acho que é um defeito meu ter a pretensão de sempre tentar fazer algo difícil ou impossível de ser realizado – por isso, dou aqui razões a quem pensa diferente de mim. É que particularmente penso: “melhor a glória da busca do que a solidão do acomodamento”.

Com o respectivo título acima, no âmbito da Criminalística, pretende-se realizar uma tentativa para

aqui identificar aqueles exames periciais que se apresentam em condições desfavoráveis ou até mesmo nos pareçam estranhos ou irregulares, que com alguma frequência pode acontecer no dia a dia dos peritos criminais.

Geralmente, quando se tem algo a apresentar como novo, logo se verifica que já houve antecipação do fato e, assim, para evitar uma repetição desnecessária, muitas vezes, deixa-se de passar mais uma informação que, por mais simples e repetitiva que seja, mas que talvez enfocada de maneira um pouco diferente, pode ser de utilidade a alguém.

Portanto, não há aqui nada de original, além do que já acontece no cotidiano dos Peritos Criminais de um modo geral. O objetivo é simplesmente tentar dar um estímulo a mais a quem se encontra de posse de um caso aparentemente insolúvel, tecnicamente falando, ou cerceado por algum dogma, incitando a refazer a pesquisa e uma análise mais cuidadosa sobre o assunto, antes de declarar a impossibilidade total da realização do exame.

O fato é que a Criminalística estabelece certos parâmetros que frequentemente se adotam e que representam, às vezes, alguns entraves ao bom andamento da investigação, podendo nos referir, por exemplo, as recusas em efetuar determinados exames por serem considerados fora dos padrões pré-estabelecidos, como: em locais de morte violenta ou crimes em geral, entre outros.

Para começar com os mais importantes e mais polêmicos, que, supõe-se, não foram resguardados dentro dos conformes, e que, muitas vezes, depois de desfeitos, ainda podem guardar elementos importantes na ajuda da elucidação do fato material.

Documentos apresentados não em original, ou seja, reproduzidos em xerox. Elementos outros de ordem material que não apresentam suficiente idoneidade por alguma razão qualquer, as vezes até material apreendido

e apresentado pela própria autoridade competente, em que se deve presumir sua idoneidade até que se prove o contrário.

Quanto ao levantamento de locais, o Código de Processo Penal salienta de fato a conservação da idoneidade do local até a chegada dos peritos, (art.169), e estabelece a realização de exames, direta ou indiretamente, quando a infração deixar vestígios (art..158), não proibindo taxativamente o levantamento no caso de locais inidôneos, que, mesmo assim, ainda podem conter vestígios suficientes que permitam, pelo menos, oferecer uma individualização do fato para sua posterior caracterização.

Só no caso de completa impossibilidade de realização do exame o perito deve apresentar seus fundamentos, para, assim, interromper o processo. E é necessário sempre constar de nossos relatórios e laudos as limitações que se fizeram necessárias quanto às condições em que foram realizados tais exames que culminaram com as devidas conclusões.

Apesar dessas limitações, quando os exames forem levantados com os devidos cuidados, as informações conseguidas serão de grande valia no campo investigatório, fortalecendo ainda a prova testemunhal.

A moral da história é: sempre que possível, o perito deve tentar resolver o problema, não de maneira afoita, com conclusões precipitadas, mas com o devido cuidado e tranquilidade, oferecendo seus conhecimentos e contribuindo para o esclarecimento da verdade.

Na labuta diária, quando na ativa, era comum escutar alguém ao telefone explicando que tais exames solicitados não poderiam ser realizados, por falta de técnicas adequadas, como, por exemplo, exames de tinta, documentos em xerox, além de outros, certamente em resposta à pessoa que estava na escuta. Então eu abordava a quem

atendia e pedia para solicitar à mesma que enviasse o documento ao INC, para ser estudado.

Geralmente esses pedidos de exame de tinta eram para determinação de sua ancianidade, que eram determinados pelo tipo do papel, pela selagem, pela própria ortografia, até mesmo pela própria tinta utilizada e pelas manchas encontradas, mostrando artificialidade no envelhecimento do papel.

Em um dos casos, coincidentemente foram enviados dois documentos, um proveniente do Estado de Goiás e o outro do Amazonas, em datas bem espaçadas e com dados diferentes um do outro. Os papéis utilizados aparentavam características de serem antigos, como também a tinta era do tipo ferrogálica, utilizada adequadamente na data consignada. Havia também a presença de furos característicos aos produzidos por traças, tudo indicando uma autenticidade.

Eu já estava para concluir, atestando a autenticidade do documento quando um colega veio falar comigo dizendo que havia recebido um caso para determinação da idade de um documento e pedindo minha opinião a respeito.

Peguei o documento e comecei a analisar. Após algum tempo, verifiquei alguma semelhança com o que estava comigo e perguntei de onde tinha vindo, ao que ele respondeu que era do Amazonas. Observei um pouco mais e, quando vi os orifícios, por curiosidade, fiz uma superposição entre os dois documentos e, surpreso, vi que os buracos se encaixavam perfeitamente entre os dois documentos. Fiquei um pouco sem raciocinar até cair a ficha, pensando que isso não poderia ser coincidência. Essa super traça viajou entre os dois Estados, para fazer os mesmos buracos nos dois documentos.

Tivemos que fazer um novo raciocínio e a conclusão a que chegamos foi que aquelas folhas deveriam estar presas a um livro, para ocorrer o fenômeno. Tiramos xerox

das duas folhas, uma para o caso que estava comigo e outra para o caso do colega, e fizemos as devidas ilustrações com as conclusões de falsidade para os dois casos.

Por causa desses laudos, foi descoberto que o falsificador era um indivíduo chamado Juquinha, que era tabelião aposentado dono de cartório em Goiânia, que possuía diversos livros com folhas em branco, e conhecia a fundo a grafia da época, os valores dos selos e tudo o mais para realizar uma falsificação e montagem de um documento. Ele era conhecido dos grileiros do Brasil que pagavam a ele uma nota preta para forjar documentos que eram usurpados das terras devolutas, tanto em Goiás, como no Amazonas e em outros Estados brasileiros.

Outro caso bem mais fácil para determinar sua autenticidade foi resolvido verificando uma marca d'água que o documento possuía que ostentava uma data da época de fabricação do papel, que era bem posterior à data do documento, logo, anacrônico à produção do mesmo.

Em outra situação, também solicitando exame de tinta, foram enviados de uma só vez, provenientes de um Ministério, oito documentos para determinação de anciandade, com datas diversas como 1869, 1884, 1921, entre outras, provenientes dos mais diferentes lugares.

Como o exame da tinta da época era impossível de ser realizado, passei a fazer o confronto grafotécnico dos manuscritos de cada documento, verificando que o punho do escritor dos oito documentos era o mesmo, o que não era plausível pois as datas eram bem distantes umas das outras, além de ter constatado a artificialidade no envelhecimento dos mesmos.

Escolhi algumas frases de cada documento tirando xerox das mesmas com as respectivas datas e coleí um conjunto ao lado do outro para estudar e facilitar o confronto, sem me preocupar muito com a aparência. Na ocasião, estava nos visitando o colega Leonardo, diretor da Polícia

Técnica de Goiânia, que achou interessante minha montagem e concordou comigo na conclusão da unidade de punho entre os documentos e a constatação da falsidade.

De posse das cartolinas, o colega Leonardo, sem que eu soubesse, levou-as com ele e as enviou a uma Associação Internacional de Peritos em Documentos, com sede nos Estados Unidos, da qual ele fazia parte.

Tempos depois, ele apareceu novamente no INC trazendo as cartolinas me dizendo que tomou a liberdade de levar aquela montagem e as enviou à tal Associação. Eu disse a ele que havia feito aquilo sem apresentação adequada para uma Associação Internacional. Ao que ele respondeu: “não se preocupe, eles concordaram e gostaram bastante da disposição que você fez”. Mesmo com as cartolinas velhas, recortes em xerox, eles concordaram com tudo.

Outro caso ocorrido, tido como de difícil solução, foi um confronto fotográfico, no qual foram enviadas várias fotos, sendo as principais: uma de tamanho 6cm x 8cm e outra medindo 12cm x 8cm, todas em preto e branco e em pose, mostrando busto e cabeça da mesma pessoa, com idades de 16 anos e 21 anos, em que a pessoa retratada era de nacionalidade alemã.

O outro conjunto de fotos, em cores, era de um homem de 46 anos, sem camisa, de corpo inteiro e somente busto e cabeça, fotos essas tiradas de forma natural à beira de um rio, com o indivíduo pescando em uma cidade do Estado do Amazonas, onde residia e constituía família com uma brasileira.

O objetivo do exame era verificar se a pessoa retratada em preto e branco, ainda jovem, seria a mesma das fotos coloridas quando já de meia idade. O exame apresentava diversas dificuldades para sua realização, considerando-se que as fotos foram tiradas de maneiras distintas, ou seja, as primeiras, em pose e retocadas, e as coloridas

ao natural, sem retoques, com ampliações, iluminação e ângulos completamente diferentes, tendo ainda a pessoa fotografada entre uma foto e outra, diferença de mais ou menos 26 anos.

Não usávamos ainda os recursos da computação gráfica como photoshop ou digitalização de imagens. Pensamos em devolver todo o material em razão das dificuldades em solucionar o problema. Pedi então à nossa seção fotográfica para fazer ampliações adequadas nos dois conjuntos de fotos.

Então, de alguns ângulos que se mostravam em todas as fotos, havia convergências anatômicas que ainda perduravam, tais como a região formada com as tangentes entre a mandíbula e o queixo, a convergência na presença e no ângulo formado pela musculatura nos dois lados do rosto, convergência na largura e proeminência do queixo, na espessura dos lábios, na largura da boca, convergência quanto espessura e profundidade da base do nariz, com alargamento repentino das narinas, e passei a assinalar essas observações. Como na ampliação da orelha também apareciam algumas convergências, passei a marcá-las, como na proporção em relação à cabeça e o ângulo que se formava com ela, semelhança na formação dos lóbulos, etc.

E, apesar das semelhanças anatômicas suplantarem as divergências, pela maneira simplista com que foi realizado o exame, a conclusão dada foi que no confronto realizado havia uma boa probabilidade de que as fotos apresentadas eram de uma mesma pessoa.

Decorridos alguns dias, após a entrega do laudo, ao encontrar o diretor da DPMF, local de origem para onde foi enviado o caso, recebi o seguinte cumprimento: “parabéns, os alemães concordaram plenamente com o seu laudo”. Surpreso, perguntei ao diretor: “que alemães, e que laudo?”. Então, ele respondeu: “aquele da

comparação fotográfica, o caso interessava à polícia de Wiesbaden, na Alemanha”.

Fiquei surpreso: “não me diga que aquele laudo foi parar na Alemanha?”. Ele confirmou novamente, repetindo que os técnicos haviam concordado plenamente com o laudo. Pensei comigo: “um laudo realizado sem nenhuma tecnologia”, fiquei mais envergonhado do que lisonjeado.

Passados alguns dias, o próprio DPMAF envia uma carta em manuscrito à tinta, em alemão, e um formulário tipografado escrito no mesmo idioma, contendo anotações numéricas e o nome “Hauck”, manuscrito à tinta, repetido por diversas vezes, como assinatura. O caso era ligado ao da foto e era continuação da investigação na Alemanha, agora por uma perícia gráfica. O objetivo da solicitação era verificar se havia unidade de punho entre os manuscritos “Hauck” da lista numérica com os da carta.

O exame apresentava dificuldades na sua solução, em primeiro lugar pela inadequabilidade do material gráfico a ser confrontado, isto é, a repetição do nome Hauck em forma de assinatura, em comparação com manuscritos lançados de forma corrente. Concluí que o nome Hauch era de um mesmo punho e os alemães aceitaram e concordaram.

O ATENTADO CONTRA UMA ESCOLA DE INGLÊS

Em uma bela tarde de domingo, uma explosão que quebrou toda a frente de vidro de um prédio, além de prateleiras, móveis etc, assustou alguns moradores da vizinhança, marcando um atentado a bomba a uma escola de Inglês, associada à Embaixada dos Estados Unidos, na Av. W-3 Sul, em Brasília.

Uma equipe de plantão do INC compareceu ao local para fazer o levantamento, com croquis e fotos. O tempo

passou e não foi encontrada nenhuma pista que ajudasse na investigação.

O policial americano Morris Grodsky, já nosso conhecido, me procurou pedindo ajuda, explicando que deveria fazer um relatório para sua embaixada, mas se achava impedido de fazer qualquer tipo de investigação por ser um estrangeiro no país.

Expliquei que o local já havia sido liberado e que a escola já estava funcionando há uma semana mais ou menos. Mesmo assim ele insistiu: “qualquer informação de sua parte poderá me ajudar”, disse. Para atender o colega e amigo, compareci à escola munido das fotos feitas pela equipe anteriormente.

As imagens mostravam a extensão e os efeitos da explosão, que arremessou pedaços de vidros e objetos que foram cair além da calçada, junto ao meio fio da avenida.

Pela quantidade de coisas do lado de fora, era evidente que a direção da explosão veio bem do lado de dentro, antes da porta de vidro que era automática, e, pelo jeito, o último funcionário, ao sair, não a trancou, o que permitiu ao terrorista abri-la e jogar o explosivo do lado de dentro. Bem, isso já serviria de alguma informação ao colega.

Continuei a observar o local e, olhando para cima, vi um risco com pouca profundidade na parte inferior da marquise, que poderia ser ou não um objeto qualquer, vindo de dentro para fora da área. Fui andando em direção à avenida e, quando notei, estava no meio da via, me desviando dos carros que passavam buzinando e freando, evitando me atropelar.

De repente, avistei uma peça conhecida que era nada menos do que a alavanca que faz funcionar uma grana-da de mão militar. Peguei-a rapidamente e, após alguns desvios dos carros, saltei para a calçada, graças a Deus, a salvo de um atropelamento.

Essa alavanca é presa ao corpo da granada, que pode ser de ferro com relevos altos e baixos, e que ao explodir separa os pedaços com violência como projéteis. O corpo da granada também pode ser de uma liga tipo lata, que tem o mesmo efeito mortal. A alavanca gira em torno de um eixo, quando é puxada uma argola libera um pino percussor que inflama uma espoleta e faz detonar uma carga explosiva. Enquanto a alavanca é segurada pela mão, o percussor não é liberado. A granada pode ser jogada com a mão a uma distância de vinte metros e tem um tempo de retardo pelo menos de uns dez segundos para explodir.

Esta descrição é bastante rudimentar, mas esse artefato explosivo é bem conhecido de todos. O conjunto estava íntegro e com a parte superior da alavanca ainda presa onde girava e sem o anel que a prendia, pois fora retirado para se dar o deslocamento do percussor. Observei também que, no cabeçote onde a alavanca estava presa, havia um número gravado. Assim, já possuía um bom conjunto de informações, a explosão foi causada por uma granada de mão, de uso militar.

Passei então a procurar um depósito de munição do exército onde poderia conseguir novas informações. Achado o local, me informaram que aquela granada havia sido retirada daquele depósito. Enquanto aguardava a informação comecei a conversar com alguns soldados e fiquei sabendo que um deles, que havia pedido baixa, morava em Anápolis e se interessava muito por bombas e explosivos. Procurado e achado o soldado em Anápolis, o caso foi resolvido.

Passei as informações ao amigo americano, que ficou bastante satisfeito e agradecido, fazendo seu relatório à embaixada. Não obtive nenhuma glória na solução do caso, pois as presenças da equipe e a minha no local foram em situações bem diversas. No primeiro contato, a equipe encontrou um local conturbado com presença de

objetos diversos, vidros quebrados por todos os lados, etc. e a atenção de todos era olhar para o chão. No meu caso, a entrada da escola estava toda limpa e, além de olhar para o chão, fui compelido a olhar também para cima, ocasião em que raciocinei acertadamente.

Tenho certeza de que, até o presente momento, ninguém sabia sobre nada do que narrei, pois não tinha feito nenhum laudo a respeito, principalmente porque minha participação ocorreu de forma extraoficial. Também não estou aqui reivindicando reconhecimento. Simplesmente estou feliz, primeiro, por ter acertado na solução do problema, segundo, por ter ajudado o amigo Morris Grodsky, e terceiro, por provar que, mesmo desfeito um local de qualquer infração penal, pode-se chegar a um bom resultado, assunto principal do presente título.

Outro tipo de exame que provoca muitas recusas em sua realização é aquele que, ao invés do original, são enviadas reproduções como cópias xerográficas. Claro que nenhum perito prefere realizar um exame em xerox ou outro tipo de reprodução, mas, em caso de absoluta impossibilidade de se ter o documento original, deve-se pelo menos estudar com cuidado a cópia, tentando entender e caracterizar a falcatrua.

Peço licença para fazer minhas as palavras do perito criminal Ernesto Perello, do Instituto de Criminalística do Estado de São Paulo: “deve-se tentar a realização da perícia, e não se pode fechar questão neste ou naquele tipo de exame. Em Documentoscopia, cada caso é um caso e deve ser examinado isoladamente. Muitas vezes é perfeitamente possível o exame em xerox”. Inúmeros casos foram resolvidos satisfatoriamente e com segurança desta forma.

E, para não utilizar somente a casuística local, vou repetir aqui alguns casos de possíveis soluções apontadas pelo

perito mencionado, que certamente são resultantes de sua própria experiência e casuística naquele IC de São Paulo.

1 Uma entrevista publicada em um jornal do interior é atribuída a um vereador que a nega. O vereador responsabiliza o jornalista que, em sua defesa, exhibe uma cópia xerox das perguntas e respostas dadas pelo vereador, contendo no final a sua assinatura. O vereador contesta a assinatura, e então é feita a perícia do caso. A conclusão pericial é de que a assinatura é falsa. Com isso, prova-se evidentemente a má fé do jornalista e a lisura do vereador. Como exigir o documento original se o mesmo foi criado, inventado e dado sumiço? Por que deixar de periciar a cópia se o exame pôde elucidar o caso?

2 Um indivíduo forja vários atestados de quitação de auto em nome de uma financeira, conseguindo, com isso, a liberação da reserva de domínio. Todos os documentos são apresentados em xerox. A financeira contesta a validade dos atestados. O exame dos documentos revela que todas as impressões fac-similares de carimbo e as assinaturas são idênticas, o que comprova que foi feita uma montagem dos vários atestados, mediante a utilização de um único modelo de assinatura. Ora provado que todas as assinaturas em todos os documentos eram as mesmas, fica caracterizada a fraude. Como requerer os originais, se eles não existem? Perícia perfeitamente válida e que não deixa impune o autor.

3 Para comprovação de renda junto a uma financeira, um indivíduo tira xerox de um comprovante de declaração de renda do pai de um amigo, eliminando o nome original e inserindo o seu nome na cópia. Descoberta a artimanha, a

cópia vem a exame. A simples comparação entre os lançados mecanográficos no comprovante de renda mostrou que a máquina que datilografou o nome não era a mesma que imprimiu os demais dizeres. Prova fácil e inconteste. Qual a impossibilidade de se declarar que aquele xerox foi fraudado? Exigir o original se não há em nome daquele contribuinte? Perícia perfeitamente válida. E, por analogia, é comum essa montagem em holerites, cédulas de identidade, cartão de identidade, de CIC, etc.

4 Alterações em certificados de conclusão do Supletivo são muito comuns. O aluno consegue eliminar um certo número de matérias, ficando dependente de outras. De posse do certificado, acresce a ele as matérias pendentes, tira uma nova cópia e instrui a documentação com xerocópia. A comparação técnica do ‘enxerto’ procedido por outra máquina demonstra facilmente o embuste. Perícia fácil e de resultado seguro.

5 Montagem em documentos referentes a alterações de contrato na Justiça Comercial também é usual. Forja-se uma alteração e, para sua formalização, basta xerocópiar no verso das folhas a autenticação da Junta Comercial de um outro contrato qualquer. Prova fácil de ser realizada, devido às características decorrentes da chancela utilizada pela Junta Comercial que dá uma impressão no anverso do papel. A inexistência dessa marca evidencia a montagem. Como exigir o original se ele não existe, se é um documento inventado? Perícia perfeitamente válida em xerox.

6 Uma carta datilografada e assinada por um capitão do exército é enviada ao seu comandante, contendo críticas a colegas e à sua corporação. Ouvido a respeito, o capitão

negou a autoria da missiva, porém reconhecendo a assinatura. Examinando o xerox e entendendo que aquela assinatura teria sido aproveitada de uma cópia de relatório que ele elaborara, procurou em sua casa e encontrou a matriz da assinatura. Não foi difícil provar que a assinatura que figurava na carta denúncia era a mesma que havia na cópia do relatório apresentado. Soube-se depois, que tinha sido uma mulher quem havia articulado essa trama para prejudicá-lo, devido a uma desavença entre ambos.

7 Uma guia de liberação de mercadoria em xerox é apresentada em um Posto Fiscal, devidamente carimbada por outro Posto Fiscal. A fiscalização suspeita e apreende o documento. Uma fiscalização realizada na firma encontra uma guia com carimbo do mesmo local que carimbou o documento apreendido. Solicitada a prova técnica, não foi difícil provar que o carimbo e a rubrica do fiscal que se encontravam na guia apreendida na firma foram transportadas para o xerox exibido. Como apresentar o original se o documento foi montado? Prova técnica perfeitamente válida e que mostrou a desonestidade da firma.

8 Numa cidade do interior são distribuídas copias de uma carta com sérias acusações ao prefeito local. Uma delas é apreendida e suspeita-se que a carta original tenha sido escrita em uma das máquinas pertencentes a um escritório de contabilidade. Colhe-se material das máquinas e o submete a exame. A perícia verifica que a carta não foi escrita em nenhuma das máquinas do escritório, perícia de exclusão que não comporta dúvida, devido às características distintas dos datilótipos. Como exigir o documento original? Quem vai fornecê-lo?

9 Da mesma forma, é muito comum entre os subversivos a tiragem de cópias em xerox de panfletos para distribuição. Quando algum panfleto é apreendido pela polícia, deseja-se saber qual a máquina em que foi datilografado o original, sempre pode-se oferecer um resultado às autoridades no sentido de orientar as suas diligências. Não vamos ficar passivos, exigindo que se juntem os originais para uma perícia. Isso seria ridículo.

10 A contrafação de cédulas por meio de imagem de xerox de uma cédula legítima também ocorre. Vem a cópia da cédula para exame, como proceder? Exigir o original?

Inúmeros outros casos em condições adversas poderiam ser apontados por peritos criminais na labuta diária de seus serviços. Mas, o objetivo aqui, como foi dito no início, é oferecer apenas um estímulo para se fazer sempre mais uma pesquisa antes da desistência em dar uma solução ao problema que se tem em mãos.

Hoje, os novos candidatos a peritos criminais, com ótimos currículos, PHDs, doutores, etc., quando bem orientados na Academia de Polícia, com o crescente desenvolvimento das áreas científica e tecnológica, com os avanços das ciências forenses, poderão realizar muito mais e melhor se realmente vestirem a camisa em prol da verdade e da justiça.

Deve-se, entretanto, ter em mente que o perito criminal quase sempre ao examinar um vestígio qualquer ligado a um crime, suas conclusões poderão impactar decisivamente na honra, patrimônio e liberdade de alguém. Mas o reverso da medalha também é verdadeiro, pois, ao recusar sem tentar ajudar na solução do problema e, conseqüentemente, na realização da justiça, estaremos cooperando com o prejuízo do patrimônio de alguém e

talvez na sua honra e liberdade, quando injustamente lesado por algum criminoso.

CASOS ESPORÁDICOS

Com o título acima quero dizer ‘casos avulsos’, sem algum compromisso oficial, mas de interesse pelo próprio assunto tratado. Ocorreu com um estudante da Universidade de Brasília – UNB, amigo do PCF Paulo Lapagesse que lhe telefonou pedindo ajuda sobre uma batida na porta do seu carro, que ainda estava estacionado no local do ocorrido, e que suspeitava que o autor da façanha era seu próprio professor.

Então, o perito Paulo pediu que eu o acompanhasse até a UNB. Chegando ao local, encontramos o veículo, um fusca, estacionado adequadamente, com a porta amassada, e só havia aquele carro na área do estacionamento. Examinando a porta amassada, verificamos que havia como que impresso ‘a figura de um pneu’, marcado pelo encostamento de um pneu, que, com o auxílio da poeira, deixou não somente sua silhueta, mas, também de forma meio apagada, letra e número de um estepe provavelmente preso na traseira de um carro. Só faltou o endereço e o telefone do dono do carro. O chão do local era de terra solta, e nele vi as marcas de um pneu lameiro, isto é, próprio para uso em lama que, terminava suas marcas bem junto do carro, significando e indicando a ocasião da batida.

Ainda estávamos no local, quando chegou um jipe da marca DKW, que estacionou ao longo do meio fio ao invés de perpendicular ao mesmo, como estava o fusca. Deixamos as pessoas que estavam no jipe se afastarem e começamos a fazer as comparações das marcas e das letras que estavam no pneu que não deixaram dúvidas quanto à identidade dos confrontos.

O colega Paulo notou, preso ao para-choque, um pequeno pedaço da pintura da porta e foi tirá-lo de lá. “Deixa lá, Paulo”, eu disse. Mas, ele mal tocou e o pequeno pedaço caiu ao chão e o vento começou e movê-lo. Felizmente ele conseguiu pegar e o colocamos em superposição na porta do carro. Pensei e falei ao mesmo tempo: “como esse pequeno pedaço não caiu com o movimento do carro? Incrível, mas pode acontecer”. O professor pediu para falar com o aluno, que ele ia indenizá-lo do prejuízo.

ASSOMBRAÇÃO NO INC

Como subtítulo de casos esporádicos, narro aqui um fato curioso ocorrido nas dependências do INC. Aconteceu tempos atrás um suicídio praticado por um jovem de vinte e poucos anos, que foi exumado sem que eu soubesse a razão, mas fui intimado para assistir à operação que, por lei, exige a presença de alguém responsável ou um perito. No local da sepultura, em razão do tempo decorrido, só havia a ossada do cadáver. Colhemos o crânio que foi levado para o INC e, após limpo e lavado, ficou enfeitando minha mesa por um bom tempo, à espera de alguma decisão qualquer.

Depois de algum tempo, todos os plantonistas que dormiam e faziam plantão no local começaram a reclamar da presença de sombras, ruídos de passos pelo corredor, além de outros barulhos. Ninguém mais queria dormir por lá. Aventou-se a hipótese de que os eventos sinistros ocorriam ali pela presença do crânio na minha sala. A solução foi levar a peça ao cemitério e colocá-la novamente na sepultura. Coincidência ou não, os fenômenos não voltaram mais a acontecer.

Na época, por ocasião de mortes de indigentes, havia a necessidade do fornecimento do atestado de óbito e por

eu ser também escrivão, me indicaram para a função. Protestei, mas não teve jeito. Isso me dava uma responsabilidade a mais, pois tinha que realizar uma investigação da causa mortis antes de fornecer o atestado, o que consistia em um grande trabalho. Até que um dia cheguei à conclusão de que quem deveria fornecer o atestado era o próprio médico legista que examinava o corpo, já sabendo a causa da morte, ocasião em que me livreli da incômoda obrigação.

NELSON MARABUTO DOMINGUES

Nelson é perito criminal federal e também delegado do DPF, tendo sido superintendente em São Paulo, hoje é aposentado. Quando atuava em Brasília como delegado, em um dos seus plantões, recebeu um indivíduo na Superintendência que foi dar queixa de que tinha sido assaltado, com sua mulher, por três homens, quando passava por uma área do Cerrado, cortando caminho para uma parada de ônibus.

Tal indivíduo contou que um dos assaltantes tinha em mãos uma faca tipo peixeira e que “foi pra cima dele” para pegar algum dinheiro. Ele se defendeu, mas levou alguns golpes de faca, que inclusive rasgaram sua camisa. Perguntado pela sua mulher, respondeu que ela conseguiu fugir. Marabuto me chamou e fomos os três ao local do evento. Ao chegarmos, encontramos a mulher dele ajoelhada, com a cabeça apoiada no solo, como de joelhos e em reverência. Constatamos que ela estava morta. Foi providenciada sua locomoção e voltamos para a Superintendência, ocasião em que Marabuto continuou a interrogá-lo.

Ao abotoar sua camisa foi notado que nenhum dos rasgos coincidiam com os ferimentos, foi um interrogatório

bem feito, em que ele se perdeu, tendo Marabuto dado a ele ordem de prisão em flagrante. Concordei, porque a ação investigatória estava sendo imediatamente ainda ligada ao crime. A mulher estava grávida e ele achava que o filho ou filha não era dele.

SOBRE A VIDA

É um tema conhecido, mas sempre é bom lembrar, principalmente quando se está diante de um caso de morte violenta como homicídio ou suicídio. Há muitos casos interessantes, vou citar aqui um de duplo homicídio e dois suicídios, um deles ocorrido no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

Uma residência particular de um oficial militar, um general, foi invadida em uma madrugada por um ladrão que fazia barulhos no andar térreo da casa. O oficial ouviu e saiu do cômodo de onde estava, permanecendo na sacada superior da escada, acendendo a lâmpada para dar clareza ao ambiente de onde vinham os ruídos. Porém, ele ficou na mira do bandido que atirou acertando o oficial, que, cambaleando, voltou para o cômodo e, saindo com uma arma na mão, atirou no bandido que caiu morto junto ao primeiro degrau da escada. O oficial também estava morto, na parte superior.

Um oficial militar que se presume ter algum conhecimento de defesa, que lamentavelmente, não se lembrou que ficaria à vista do meliante ao se expor diante da iluminação. É uma falha humana que não deve ser esquecida. Nunca acenda uma lâmpada em que você possa ficar visível e na mira de uma arma.

O segundo caso é de um suicida que, de posse de uma arma de fogo, atirou em algumas direções antes de atirar nele próprio (esse comportamento, ocorre com algumas

peças que pretendem tirar suas próprias vidas), talvez experimentando a arma para não falhar na última hora, ou para criar coragem de acabar com a sua vida.

Escolhido o local no seu corpo, disparou ficando mortalmente ferido, mas, esquecendo que já estava morto, caminhou por um corredor até a porta da rua deixando-a aberta, ao mesmo tempo em que tanto na ida, como na volta, fora espargindo sangue por todo o corredor. Na sua volta, entrou em um cômodo, trancou a porta por dentro, guardou a chave e a arma em uma gaveta, foi até a porta trancada e caiu morto junto à porta.

A polícia fotografou tudo, e, ao arrombarem a porta, tiveram que se espremer para entrar, pois o corpo impedia a passagem, e retiraram o cadáver. Se o suicídio tivesse ocorrido ali, o local já estaria prejudicado, quase tudo ali se não houvesse um cuidado poderia até indicar um homicídio.

Toda vez que lembro desse caso, me vem à cabeça a figura do morto sentado na sua sepultura, com a mão segurando o queixo, pensando ou falando: “quero ver como o perito vai sair dessa”.

O último caso se deu no interior do Palácio do Itamaraty, ocasião em que um policial militar (oficial da marinha) acordou com um tiroteio no interior de um salão e viu o soldado de plantão com ferimento e morto no chão, onde também havia poltronas viradas, marcas de tiro na parede e no sofá.

O oficial chamou a Polícia Civil de Brasília, que compareceu com um grupo de peritos até que alguém mais informado teve uma pequena lembrança da existência da Polícia Federal que também chegou ao local. Eu não estava de plantão, mas me fizeram um convite intimando a acompanhar a turma. Se não tivessem me intimado eu iria de qualquer jeito, conhecia vários colegas da Civil.

Ficou combinado que cada grupo faria seu levantamento cujos resultados seriam comparados depois. A teoria do oficial de plantão era de que teria ocorrido uma luta entre o soldado e alguém que invadiu a área, e até escutou dois tipos de voz. O praça, que era um fuzileiro naval, estava armado com uma submetralhadora automática com um cano bem longo, onde se via amarrado ao gatilho o cordão que passa pelo ombro da jaqueta e que faz parte do uniforme. Aquilo intrigou todo mundo. A arma estava no piso e perto da mesma havia um móvel em forma de balcão preso à parede com tampa envernizada que servia para colocação de enfeites.

Quase todos, ao mesmo tempo, observaram que o verniz estava com um arranhado recente. Tudo indicava um caso de suicídio em que o fuzileiro, não alcançando o gatilho, o amarrou com o cordão do seu uniforme, passando por trás da coronha, apoiou a arma sobre o balcão, encostou o peito na boca da arma e, com a mão direita, puxou o cordão que a fez disparar, jogando o soldado em cima de uma poltrona, derrubando-a.

Alguns projéteis atingiram um sofá e uma parede na parte de trás. De fato, o oficial não ouviu voz de ninguém, ele acordou assustado, imaginando ter ouvido vozes. Isso vem mostrar, mais uma vez, a necessidade de se fazer um levantamento minucioso em ocorrências de suicídios para se chegar a um resultado correto sobre o caso.

ACIDENTE DE TRÁFEGO COM MORTE E FUGA

Um dia, na Estrada Parque Taguatinga (EPTG), próximo e na mesma direção do prédio do INC, houve um acidente de tráfego em que um carro em direção a Taguatinga atropelou e matou uma moça loura e fugiu, deixando no

local como resultado do impacto vários detritos, como pedaços de vidro do farol, entre outros.

Atenderam esse caso os peritos que estavam de plantão Eudésio de Arruda Schelle e Miguel Gonçalves Brazuna, que recolheram os resíduos após realizarem os procedimentos de praxe, como fotos, croquis e demais levantamentos do local. Ninguém viu qual era o tipo do carro, somente se sabia qual direção que ele tomou.

O perito Brazuna residia em Taguatinga e, antes de ir para o INC, passava em várias oficinas à procura do carro suspeito. Até que, após alguns dias, ao entrar em uma delas, se deparou com um carro que estava recebendo lanternagem na sua parte dianteira. Examinou o farol direito do veículo e notou que estava faltando pedaços dos vidros do farol. Observando minuciosamente, encontrou preso no aro do farol nada mais do que um fio de cabelo louro.

Imediatamente comunicou ao INC, ocasião em que o perito Schelle compareceu à oficina, munido com os pedaços de vidros quebrados e colhidos do chão quando do acidente, que se encaixaram diretamente com os pedaços que ainda estavam presos no aro do farol. O veículo foi apreendido.

De volta ao INC, fui ao Instituto de Medicina Legal, onde foi colhido cabelos da vítima que ainda estavam à disposição, o que não deu muito trabalho para sua identificação com o que foi colhido no aro do farol do veículo em questão. E o caso foi resolvido a contento.

Ressalto que o perito tem que acreditar e examinar, com os devidos cuidados, todos os materiais disponíveis, pois podem acontecer coisas inacreditáveis na nossa labuta diária.

CARTAS A EMÍLIO LUIZ MENDES

Eu o chamava de vovô Emílio, de fato ele era avô por parte de mãe da minha mulher. O senhor Emílio era filho de portugueses, foi criado e frequentou universidades em Lisboa, tendo se formado em Letras. Vovô Emílio era um poeta nato. Escreveu livros de poesia e dois de história intitulados: “A Grécia na antiguidade” e “Roma na antiguidade”, ambos em versos.

Ele morava no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, e sempre que passava as férias por lá eu ia visitá-lo, ocasião em que batíamos longos papos. Com 84 anos de idade, possuía uma ampla bagagem cultural. Enxergava pouco e não se locomovia muito bem, mas continuava a escrever suas poesias, com letras que eram verdadeiras garatujas, e que eram traduzidas por uma filha e um filho que era coronel do Exército, que foi pracinha e que voltou como herói de guerra.

Trocávamos cartas com certa regularidade, ele sempre por meio de versos e eu respondia suas cartas quando podia, também em versos. Ele se divertia com minhas respostas e me incentivava dizendo que eu era um poeta.

Infelizmente, não consegui encontrar as cartas dele, porque seria interessante uma comparação entre uma carta escrita por um poeta e outra de quem respondeu, construindo também em versos o assunto tratado. Ainda tenho uma das cartas em versos que recebi, sobre o partícipio passado, à qual respondi. Vou copiá-la aqui, além de algumas ‘verves’ manuscritas de minha autoria.

MINHA RESPOSTA À CARTA DO PARTICÍPIO PASSADO

I

CARO VOVÔ EMÍLIO, SEMPRE ILUSTRADO
COM MUITO PRAZER, DIAS ATRÁS RECEBI
SEUS VERSOS SOBRE O PARTICÍPIO PASSADO,
ENSINAMENTOS DOS QUAIS MUITO APRENDI.

II

A MARCHA RECITADA COM TANTO ESPLENDOR
NOS VERSOS TÃO BEM RIMADOS PELO SENHOR
JÁ SE TORNOU DISPUTA E CORRIDA ATROZ
NO MODERNO E NOVO LINGUAJAR FERROZ.

III

GRANDE DE FATO SEMPRE FOI ESSA CORRIDA
DISPUTADA ENTRE A IGNORÂNCIA E A CULTURA,
INFELIZMENTE, NO FINAL DESSA PARTIDA
PARA O POVO, VENCE A PRIMEIRA, À ALTURA.

IV

ELA FOI MORTA, ASSIM DIRIAM OS VENCEDORES.
QUEM? DESSA VEZ FOI A GRAMÁTICA, COITADA,
ASSASSINADA SEM DÓ PELOS CULTORES
DESSA CORRIDA INCULTA E DESENFREADA.

V

AO INVÉS DE PEGADO, USAM ELE FOI PEGO,
E O ERRADO É O QUE MAIS SE GUARDA.
MAS COM EMÍLIO LUIZ MENDES TAMBÉM RENEGO
ESSA CONSTRUÇÃO QUE PEGA QUE NEM SARDA.

VI

PAGADO, DUVIDO, NÃO HÁ QUEM O DIGA
E, SE ALGUM ERUDITO DA LÍNGUA O USA,
É COM A MÃO ATRÁS E OS DEDOS EM FIGA.
CRETINO É CHAMADO, POIS DA GRAMÁTICA ABUSA.

VII

ASSIM, EM MUITO BOM PORTUGUÊS, VAMOS DIZER:
PEGADO, ACEITADO, MATADO E GANHADO.
E NO LUGAR DE PEGO, TODOS ESCREVEM
PEGADO, COMO BOM PARTICÍPIO PASSADO

VIII

VOVÔ EMÍLIO, POR AQUI PEÇO PERDÃO
PELOS VERSOS TRUNCADOS E SEM RIMA,
MAS COM PRAZER LHE ESCREVO, COM SATISFAÇÃO
AQUI FICANDO ÀS ORDENS, QUEM MUITO O ESTIMA.

NÁDIA

I

NÁDIA, HOJE COM SUA IDADE EM FLOR
EM COISAS SIMPLES TENHO EU QUE FALAR
DEVANEIOS, BELOS SONHOS DE AMOR
ESPERANÇAS NO FUTURO A CHEGAR.

II

NO SEU CORPO DE MENINA MOÇA
ESGUIO E UM ROSTINHO ENCANTADOR
ELEVE SEU PENSAMENTO E OUÇA
A NATUREZA COM SEU CRIADOR.

III

TODOS NÓS DELA FAZEMOS PARTE,
O AR, O RAIO DE SOL, O RAIO DO LUAR,
COMO TAMBÉM A CIÊNCIA E A ARTE,
ALÉM DE NOS ENSINAR A AMAR.

IV

NÁDIA, TUDO É PARA LHE DIZER
O ÓBVIO, POIS TODO MUNDO JÁ SABE,
O MAR, O CÉU, O SOL, AS FLORES, VOCÊ,
O MUNDO É OBRA DE UM MILAGRE.

INSTRUÇÃO PARA DIRIGIR A KOMBI

I

A KOMBI, FIQUE BEM CIENTE,
É UM FESTIVAL DE ESPAÇOS,
ECONÔMICA E RESISTENTE,
SETE LÉGUAS TEM SEU PASSO.

II

APESAR DE UM BOM CARRO,
É PRA QUEM SABE DIRIGIR,
DERRAPA MUITO NO BARRO,
NA CURVA TEM QUE DIMINUIR.

III

NA BATIDA TUDO SE ARRISCA,
NA KOMBI EVITE COLISÃO,
O PARA-CHOQUE É O MOTORISTA,
E É DIFÍCIL A SALVAÇÃO.

IV

EM TODO CASO, COM MUITA ATENÇÃO,
NINGUÉM AINDA SE PERDEU,
DIRIJA COM CUIDADO E APLICAÇÃO,
PÉ NA TABOA E FÉ EM DEUS.

VOVÔ EMÍLIO – 99 ANOS

I

QUE BELEZA DE IDADE,
NOVENTA E NOVE BEM VIVIDOS,
MUITAS LEMBRANÇAS E SAUDADES,
MOMENTOS ALEGRES E SOFRIDOS.

II

UMA VIDA DE AUSTERIDADE,
DE TRABALHO E DEDICAÇÃO,
PLENA DE AMOR E SINCERIDADE,
FIRME DE CARÁTER E RETIDÃO.

III

NOVENTA E NOVE, QUANTA EXPERIÊNCIA,
UMA VIVÊNCIA CHEIA DE ESTÓRIA
PARA NARRAR COM SUA SAPIÊNCIA
AOS FILHOS E NETOS COM MUITA GLÓRIA.

IV

VOVÔ EMÍLIO, COM VENERAÇÃO
OFEREÇO ESTES VERSOS
QUE NÃO SÃO LÁ TÃO TERSOS,
MAS VÊM DO FUNDO DO CORAÇÃO.

V

OS MELHORES VOTOS DE UMA FELIZ COMEMORAÇÃO,
MEUS DESEJOS DE PASSAR MUITOS ANOS ALÉM DE CEM,
NO SEU ANIVERSÁRIO LANÇO AOS CÉUS UMA ORAÇÃO,
POIS É ABENÇOADO POR DEUS QUEM NOVENTA E NOVE TEM.

FINAL DE UMA CARTA A EMÍLIO LUIZ MENDES

Em um dia qualquer, fui chamado para fazer uma análise na qual foi encontrado um crânio semienterrado, sem qualquer outra indicação do que havia ocorrido, a não ser que no mesmo havia nascido uma flor. Pensei comigo:

NO CRÂNIO SEM VIDA E JÁ CHEIO DE TERRA
PEQUENA FLOR DESAFIANDO A MORTE GERMINOU,
E OLHANDO O CÉU LÁ NO ALTO DA SERRA,
VEIO UM POETA DESCONHECIDO E RECITOU:

I

POBRE FLOR QUE MAL NASCESTE,
INFELIZ FOI TUA SORTE,
POIS QUE EM TENRA IDADE
JÁ TE ENCONTRASTE COM A MORTE.

II

ARRANCAR-TE É COISA TRISTE,
DEIXAR-TE É MAIS FORTE,
POIS TIRAR-TE SEM VIDA
PREFIRO DEIXAR-TE COM A MORTE.

III

NÃO TE AMEDRONTES,
NÃO TENHAS MEDO DE MIM,
POIS JÁ FUI QUEM TU ÉS,
E AMANHÃ TAMBÉM SERÁS ASSIM.

DEUS

I

DEUS, A PALAVRA MAIS SAGRADA DO MUNDO,
SOLUÇÃO A TODOS OS CORAÇÕES AFLITOS
MERGULHADOS EM UM ABISMO PROFUNDO
LENITIVO, PAZ PARA TODOS OS CONFLITOS.

II

OS CAMINHOS APONTADOS SÃO DIVERSOS,
DESDE O MAIS LONGÍNQUO E REMOTO PASSADO
PARA SE ENCONTRAR O DEUS DO UNIVERSO,
AINDA HOJE A BUSCA NÃO TEM CESSADO.

III

DEUS, SER ABSOLUTO E TRANSCENDENTAL,
PERMEIA TODOS OS CAMPOS DA EXISTÊNCIA,
É FONTE E MANANCIAL UNIVERSAL,
ELEMENTO SUPREMO DE NOSSA EXISTÊNCIA.

IV

ESTÁ ALÉM DA CRENÇA E DO PENSAMENTO,
EM TODAS AS COISAS, E NO CORAÇÃO
HABITA EM CADA UM EM TODOS OS MOMENTOS,
ONIPRESENTE E BASE DA CRIAÇÃO.

V

NO CÉU, EM TODA A NATUREZA, NO MAR,
NO AR QUE NOS RODEIA E RESPIRAMOS,
NO RAIO DO SOL, NO RAIO DO LUAR,
TAMBÉM EM NÓS, O SER, E EM DEUS ESTAMOS.

VI

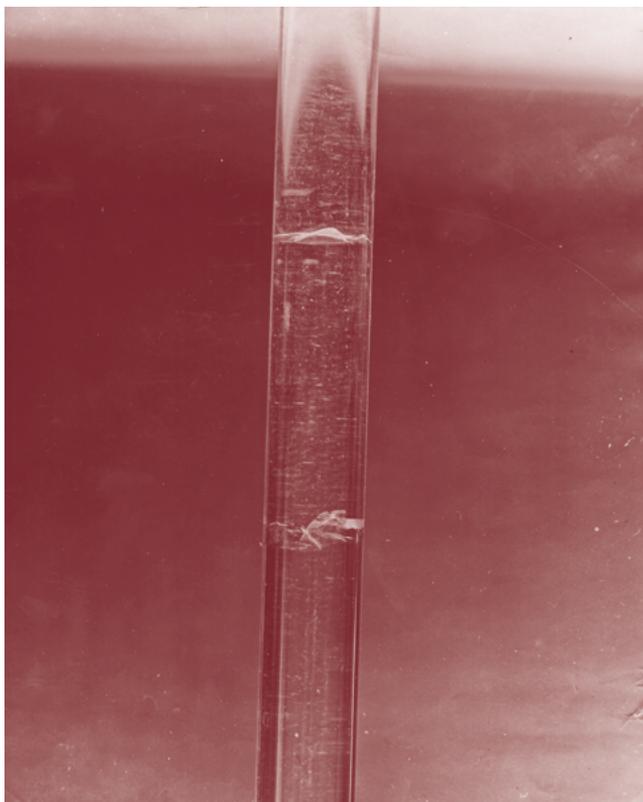
NA QUIETUDE DO CORPO E DA CONSCIÊNCIA,
A BUSCA DA ROTA QUE HÁ MUITO SE PERDEU,
EM TODO O COSMO E NO CAMPO DA EXISTÊNCIA
AQUIETAI-VOS E SABEIS QUE SOMOS DEUS.

se trate de regi

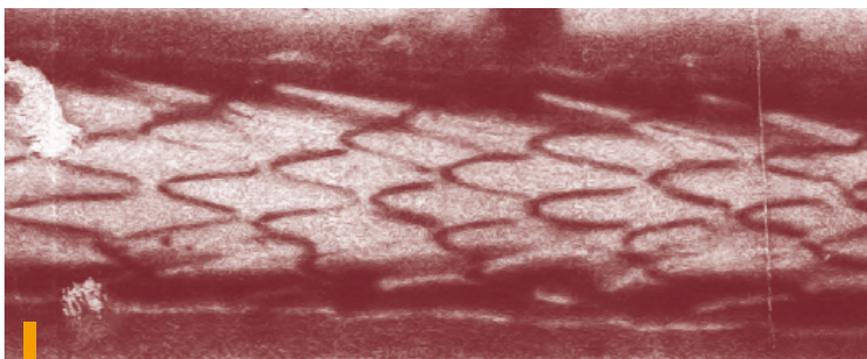
TO OBJETO

OC

ASSI



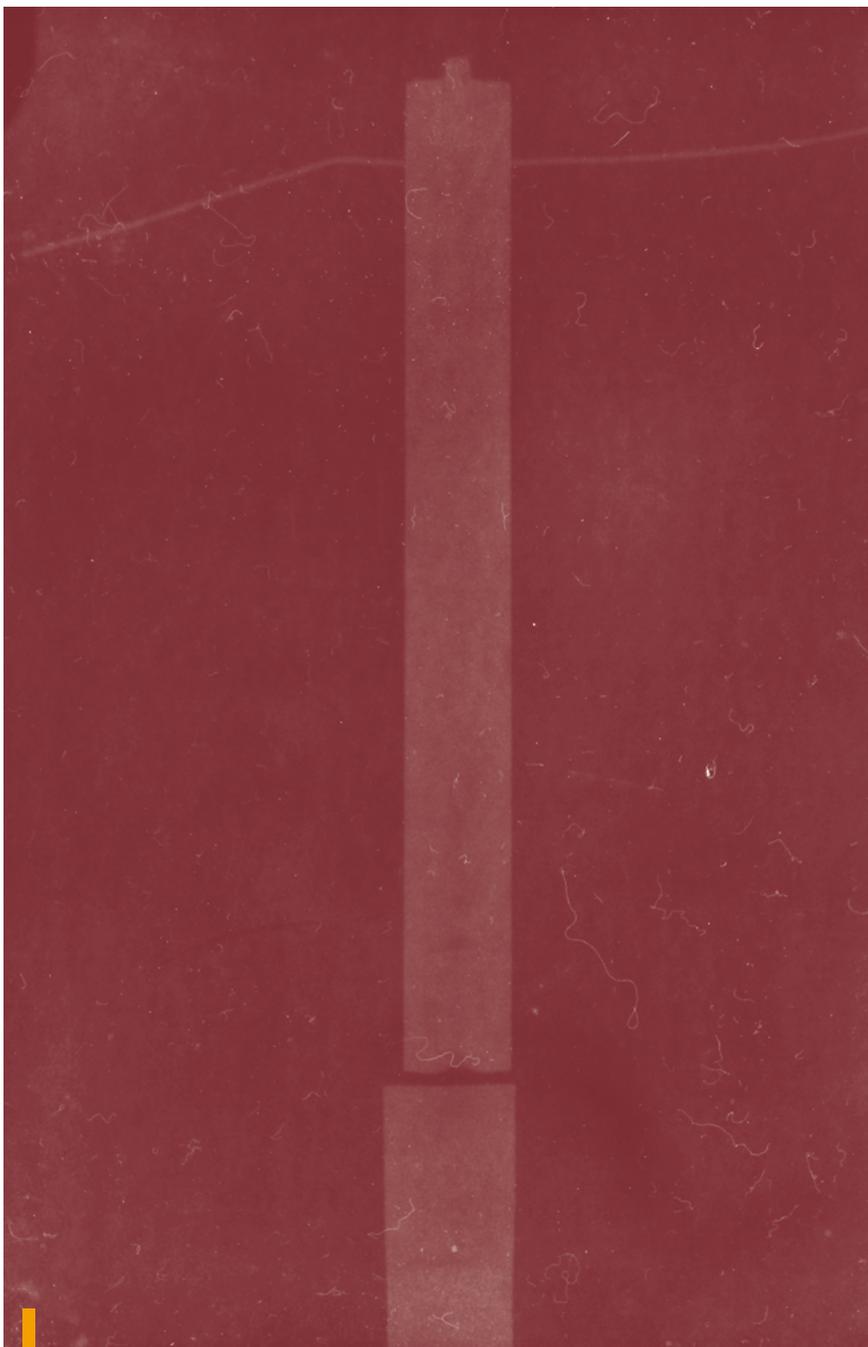
O INC tinha em seu estoque de aparelhos um aspirador de pó em miniatura, que era usado para aspirar roupas de suspeitos, em busca de algum vestígio, tais como pelos, fibras, etc. O caso a ser narrado aqui serviu para inocentar um suspeito de um arrombamento de uma vitrine de uma loja. O sujeito era um vidraceiro que negava sua participação no evento. Usado o aspirador, foi encontrado na barra de sua calça vários cacos de vidro, que ao serem comparados aos estilhaços coletados no local do crime, utilizando-se para o teste uma combinação de líquidos de densidades diferentes dentro de um tubo, ficou provado que os cacos não eram iguais, demonstrando então a procedência diversa.



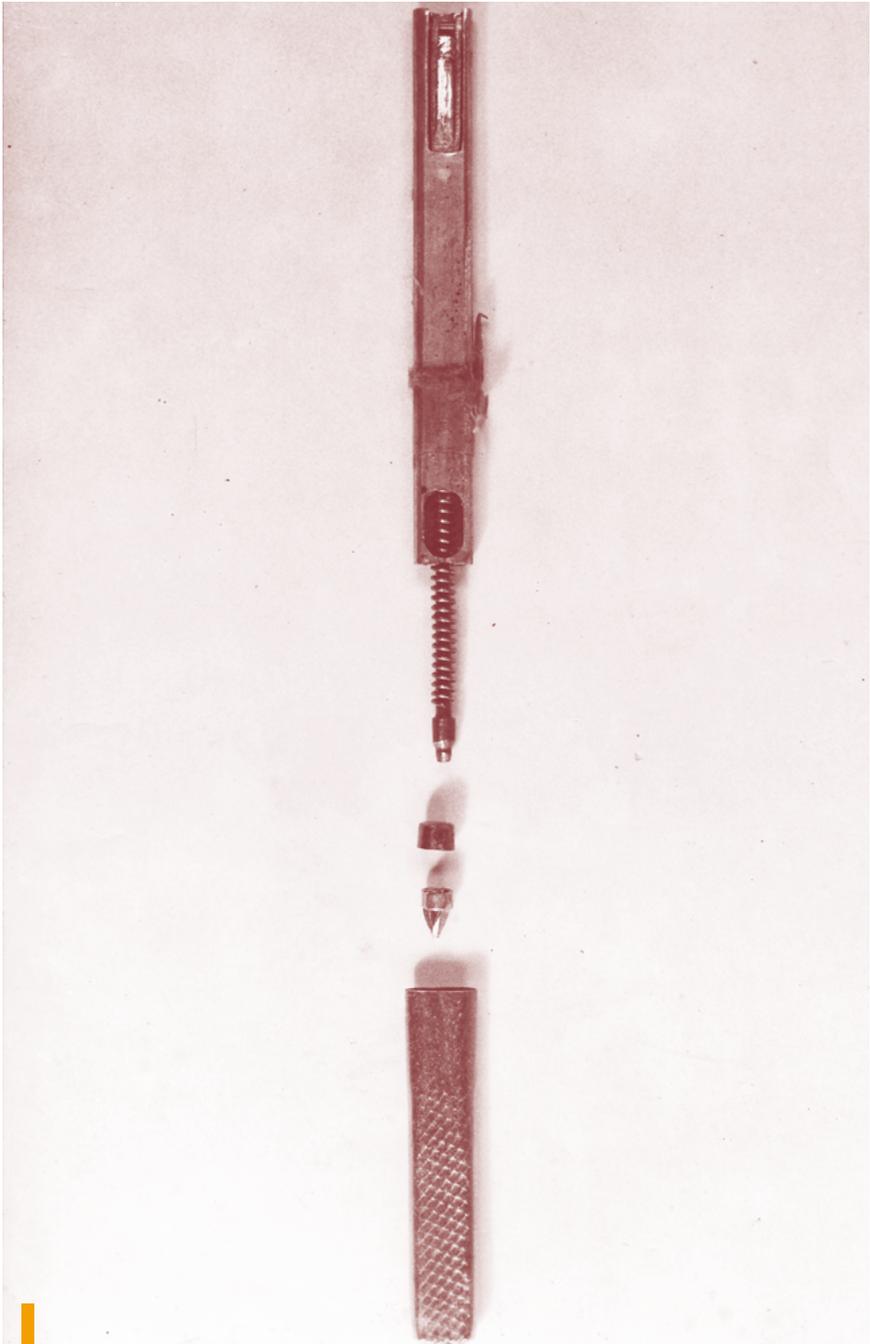
No caso do vidro, o vidraceiro se livrou por exclusão. Em outra ocorrência, no Rio Grande do Sul, foi resolvido um homicídio pela Polícia Técnica ou Instituto de Criminalística de lá, que tem uma plêiade de técnicos de renome nacional. Em que uma mulher elegante, após uma festa, saiu andando até sua residência, foi assaltada e morreu por asfixia. Após as investigações, desconfiaram de um morador de rua, que foi detido e, com o tal aspirador, aspiraram suas roupas, seu corpo e seus pertences. Foram encontrados, além de poeira, alguns pelos que foram submetidos à análise, após serem transformados em réplicas, pois somente neste formato é possível saber sua procedência. Finalmente descobriu-se que era um pelo de Marta.



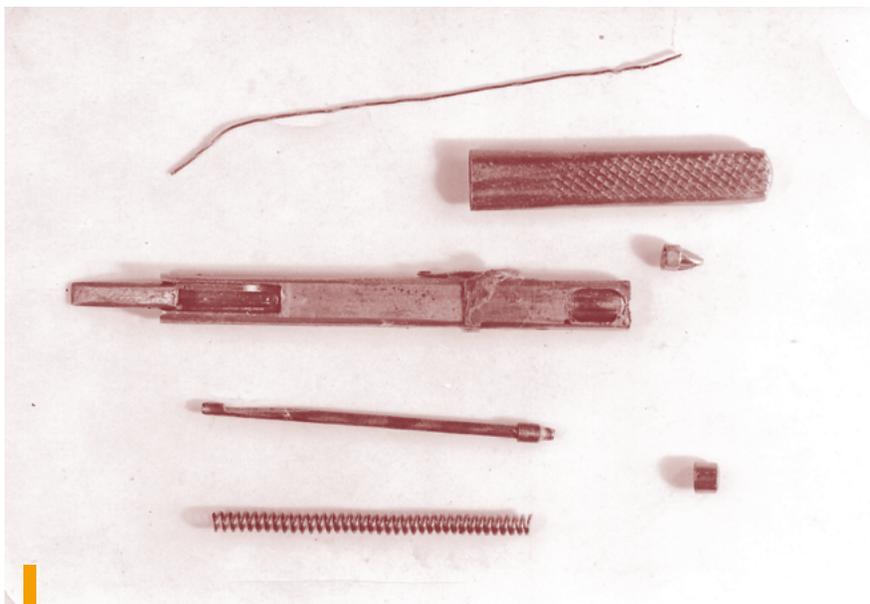
Quadro mostrando o envelope com a selagem e os manuscritos das cartas provenientes da Holanda e que eram enviadas para o mundo todo, matando pessoas em alguns lugares.



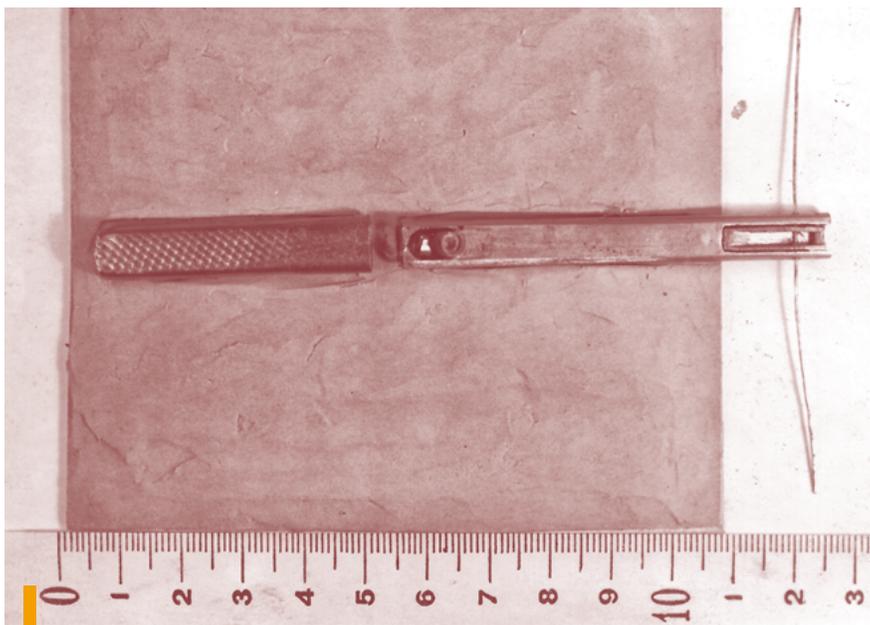
Quadro mostrando uma foto obtida com o nosso pequeno aparelho de Raio X, antes da abertura do envelope. Na parte superior pode-se ver o arame que prende o cursor.



Sequência do fogo: primeiro as espoletas, depois vem a parte inferior, o invólucro contendo o fulminato que provoca uma explosão capaz de danificar partes do corpo humano.



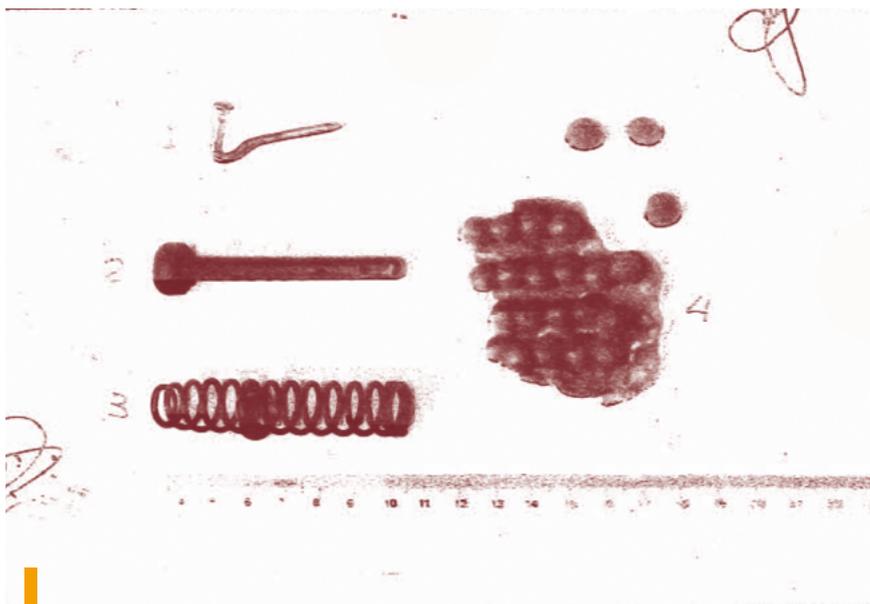
Conjunto de peças, componentes do sistema que faz funcionar o disparo de explosivos.



Esta foto mostra um conjunto de disparo ainda sem desativação, ao ser retirado do envelope. Dentro do recipiente ficou o explosivo plástico "C3", envolvido por um papel tipo 'mata-borrão', porque soltava uma espécie de óleo. O último invólucro contém fulminato de mercúrio que, se explodir, pode arrancar o dedo de alguém.



Caixa de madeira já desativada e semiaberta no estacionamento do Itamaraty.

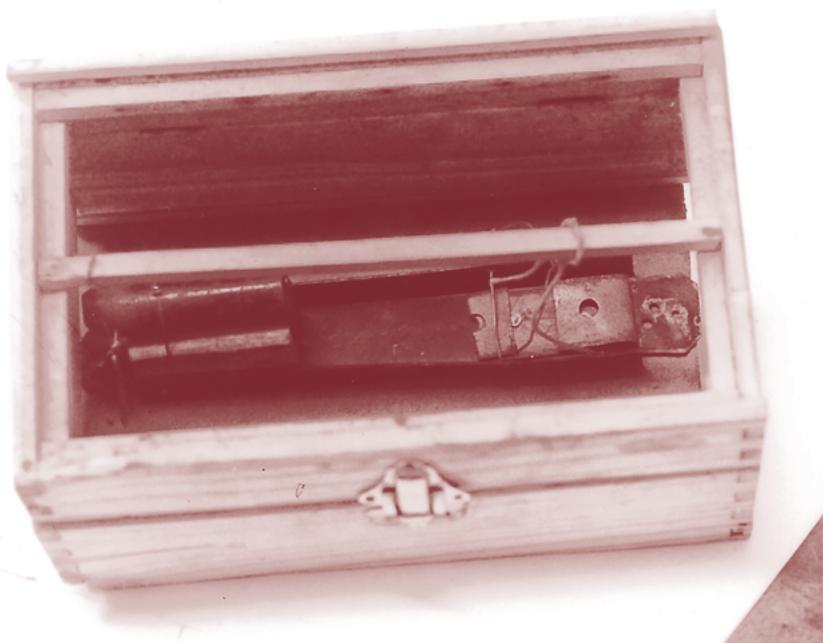


- 1- Prego que serviu de contraponto para segurar o percussor e que estava amarrando à tampa da caixa
- 2- Percussor com os furos nas extremidades
- 3- Mola de aço
- 4- Pequeno pedaço de papelão recuperado da explosão, com chumbos colados



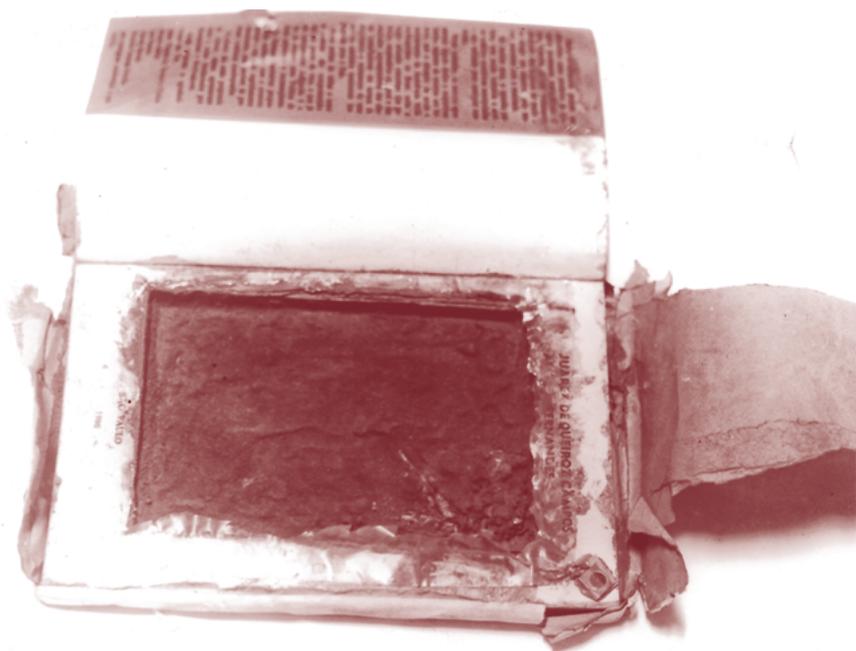
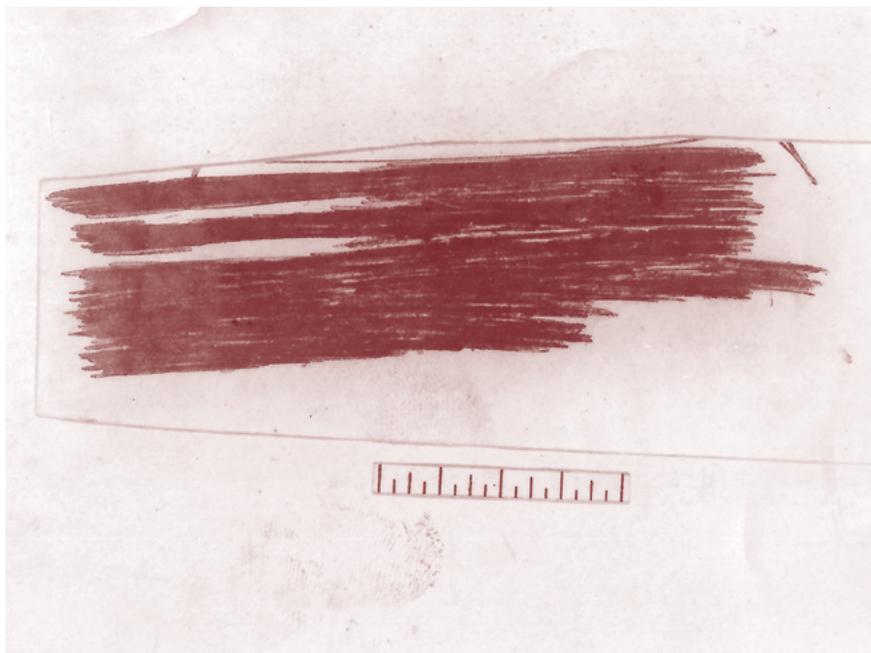
Perito (PCF) João Dantas de Carvalho desativando uma das cartas-bombas enviadas.

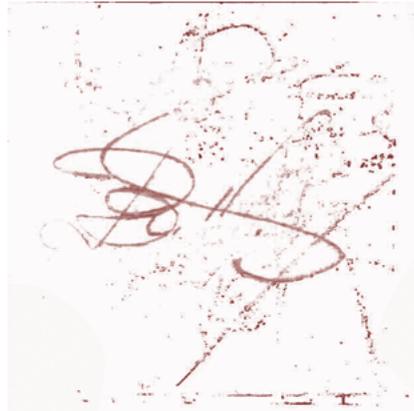
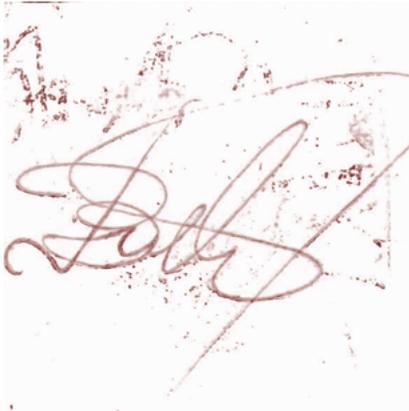




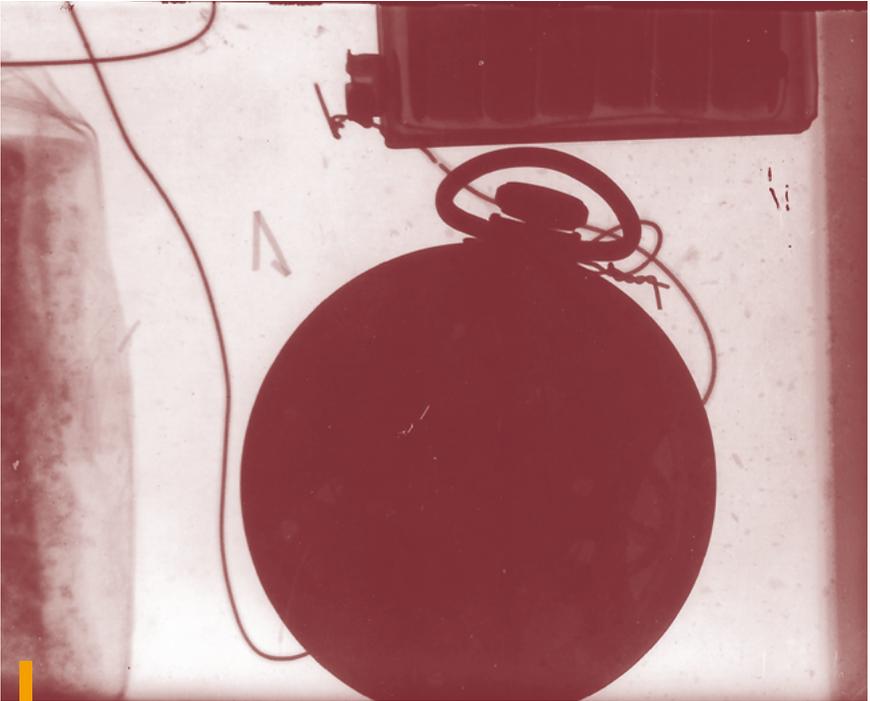


Confronto realizado entre um projétil de arma de fogo calibre 32, retirado da cabeça de uma vítima e enviado ao INC, do qual realizei um dos melhores confrontos da temporada.





Este é um caso de obliteração de documento – uma tentativa de anular ou esconder uma assinatura. Foi resolvido pelo PCF Carlos Maurício de Abreu, que na ocasião era chefe de Seção de Documentoscopia. Ele fez várias tentativas de eliminação de traços até chegar na assinatura original. Para simplificar, apresento somente duas acima.



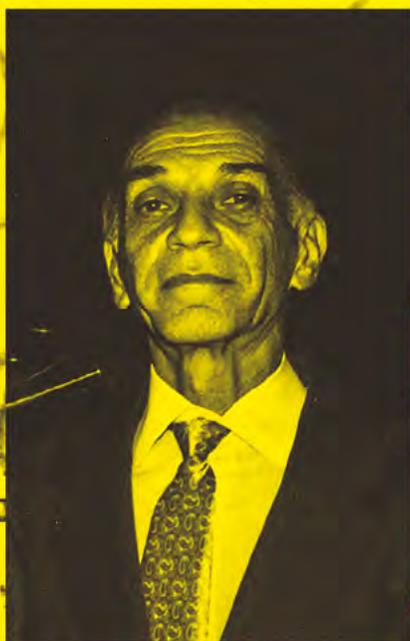
Raio-X de uma bomba relógio montada.





Minha cadela Chow Chow, em pose para ser fotografada para a posteridade. Ao andarmos nessa moto, por onde passávamos pelas vias do Rio de Janeiro, era um show naquela bela cidade. Éramos eu, ela e minha esposa que aguentava todo o peso da bela cachorra no colo. Éramos obrigados a parar para satisfazer a curiosidade das pessoas e dos carros que passavam por nós.

MEMÓRIAS DE UM PERITO CRIMINAL FEDERAL



PROF. MAURÍCIO JOSÉ DA CUNHA